



**SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Relatório de Gestão do exercício de 2013

Brasília, 2014



SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno, referente a esta Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e ao Fundo Nacional de Aviação Civil

Brasília, 2014

Sumário

LISTA DE QUADROS	4
LISTA DE SIGLAS.....	7
SEÇÃO I - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	8
1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 (SE).....	8
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada.....	8
1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade	9
1.3 Organograma funcional	10
1.4 Macroprocessos finalísticos	14
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	16
1.6 Principais Parceiros.....	18
SEÇÃO II - INTRODUÇÃO.....	19
SEÇÃO III - Desenvolvimento.....	23
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013	18
2.1 Planejamento da unidade jurisdicionada.....	22
2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	23
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão.....	50
3. Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	51
3.1 Estrutura Orgânica de Controle da UJ –	51
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	51
3.3 Remuneração paga a administradores – Ver justificativa na introdução.....	52
3.4 Estrutura e atividades do Sistema de Correição da UJ - Ver justificativa na introdução	52
3.5 Cumprimento pela instância de correição da portaria nº 1.043/2007 da CGU – ver justificativa na introdução.....	52
3.6 Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.....	53
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013	54
4.1 Execução das Despesas.....	54
4.2 Reconhecimento de Passivos - ver justificativa na introdução.....	65
4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	65
4.4 Transferências de Recursos.....	67
4.5 Suprimento de Fundos	77
4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ – ver justificativa na introdução	79
4.7 Gestão de Precatórios – ver justificativa na introdução.....	78
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	79
5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.....	79
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	83
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	88
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	88
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário - Ver justificativa na Introdução.	88
6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	888
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	89
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	890
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	91

8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	91
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	92
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	94
9.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU.....	94
9.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno –	98
9.3	Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna – ver justificativa na introdução	108
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	107
9.5	Medidas Adotadas em caso de Dano ao Erário – Ver justificativa na Introdução.	108
9.6	Alimentação SIASG E SICONV	109
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	111
10.1	Relacionamento com a Sociedade	110
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.	111
11.1	Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público	111
11.2	Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	111
11.3	Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na lei nº 4.320/1964 e pela NBCT 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008 - ver justificativa na introdução	111
11.4	Demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela lei nº 6.404/1976 – ver justificativa na introdução.....	111
11.5	Composição acionária das empresas estatais - ver justificativa na introdução.....	111
11.6	Parecer da auditoria independente - ver justificativa na introdução	111
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013. (SE).....	111
12.1	Outras informações consideradas relevantes pela UJ	111
	SEÇÃO IV - RESULTADOS E CONCLUSÕES	113
	ANEXO I – DECLARAÇÕES REFERENTES AO ITEM 11.2	113

LISTA DE QUADROS

Quadro A.2.2.1 – Programa Temático	23
Quadro A.2.2.1.1 – Indicadores	25
Quadro A.2.2.2.1 – Objetivo 0083	26
Quadro A.2.2.2.2 – Objetivo 0084	29
Quadro A.2.2.2.3 - Objetivo 0085	31
Quadro A.2.2.2.4 – Objetivo 0086	33
Quadro A.2.2.2.5 – Objetivo 0087	35
Quadro A.2.2.3.1 – Ação 09HB	36
Quadro A.2.2.3.2 – Ação 2004	36
Quadro A.2.2.3.3 – Ação 2010	37
Quadro A.2.2.3.4 – Ação 2011	37
Quadro A.2.2.3.5 – Ação 2012	38
Quadro A.2.2.3.6 – Ação 20TP	38
Quadro A.2.2.3.7 – Ação 210F	39
Quadro A.2.2.3.8 – Ação 210F	39
Quadro A.2.2.3.9 – Ação 4641	40
Quadro A.2.2.3.10 – Ação 00MU	40
Quadro A.2.2.3.11 - Ação – 0E45	41
Quadro A.2.2.3.12 – Ação 0Z00	41
Quadro A.2.2.3.13 – Ação 14UB	42
Quadro A.2.2.3.14 – Ação 14UC	42
Quadro A.2.2.3.15 – Ação 20SW	43
Quadro A.2.2.3.16 – Ação 211I	43
Quadro A.2.2.3.3.1 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – Ação 2000	44
Quadro A.2.2.3.3.2 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – Ação 20CW	44
Quadro A.2.2.3.3.3 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – Ação 12CE	45
Quadro A.2.2.3.3.4 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – Ação 12CE	45
Quadro A.2.2.3.3.5 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – Ação 5154	45
Quadro A.2.2.3.3.6 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – Ação 5154	46
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	51
Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas	54
Quadro A.4.1.2 – Programação de Despesas	54
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	57
Quadro A.4.1.2.2.1 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa – UJ SAC	57
Quadro A.4.1.2.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa – UJ FNAC	58
Quadro A.4.1.3.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	58
Quadro A.4.1.3.1.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	59

Quadro A.4.1.3.3.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	60
Quadro A.4.1.3.3.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	61
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação da UJ agregadora SAC	62
Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação da UJ agregadora SAC	63
Quadro A.4.3.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores da UJ agregadora SAC	65
Quadro A.4.3.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores da UJ agregada FNAC	65
Quadro A.4.4.1.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência - SAC	67
Quadro A.4.4.1.2 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência - FNAC	68
Quadro A.4.4.2.1 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ SAC nos três últimos exercícios.....	72
Quadro A.4.4.2.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ FNAC nos três últimos exercícios.....	72
Quadro A.4.4.3.1 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ SAC na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	73
Quadro A.4.4.3.2 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ FNAC na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	74
Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	77
Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	77
Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	78
Quadro A.5.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação Apurada em 31/12	79
Quadro 5.1.2.1 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (situação em 31/12).....	79
Quadro 5.1.2.2 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária Apurada em 31/12	80
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade em 31/12	80
Quadro A.5.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anos anteriores	81
Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	84
Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	85
Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	88
Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	89
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	91
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	92

Quadro A.9.1.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do TCU.....	94
Quadro A.9.1.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do TCU.....	95
Quadro A.9.1.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do TCU	96
Quadro A.9.2.1.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	97
Quadro A.9.2.1.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	98
Quadro A.9.2.1.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	99
Quadro A.9.2.1.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	100
Quadro A.9.2.1.5 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	100
Quadro A.9.2.1.6 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	101
Quadro A.9.2.2.1 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	102
Quadro A.9.2.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	102
Quadro A.9.2.2.3 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	103
Quadro A.9.2.2.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	104
Quadro A.9.2.2.5 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	104
Quadro A.9.2.2.6 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	105
Quadro A.9.2.2.7 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	105
Quadro A.9.2.2.8 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	106
Quadro A.9.2.2.9 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	106
Quadro A.9.2.2.10 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	107
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	107
Quadro A.9.6 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV....	109

LISTA DE SIGLAS

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
ATAERO – Adicional de Tarifa Aeroportuária
BB – Banco do Brasil
CBA – Código Brasileiro de Aeronáutica
CGU – Controlador-Geral da união
CISER – Secretaria de Controle Interno
COMAER – Comando da Aeronáutica
CONAC – Conselho de Aviação Civil
CONAERO – Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias
COTAER – Comissão Técnica de Coordenação das Atividades Aéreas
DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo
FNAC – Fundo Nacional de Aviação Civil
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
MD – Ministério da Defesa
PAN – Plano Aeroviário Nacional
PNAC – Política Nacional de Aviação Civil
PND – Programa Nacional de Desestatização
PNDIA – Plano Nacional de Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil
PROFAA – Programa Federal de Auxílio a Aeroportos
SAC-PR – Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
SEAE-MF – Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda
SEAP – Secretaria de Aeroportos
SENAV – Secretaria de Navegação
SPR – Secretaria de Política Regulatória
SG – Secretaria-Geral da Presidência da República
SIPAER – Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
SISCEAB – Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
STN-MF – Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda

SEÇÃO I - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 (SE)

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Presidência da República			Código SIORG: 26
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora			
Denominação completa: Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República			
Denominação abreviada: SAC-PR			
Código SIORG: 115257		Código na LOA: 20107	Código SIAFI: 110590
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta/ Órgão Público		CNPJ: 13.564.476/0001-05	
Principal Atividade: Transporte Aéreo			Código CNAE: 62
Telefones/Fax de contato:	(061) 3313-7096	(061) 3313-7097	(061) 3313-7010
E-mail: gabinete@aviacaocivil.gov.br			
Página na Internet: http://www.aviacaocivil.gov.br			
Endereço Postal: Setor Comercial Sul - B (SCS-B), Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre C - 5º e 6º andares - CEP: 70308-200 - Brasília - DF			
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidada			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Fundo Nacional de Aviação Civil	13.618.708/0001-52	110591	-
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Decreto nº 7476, de 10 de maio de 2011. - Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. - Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009. - Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986. - Decreto nº 7.624 de 22 de novembro de 2011. - Decreto nº 7.554 de 15 de agosto de 2011.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
110590	Secretaria de Aviação Civil		
110591	Fundo Nacional de Aviação Civil		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
110590		00001	
110591		00001	

1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

Criada pela Medida Provisória nº 527, de 18 de março de 2011 (convertida na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011) e regulamentada pelo Decreto nº 7.476, de 10 de maio de 2011, a SAC-PR tem como principais atribuições a formulação, coordenação e supervisão das políticas para o desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, a coordenação dos órgãos e entidades do sistema de aviação civil e a articulação com o Ministério da Defesa no que se refere à política de navegação aérea civil.

I - formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa;

II - elaborar estudos e projeções relativos aos assuntos de aviação civil e de infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil e sobre a logística do transporte aéreo e do transporte intermodal e multimodal, ao longo de eixos e fluxos de produção, em articulação com os demais órgãos governamentais competentes;

III - formular e implementar o planejamento estratégico do setor, definindo prioridades dos programas de investimentos;

IV - elaborar e aprovar os planos de outorgas para exploração da infraestrutura aeroportuária, ouvida a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;

V - propor ao Presidente da República a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, manutenção e expansão das infraestruturas aeronáutica e aeroportuária;

VI - administrar recursos, fundos e programas de desenvolvimento da infraestrutura de aviação civil;

VII - coordenar os órgãos e entidades do sistema de aviação civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa;

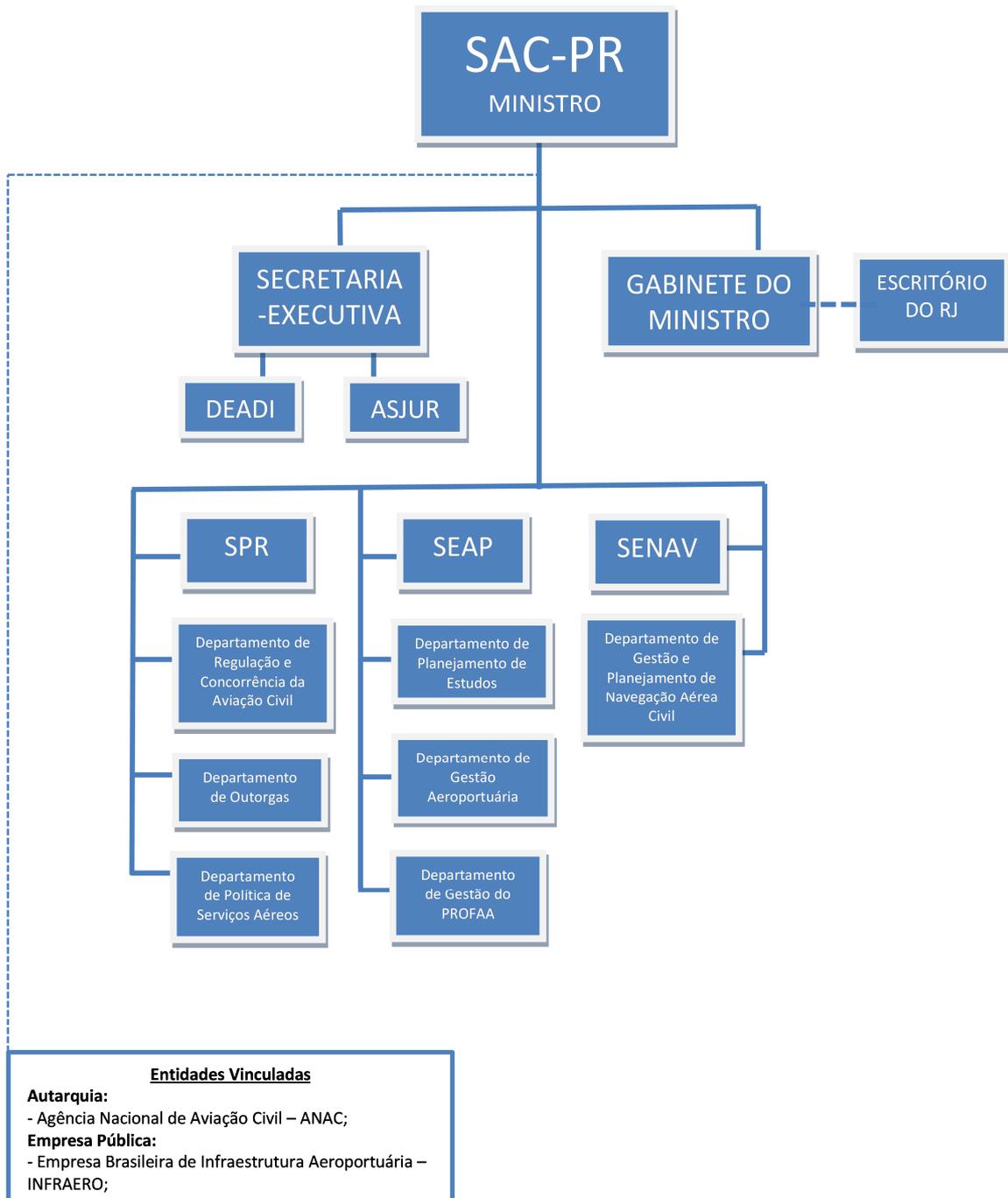
VIII - transferir para Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio de convênios de delegação, a implantação, administração, operação, manutenção e exploração de aeródromos públicos, direta ou indiretamente;

IX - formular, implementar, avaliar e monitorar as políticas do setor de aviação civil, promovendo a concorrência, de forma a assegurar a prestação adequada dos serviços, a modicidade de tarifas e a agregação de novos usuários ao modal de transporte aéreo;

X - atribuir a infraestrutura aeroportuária a ser implantada, administrada, operada e explorada pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero; e

XI - coordenar e acompanhar os assuntos referentes à aviação civil, as infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil que necessitem de posicionamento do Brasil junto aos organismos internacionais, respeitadas as competências legais dos demais órgãos e entidades.

1.3 Organograma funcional



Descrição sucinta das competências e atribuições de responsabilidade de cada área componente da estrutura da UJ:

a) Gabinete do Ministro (GM)

Ao Gabinete do Ministro compete assistir o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas, do preparo e despacho de seu expediente pessoal, providenciando a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação.

Cabe ao Gabinete acompanhar o andamento dos projetos de interesse da Secretaria em tramitação no Congresso Nacional e providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional.

Compete ainda ao Gabinete assessorar a representação do Brasil na negociação de convenções, acordos, tratados e atos relacionados à aviação civil, ao transporte aéreo e as infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil com outros países ou organizações internacionais, respeitadas as competências legais dos demais órgãos e entidades.

Além disso, cabe ao Gabinete supervisionar, coordenar e orientar a Representação da SAC-PR localizada no Estado do Rio de Janeiro.

b) Secretaria-Executiva (SE)

À Secretaria-Executiva compete o assessoramento ao Ministro de Estado Chefe na direção, orientação, coordenação e no controle dos trabalhos da SAC-PR, na definição de diretrizes, na implementação das ações e na interação com a ANAC, INFRAERO e outros órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.

Cabe a Secretaria-Executiva, por meio de seu Departamento de Administração Interna, supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de administração de recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais, de documentação e arquivos, de administração financeira e de contabilidade, no âmbito da SAC-PR.

Além disso, a Secretaria-Executiva, por meio de sua Assessoria Jurídica, assessora o Ministro de Estado Chefe em assuntos de natureza jurídica, no controle interno da legalidade dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados, elaborando estudos sobre temas jurídicos, examinando prévia e conclusivamente, no âmbito da SAC-PR/SAC-PR, os textos de editais de licitação e de contratos, convênios, acordos ou atos congêneres, a serem celebrados e publicados.

Compete ainda à Secretaria-Executiva exercer as atividades de Secretaria-Executiva do Conselho de Aviação Civil (CONAC), órgão de assessoramento à Presidente da República na formulação da política de ordenação da aviação civil (Decreto nº 3.564, de 17 de agosto de 2000), acompanhar e avaliar os projetos, ações e cumprimento das deliberações adotadas pelo Conselho.

Com relação à instância técnica do CONAC, a Secretaria-Executiva coordena as atividades da Comissão Técnica de Coordenação das Atividades Aéreas – COTAER, de que trata o art. 4º do Decreto nº 3.564, de 17 de agosto de 2000.

c) Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil (SPR)

À Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil (SPR) compete formular políticas e diretrizes relacionadas à delegação e exploração da infraestrutura aeroportuária e a regulação econômica dos serviços aéreos e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, a formação de recursos humanos do setor e o desenvolvimento do transporte aéreo.

Nesse ínterim, a SPR tem por competência acompanhar o mercado e formular políticas públicas que incentivem a eficiência econômica, a competição, a prestação adequada dos serviços aéreos domésticos e internacionais e o desenvolvimento da aviação civil, em consonância com a Política Nacional de Aviação Civil - PNAC;

Cabe a SPR formular e apresentar, ao Ministro de Estado Chefe da SAC-PR, os planos de outorgas para a exploração da infraestrutura aeroportuária, ouvida a ANAC, bem como propor, em conjunto com a Secretaria de Aeroportos, a transferência da implantação, administração, operação, manutenção e exploração de aeródromos públicos, direta ou indiretamente, para Estados, Distrito Federal e Municípios.

A SPR é composta pelo Gabinete, e pelos Departamentos de Regulação e Concorrência da Aviação Civil (DERC); de Outorgas (DEOUT); e de Política de Serviços Aéreos (DEPSA).

d) Secretaria de Aeroportos (SEAP)

À Secretaria de Aeroportos (SEAP) compete a formulação, coordenação e supervisão das políticas relacionadas ao desenvolvimento e gestão da infraestrutura aeroportuária brasileira, bem como planejar e acompanhar a execução dos programas de investimentos federais em infraestrutura aeroportuária e administrar a aplicação dos recursos provenientes do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA e outros recursos correlatos do Fundo Nacional de Aviação Civil.

Cabe a SEAP elaborar, em coordenação com as demais Secretarias, o planejamento da infraestrutura aeroportuária em harmonia com os demais planos de transporte, bem como elaborar, em conjunto com a Secretaria de Navegação Aérea Civil, o plano plurianual de investimentos em infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil.

Além disso, a SEAP tem a atribuição de implementar e acompanhar políticas de desenvolvimento e aplicação de tecnologias que aumentem a eficiência da infraestrutura aeroportuária.

A SEAP é composta pelo Gabinete e pelos Departamentos de Planejamento e Estudos (DPE); de Gestão Aeroportuária (DGA); e de Gestão do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (DPROFAA).

e) Secretaria de Navegação Aérea Civil (SENAV)

A Secretaria de Navegação Aérea Civil (SENAV) compete formular, coordenar e propor diretrizes e políticas relativas ao desenvolvimento, planejamento e gestão da infraestrutura aeronáutica civil visando à segurança, ao desenvolvimento do transporte aéreo e à prestação do serviço público adequado à sociedade e à capacitação institucional na área de navegação aérea civil, em coordenação, no que couber, com o Ministério da Defesa.

Cabe a SENAV propor políticas e diretrizes para a Zona de Proteção de Aeródromos, para os Planos Específicos de Zoneamento de Ruído e para a mitigação do perigo da avifauna nos

aeródromos e suas imediações, bem como, implementar políticas de desenvolvimento e aplicação de tecnologias que aumentem a eficiência da infraestrutura aeronáutica civil.

Compete, ainda, a SENAV harmonizar os planejamentos relativos à infraestrutura aeroportuária e a aeronáutica civil, em conjunto com a Secretaria de Aeroportos, bem como acompanhar a implementação da Política Nacional de Aviação Civil - PNAC e propor sua atualização nos assuntos relativos a infraestrutura aeronáutica civil.

f) Unidade descentralizada: Escritório de Representação no Rio de Janeiro.
Ao Escritório de Representação no Rio de Janeiro cabe assistir o Ministro nas ações desenvolvidas pela Secretaria de Aviação Civil na sua jurisdição.

g) Entidades vinculadas:

- Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO)

1.4 Macroprocessos finalísticos

Relativos à SPR:

I - Formulação de políticas e diretrizes para concessão da infraestrutura aeroportuária brasileira, e acompanhamento das concessões aeroportuárias.

No tocante aos primeiros aeroportos concedidos, o ano de 2013 foi marcado pela forte aceleração dos investimentos. Em São Gonçalo do Amarante, foram investidos aproximadamente R\$ 300 milhões nas obras de construção do aeroporto. Já em Brasília, Guarulhos e Viracopos, os investimentos nas obras de reforma e expansão dos terminais atingiram, nesse ano, cerca de R\$ 600 milhões, R\$ 1,7 bilhão e R\$ 1,6 bilhão, respectivamente.

Em 22 de novembro de 2013, realizou-se o leilão de concessão de mais dois aeroportos, o de Confins e do Galeão. Os dois aeroportos foram arrematados por um total de R\$ 20,8 bilhões (1,8 bilhão e 19 bilhões, respectivamente). Após assumirem os aeroportos, prevê-se investimentos das concessionárias que deverão alcançar R\$ 8 bilhões, incluindo a construção de novos terminais, reforma dos terminais existentes, melhorias no pátio de aeronaves, ampliação dos estacionamentos de veículos e a construção de novas pistas.

II - Análise das propostas de Projetos de Lei de alteração do Código Brasileiro de Aeronáutica/CBA (Lei nº 7.565/86) e proposição de alterações à luz das necessidades e do planejamento do Setor de Aviação Civil.

Acompanhamento, junto ao Poder Legislativo e a diversos agentes do setor e órgãos do Governo, o processo de aprimoramento do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), uma das principais leis que regulamenta a aviação civil brasileira. O Projeto de Lei nº 6.716/2009, que está tramitando na Câmara dos Deputados, busca compatibilizar o CBA, que data de 1986, com as mudanças tecnológicas, econômicas e jurídicas pelas quais o setor passou ao longo desses anos.

III - Estabelecimento do Plano Geral de Outorgas dos aeródromos civis públicos brasileiros.

Durante o ano de 2013 a SAC-PR elaborou o Plano Geral de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária – PGO, que foi aprovado no segundo semestre por meio da Portaria nº 110, de 8 de julho de 2013. O PGO estabeleceu políticas, critérios e diretrizes gerais para definição do modelo de exploração de infraestrutura aeroportuária mais adequado para os aeródromos civis públicos. Conforme critérios definidos no PGO, a SAC-PR agora vem elaborando os Planos de Outorga Específicos – POE para cada aeródromo público, definindo o modelo a ser adotado para a sua exploração.

IV - Regularização e formalização de instrumentos de delegação da exploração de aeródromos civis públicos por Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da nova legislação de regência;

Modernização das delegações da exploração de aeródromos civis públicos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, no uso da competência estabelecida à SAC-PR/SAC-PR (inciso VIII, do art. 24-D, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003), bem como regularização de aeródromos civis públicos explorados sem instrumento formal de delegação e a celebração de convênios de novos aeródromos em processo de homologação, de modo a contemplar as inovações trazidas pela legislação vigente e dar maior robustez e segurança jurídica às delegações da infraestrutura aeroportuária. Durante o ano de 2013, foram celebrados 160 convênios de delegação para exploração de aeródromos civis públicos.

V - Instituição de plano de incentivos para o desenvolvimento e a expansão do transporte aéreo regular de passageiros em ligações de baixo e médio potencial de tráfego.

Com o intuito de fortalecer a aviação regional, de 1/2/2013 a 3/3/2013 foi submetido à consulta pública modelo de subsídio para rotas aéreas de baixa e média densidade de tráfego,

intitulado “Programa de Subsídio de Rotas Regionais”. O principal objetivo do programa é ampliar o acesso da população brasileira ao transporte aéreo por meio da redução do custo operacional das empresas que operam em municípios de baixo e médio potencial de tráfego. O modelo e as contribuições recebidas estão em análise pela SAC-PR.

VI - Estímulo à expansão dos serviços aéreos internacionais, com propostas de diretrizes para a representação do Brasil em convenções, acordos, tratados e atos de transporte aéreo com outros países ou organizações internacionais de aviação civil.

Durante o ano de 2013 a SAC-PR participou da negociação de novos Acordos sobre Serviços Aéreos e da renegociação de acordos já em vigor. Por meio da negociação desses acordos, promoveu-se a inauguração de relacionamento aeronáutico entre o Brasil e alguns países e a flexibilização de acordos já existentes, em conformidade com o novo marco regulatório nacional para o setor aéreo. A negociação dos acordos visa expandir a oferta de serviços aéreos aos cidadãos brasileiros por meio do incremento de capacidade e frequências, ampliação dos quadros de rota e conquista de novos direitos de tráfego.

Relativos à SEAP:

I – Elaboração de estudos e projeções relativos aos planejamento de investimentos em infraestrutura aeroportuária.

Com vistas a subsidiar o planejamento dos investimentos em infraestrutura aeroportuária, foi elaborado no ano de 2013 estudos e projeções de demanda da aviação civil, para os horizontes de curto, médio e longo prazo.

II – Exercer a função de Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO).

Atribui-se ao DGA a função de Secretaria-Executiva da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO) – instituída por meio do Decreto nº 7.554, de 15 de agosto de 2011, e responsável pela coordenação e organização das atividades públicas nos aeroportos –, que consiste na prestação de todo o apoio administrativo para a CONAERO, e também na coordenação das atividades dos comitês técnicos, criados para subsidiar as decisões da Comissão.

III – Gestão, acompanhamento e prestação de contas dos convênios no âmbito do PROFAA e dos investimentos relativos ao Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos (Regionais) – PIL, configurando-se o Banco do Brasil S.A. como o agente executor do PIL.

Incumbe ao DGPROFAA a gestão, acompanhamento e prestação de contas dos convênios no âmbito do PROFAA, assim como dos investimentos relativos ao Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos (Regionais) - PIL.

Desta forma, o Departamento elabora o planejamento dos investimentos e acompanha a sua execução, por meio de autorizações de licitações e contratações, análises e aprovações de projetos/súmulas, proposição de celebração de contratos e instrumentos de transferência de recursos (convênios, termos de cooperações e instrumentos congêneres), elaboração dos relatórios de vistoria e de acompanhamento da execução, e a aprovação da prestação de contas dos investimentos, com vista à modernização, ampliação, construção, reforma e reaparelhamento da infraestrutura aeroportuária do país.

Relativos à SENAV:

I- Gestão do Programa Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos.

Durante o exercício de 2013 foram iniciadas ações voltadas para a formação e a capacitação de recursos humanos para a aviação civil brasileira a fim de promover o regular abastecimento do mercado com a mão de obra qualificada, especialmente para atender os aeroportos de pequeno e

médio porte, não operados pela Rede Infraero, que estão contemplados no PIL relativos à Aviação Regional.

Como resultado, foram promovidas ações com o objetivo de ofertar aos operadores de aeródromos regionais os seguintes cursos: Curso de Formação de Bombeiro de Aeródromo, Curso de Capacitação de Gestores de Aeródromos Regionais e Curso de Capacitação de Gestores de Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos – SESCINC

II- Coordenação e Supervisão da atuação de entidades e órgãos vinculados com vistas à adoção de medidas mitigadoras para o problema de colisões de aeronaves com pássaros.

Com a publicação da Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, que dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos, iniciaram-se as articulações juntos aos órgãos e entidades responsáveis pela elaboração do decreto regulamentador da Lei em comento, considerando que a matéria, pela sua singularidade, envolve, dentre outras, análises referentes ao meio ambiente, à segurança operacional da aviação, o uso e a ocupação do solo e a gestão aeroportuária.

No exercício de 2013, começaram os trabalhos com vistas a estabelecer uma proposta de regulamentação da referida Lei. Para tal, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT), que elaborou proposta final de regulamentação que se encontra em análise pelos diversos órgãos envolvidos no tema.

III- Implantação de Sistemas de Pouso por Instrumentos - Instrument Landing System (ILS) e Procedimentos de Navegação Baseada em Performance (PBN).

Em relação a implantação de sistemas de pouso por instrumentos do tipo ILS que permitem o aumento do número de pousos em condições meteorológicas adversas, foi desenvolvido um importante trabalho de coordenação entre os principais órgãos e entidades envolvidas (DECEA, INFRAERO, ANAC, Municípios e Operadores Aeroportuários) no sentido de agilizar o processo de entrada em operação desses sistemas.

Os aeroportos objeto dos trabalhos foram o de Guarulhos (ILS categoria III), Porto Alegre (ILS categoria II), Curitiba (ILS categoria II), Joinville (ILS categoria I), Uberlândia (ILS categoria I), Campina Grande (ILS categoria I) e Vitória (Categoria I). Diante do trabalho desenvolvido, espera-se que até fevereiro do próximo ano, entre em operação o equipamento instalado no aeroporto de Uberlândia e os demais, com previsão inicial ao longo do ano de 2014.

No tocante a disponibilização de Procedimentos de Navegação Baseada em Performance (PBN), foram desenvolvidas ações junto à ANAC, DECEA, Operador Aeroportuário e Companhias Aéreas no sentido de resolver as principais pendências do operador aeroportuário e aéreo junto aos órgãos reguladores. Assim, em dezembro de 2013 foi disponibilizado o procedimento de Performance de Navegação Requerida (RNP AR) - publicação de cartas aeronáuticas - para o aeroporto Santos Dumont e emitida a Especificação Operativa (certificação da aeronave, tripulação e operação) para uma Cia Aérea, permitindo a ampliação do número de pousos devido a diminuição dos mínimos operacionais (teto e visibilidade) e consequentemente, menos cancelamentos de voos, ampliação da capacidade do aeroporto e melhoria da satisfação dos passageiros. Para o ano de 2014 espera-se ampliar o número de companhias aéreas certificadas e de procedimentos disponíveis em outros aeroportos.

1.5 Macroprocessos de apoio

Os macroprocessos de apoio exercidos na SAC são relacionados à gestão de procedimentos relacionados a coordenação e administração interna. Enumerem-se: supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais, de documentação e arquivos, de administração financeira e de contabilidade, no âmbito da SAC; direção, orientação, coordenação e controle dos trabalhos da

Secretaria na definição de diretrizes e na implementação das ações da sua área de competência; coordenação e articulação da Secretaria de Aviação Civil com os demais órgãos do governo federal para a condução das políticas e programas nas áreas afetas a políticas nacionais e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de aviação civil;

Em relação ao Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva, são exercidas as funções de: planejar, coordenar, promover e disseminar melhores práticas de gestão e de modernização institucional; elaborar a proposição orçamentária e o plano plurianual; promover e coordenar a elaboração e implementação de planos, programas, projetos e atividades relativos à sua área de competência; acompanhar e avaliar projetos e atividades, no âmbito da Secretaria; elaborar e acompanhar os atos relacionados com a gestão dos recursos voltados para o desenvolvimento da aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil; gerir contábil e financeiramente os recursos destinados ao FNAC.

1.6 Principais parceiros

Destacam-se abaixo os principais parceiros da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República:

- Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO);
- Comando da Aeronáutica (COMAER);
- Banco do Brasil;
- Administrações Estaduais e Municipais que administram aeródromos delegados;
- Casa Civil da Presidência da República;
- Ministério da Fazenda; e
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

SEÇÃO II - INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão que tem por base o exercício de 2013 é apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013. O relatório se refere a esta Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e ao Fundo Nacional de Aviação Civil.

O relatório está dividido em quatro seções. A Seção I é referente à identificação da SAC-PR. A Seção II é composta por esta introdução e da discriminação dos itens presentes na DN TCU nº 127/2013 que não fazem parte do relatório por não se aplicarem à UJ ou informações que não tenham sido declarados no decorrer do documento por razões diversas. A Seção III é o desenvolvimento do relatório constituído pelos itens 2 a 12 do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, conforme parâmetros exarados na Portaria TCU nº 175/2013. A Seção IV apresenta de maneira sucinta os resultados e conclusões referentes à SAC-PR durante o exercício de referência do relatório.

Informação sucinta de como está estruturado o RG; de quais os itens do Anexo II desta decisão normativa não se aplicam à realidade da unidade, apresentando os motivos da não aplicação; de quais os itens do Anexo II desta decisão normativa que, apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência; sobre as principais realizações da gestão no exercício; sobre as principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização dos objetivos traçados para o exercício de referência.

A seguir estão indicados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, que não constam do presente documento, assim como a correspondente justificativa.

i) Parte A – Conteúdo Geral:

Item 2.2.3.2 Quadro A.2.2.3.2	Ações/Subtítulos - OFSS
Justificativa	As UJ SAC/FNAC foram responsáveis pela execução integral de suas ações.
Item 2.2.3.4 Quadro A.2.2.3.4	Ações – Orçamento de Investimento - OI
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não são responsáveis pela execução de ações do Orçamento de Investimentos.
Item 3.3 Quadros A.3.2, A.3.3 e A.3.4	Remuneração paga aos administradores
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não estão indicadas para apresentar este item do relatório, conforme quadro A1, parte A, da DN 127/2013.
Item 3.4	Sistema de Correição
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não possui unidade de correição, sendo as atividades de controle interno desempenhadas pela Ciset/PR.

Item 3.5	Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não possui unidade de correição, sendo as atividades de controle interno desempenhadas pela Ciset/PR.
Item 4.1.3.2 Quadro A.4.1.3.2	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ
Justificativa	Não há conteúdo a ser declarado no exercício, pois as ações não são executadas por mais de uma UJ.
Item 4.1.3.4 Quadro A.4.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ
Justificativa	Não há conteúdo a ser declarado no exercício, pois as ações não são executadas por mais de uma UJ.
Item 4.1.3.5 e Item 4.1.3.6 Quadros A.4.1.3.5 e A.4.1.3.6	Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação
Justificativa	A UJ FNAC não executou recursos recebidos por movimentação interna e externa.
Item 4.2 Quadro A.4.2	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
Justificativa	Não há conteúdo a ser declarado no exercício.
Item 4.4.4 Quadro A.4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse
Justificativa	Não há conteúdo a ser declarado no exercício, em virtude de os convênios da SAC-PR terem sido firmados nos exercícios de 2011 e 2012, e estarem, portanto, em fase de execução. Não passaram, assim, por período de prestações de contas.
Item 4.5.2 Quadro A.4.5.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”
Justificativa	Não há conteúdo a ser declarado no exercício para as UJ SAC/FNAC.
Item 4.6 Quadros A.4.6.1.1– A.4.6.2.11	Renúncias sob a Gestão da UJ
Justificativa	Não há ocorrência de renúncias nas UJ SAC/FNAC.
Item 4.7	Informações sobre a Gestão de Precatórios
Justificativa	AS UJ SAC/FNAC não estão indicadas para apresentar este item do relatório, conforme quadro A1, parte A, da DN 127/2013.
Item 5.1.1.2 Quadro A.5.1.1.2	Situação que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não dispõem de quadro próprio de servidores.

Item 5.1.4 Quadros A.5.1.4.1– A.5.1.4.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não dispõem de quadro próprio de servidores.
Item 5.1.5 Quadros A.5.1.5.1– A.5.1.5.4	Cadastramento no Sisac
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não dispõem de quadro próprio de servidores, bem como não houve identificação de impropriedades que ensejassem diligências ou reprovação pelo órgão de controle interno.
Item 5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não possuem casos de acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.
Item 5.2.1 Quadro A.5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não possuem plano de cargos.
Item 5.2.2 Quadro A.5.2.1	Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para substituição de terceirizados
Justificativa	As UJ não possuem quadro próprio de servidores para a realização de concursos públicos.
Item 5.2.6 Quadro A.5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários
Justificativa	As UJ não possuem contratos de estágio, nem possui estagiários em seu quadro funcional.
Item 6.2 Quadros A.6.2.1 – A.6.6.2.3	Gestão do Patrimônio Imobiliário
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não possuem sob sua responsabilidade Bens Imóveis de Uso especial nem funcionais de Propriedade da União.
Item 9.3	Tratamento de Recomendações feitas pela Unidade de Auditoria Interna
Justificativa	As UJ não possuem unidade de auditoria interna, sendo tais atividades desempenhadas pela Ciset/PR.
Item 9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário
Justificativa	Não houve identificação de impropriedades que ensejassem procedimentos administrativos, bem como não houve registro de dano ao Erário.
Item 11.3	Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.
Justificativa	As UJ não estão indicadas para apresentar este item do relatório, conforme quadro A1, parte A, da DN 127/2013.

Item 11.4	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas.
Justificativa	As UJ não estão indicadas para apresentar este item do relatório, conforme quadro A1, parte A, da DN 127/2013.

Item 11.5	Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da entidade como detentora de investimento permanente em outras sociedades.
Justificativa	As UJ não estão indicadas para apresentar este item do relatório, conforme quadro A1, parte A, da DN 127/2013.

Item 11.6	Parecer do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, caso tenha havido a contratação desse serviço pela entidade.
Justificativa	As UJ SAC/FNAC não estão indicadas para apresentar este item do relatório, conforme quadro A1, parte A, da DN 127/2013.

ii) Parte B - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

Justificativa: Não se aplica, pois a SAC-PR não está indicada para a apresentação de tais informações.

iii) Parte C – Unidades jurisdicionadas com Relatórios de Gestão Customizados

Justificativa: Não se aplica, pois a SAC-PR não está indicada para apresentação de tais informações.

SEÇÃO III - DESENVOLVIMENTO

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

2.1 Planejamento da unidade jurisdicionada

A SAC-PR não possui um planejamento estratégico formalizado, e utiliza o PPA 2012-2015 como principal referência à atuação. Não obstante a utilização do PPA, em 20 de dezembro de 2012 foi lançado o Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos (PIL), que agrega uma série de medidas a serem adotadas para o setor de aviação civil nos anos subsequentes. O PIL é dividido em quatro grupos de medidas, quais sejam: 1. Novas Parcerias, voltadas à criação da Infraero Serviços e às Concessões de Aeroportos; 2. Fortalecimento e ampliação da aviação regional, baseada em investimentos, implementação de políticas de isenção e subsídios, parcerias com estados e municípios, e concessões administrativas; 3. Aprimoramento regulatório; e 4. Aviação geral.

Espera-se, com implementação do PIL que ocorra, além de uma melhora de gestão dos aeroportos das grandes cidades, em especial os concedidos, a democratização do transporte aéreo e maior integração regional, em especial de regiões isoladas. Espera-se que com os investimentos em infraestrutura aeroportuária e os incentivos voltados às empresas que atuam no nível regional, amplie-se o acesso ao transporte aéreo e os benefícios dele derivados.

As medidas do PIL tiveram o início da implementação durante o ano de 2013, conforme se apresentará no decorrer dos demais itens deste relatório. Algumas medidas apresentaram os primeiros resultados já naquele ano, como no caso das concessões dos aeroportos do Galeão e de Confins, e espera-se que no próximo exercício comecem a produzir resultados de outras medidas que estão sendo aplicadas.

Destaque-se, ainda que o planejamento estratégico de longo prazo para o setor encontra-se em fase de elaboração pela SAC-PR e considerará entre outros pontos, as diretrizes emanadas pela Política Nacional de Aviação Civil/PNAC. Serão considerados, ainda aspectos de gestão, que ficaram latentes após o lançamento do PIL e os esforços de implementação do programa. Nesse sentido, foi assinado em dezembro de 2013 termo de cooperação junto à Universidade Federal de Santa Catarina para fornecimento, dentre outros, de pessoal qualificado em áreas de Tecnologia da Informação para implementação de sistema de gerenciamento e acompanhamento de projetos. Após aplicada uma metodologia específica ela será utilizada nas diversas áreas da SAC-PR, como acompanhamento de obras e de convênios. Espera-se que, com a aquisição de conhecimento decorrente dessa cooperação, seja ampliada a capacidade interna de estabelecer objetivos e metas futuros para todo o setor.

2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

2.2.1 Programa Temático

Quadro A.2.2.1 – Programa Temático

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa		2017			
Título		Aviação Civil			
Esfera de Recursos- PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final 2012	c) Dotação Posição final 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçam. Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	3.040.233.000	693.608.919	536.431.052	1.810.193.029	
Orçamento de Investimentos - OI	5.865.958.000	1.429.923.461	1.827.572.235	2.927.005.170	
Outras Fontes (Investimentos Concessionárias)	4.438.754.000	1.390.260.000	3.939.400.000	(890.906.000)	
Total	13.344.945.000	3.513.792.380	5.984.860.421	3.846.292.199	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
373.506.967	117.502.936	103.600.170	13.902.765	256.004.031	1.509.029.369
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	227.678.672	7.425.798	7.425.798	3.097.915	217.154.958
Processados	95	-	-	95	-

Fonte: SIOP

2.2.1.1 Análise Situacional

A elaboração do Programa de Aviação Civil no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 procurou endereçar os principais desafios do setor mediante o estabelecimento de objetivos, metas e iniciativas voltados para, dentre outras especificidades, a ampliação da malha aeroviária; o aperfeiçoamento do marco regulatório para o setor; a adequação e ampliação da infraestrutura aeroportuária tanto para carga quanto para passageiros; a desconcentração regional dos voos; a segurança operacional e contra atos de interferência ilícita; além de aspectos relacionados à capacitação de profissionais e a redução de impactos ambientais.

A execução orçamentária (recursos liquidados) do Programa Aviação Civil em 2013 – R\$ 1,63 bilhão - foi superior em, aproximadamente, 39,3% comparativamente ao exercício de 2012 – R\$ 1,17 bilhão. Destaque para os investimentos que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que encerrou 2013 com execução de R\$ 1,04 bilhão, que representa um acréscimo de cerca de 45% em relação ao exercício anterior, conforme informado pela Infraero. Outros fatores relevantes que contribuíram para o bom desempenho da execução dos investimentos em 2013 foram a execução das desapropriações de áreas no aeroporto de Campinas; a retomada das obras do aeroporto de Goiânia; a conclusão de projetos básicos e executivos com início das obras com destaque para os empreendimentos dos aeroportos de Foz do Iguaçu, Manaus, Florianópolis, Galeão, Confins, Cuiabá, Curitiba e Salvador.

No que tange a restos a pagar não processados em exercícios anteriores, sua quase totalidade remete às ações do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA) - destinado à construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual em parceria com Estados da Federação, consoante preconiza a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 - e reflete a

quantidade de convênios plurianuais celebrados cujas obras não iniciaram, com exceção da obra do aeroporto de Santo Ângelo/RS que está em andamento.

É importante ressaltar os avanços do Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos, lançado em dezembro de 2012, com o fito de estruturar e fortalecer a aviação regional, complementando a sistemática dos convênios supracitada. Durante o 1º semestre de 2013, foi estruturado o marco regulatório para viabilizar a execução dos investimentos nos aeroportos regionais, que culminou nos seguintes atos normativos: Medida Provisória nº 600, de 28 de dezembro de 2012, convertida na Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013, que regulamenta o Fundo Nacional de Aviação Civil; Portaria Interministerial MF/SAC nº 360, de 19 de junho de 2013, que estabelece a remuneração do Banco do Brasil S.A.; e, Contrato SAC/BB nº 11, de 20 de junho de 2013. Após a assinatura desse Contrato, a SAC-PR elaborou a projeção de demanda de passageiros e aeronaves para cada uma das 270 localidades/aeroportos regionais, que se constitui como uma das principais diretrizes para a definição dos investimentos nestes aeroportos.

Ao longo do 2º semestre de 2013, a SACPR autorizou o Banco do Brasil S.A. a contratar estudos, anteprojetos, projetos e serviços de engenharia para 270 localidades/aeroportos regionais, com objetivo de definir o escopo dos investimentos para cada aeródromo regional e a viabilizar a contratação e execução das obras e aquisição dos equipamentos aeroportuários e aeronáuticos nesses aeroportos. Dessa forma, dos R\$ 205,3 milhões de dotação orçamentária na ação 14UB - Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, foram empenhados cerca de R\$ 171,1 milhões, os quais se referem aos estudos e projetos contratados, tendo sido realizados, em 2013, serviços de aerofotogrametria e perfilhamento a laser (topografia) em 55 aeródromos regionais. Alterações na estratégia de contratação adotada, optando-se por licitar lotes maiores de aeroportos, ocasionaram um replanejamento do cronograma físico-financeiro, o que, aliado ao fato de as licitações terem atrasado - apenas uma foi concluída em 2013 -, resultaram numa execução financeira aquém do programado de forma que, dos R\$ 256 milhões inscritos pelo Programa em Restos a Pagar não processados no exercício, cerca de 66% referem-se à ação de Aviação Regional.

Um importante marco para o setor estabeleceu-se em 22 de novembro de 2013 com o leilão de concessão do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, Galeão, no Rio de Janeiro-RJ, e do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins-MG. O valor adjudicado para o aeroporto do Galeão foi de R\$ 19,02 bilhões, e para Confins, de R\$ 1,82 bilhão, equivalente a 3,5 vezes acima que o valor mínimo de R\$ 5,9 bilhões definido pelo Governo para as duas concessões. Assim como na primeira rodada, as concessões foram feitas por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE) em que se estabeleceu participação de 49% da Infraero, estipulando-se como principais responsabilidades a ampliação da infraestrutura e a gestão dos aeroportos.

A nova rodada trouxe alguns aprimoramentos com relação às concessões anteriores: exigiu-se que o operador aeroportuário comprovasse experiência em pelo menos um aeroporto com movimentação mínima de 22 milhões de passageiros em um único ano, nos últimos cinco anos, para o Galeão e 12 milhões de passageiros em um único ano, nos últimos cinco anos, para Confins. Além disso, o operador deveria deter pelo menos 25% de participação societária no consórcio vencedor. Os prazos de concessão serão de 25 anos para o Galeão e de 30 anos para Confins. Essas exigências garantiram a participação de operadores de destaque no cenário internacional.

Os investimentos esperados para os dois aeroportos são de R\$ 9,15 bilhões, dos quais, R\$ 5,65 bilhões para o Galeão e R\$ 3,5 bilhões para Confins. Esses investimentos preveem a ampliação dos terminais de passageiros, incluindo construção de novas infraestruturas e expansão das existentes, melhorias e construção de novas pistas de pousos e decolagens, além de novos estacionamentos e pátios para aeronaves.

Em relação a outras fontes, trata-se de recursos não orçamentários oriundos dos investimentos realizados pelas Concessionárias vencedoras dos leilões dos aeroportos de Brasília,

Campinas, Guarulhos e São Gonçalo do Amarante. Menciona-se que, para 2012, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) forneceu os valores contidos nas versões finais dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) realizados pelo governo para determinação do valor de referência do leilão dos aeroportos (GRU-VCP-BSB). Logo, não são vinculativos e as estimativas de investimentos dos vencedores do leilão não estão atreladas a essas, uma vez que o Edital do Leilão nº 02/2011 não previa a apresentação de plano de negócios. Percebe-se, porém, que os investimentos efetivamente realizados em 2013 (considerando também ASGA), somados aos valores previstos em 2012, já superaram o montante previsto para o período do PPA 2012-2015.

Quadro A.2.2.1.1 – Indicadores

Programa	2017 Aviação Civil			
	Referência		2013	
INDICADORES	Data	Índice	Data	Índice
Denominação e Unidade de Medida	Data	Índice	Data	Índice
Quantidade de aeroportos com voos regulares (ANAC) (unidade)	31/12/2011	130,00	31/12/2013	120,00
Taxa de ocupação (load factor) (ANAC) (%)	31/12/2009	62,50	31/12/2013	76,42
Yield tarifa aérea nominal (ANAC) (R\$)	31/12/2009	0,47	30/06/2013	0,37
Tarifa aérea média nominal (ANAC) (R\$)	31/12/2009	315,43	30/06/2013	302,98
Índice de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens (ANAC) (unidade)	31/12/2007	1,48	31/12/2013	0,21
Passageiro-quilômetro transportado por empresa brasileira no mercado internacional (ANAC) (bilhões de pax.km)	31/12/2010	23,50	31/12/2013	27,78
Passageiro-quilômetros transportado no mercado doméstico (ANAC) (bilhões de pax.km)	31/12/2010	70,20	31/12/2013	88,23
Tonelada quilômetro de carga transportada (ANAC) (milhões de toneladas)	31/12/2010	1110,79	31/12/2013	1688,00
Percentual de Cancelamento (ANAC) (%)	31/12/2010	10,30	31/12/2013	8,50
Percentual de Atrasos superiores a 30 minutos (ANAC) (%)	31/12/2010	13,70	31/12/2013	8,30
Percentual de Atrasos superiores a 60 minutos (ANAC) (%)	31/12/2010	5,20	31/12/2013	3,20
Movimentação de passageiros nos terminais administrados pela Infraero e Concedidos (Infraero e Concedidos) (milhões de unidades)	31/12/2010	155,00	31/12/2013	193,14
Movimentação de carga aérea nos terminais administrados pela Infraero (Infraero e Concedidos) (milhões de toneladas)	31/12/2010	1,14	31/12/2013	1,16
Movimentação de aeronaves nos terminais administrados pela Infraero e Concedidos (Infraero e Concedidos) (milhões de unidades)	31/12/2010	2,60	31/12/2013	2,85
Corrente de Comércio Exterior pelo Modo Aéreo (AliceWeb) (bilhões de US\$)	31/12/2010	45,80	31/12/2013	52,80
Corrente de Comércio Exterior pelo Modo Aéreo (AliceWeb) (milhões de toneladas)	31/12/2010	1,40	31/12/2013	1,30
Ranking da Qualidade da Infraestrutura Aeroportuária (Índice de Competitividade Global - GCI) (posição em listagem de países)	31/12/2010	93,00	31/12/2013	123,00
Ranking do Índice de Competitividade Global - GCI (posição em listagem de países)	31/12/2010	58,00	31/12/2013	56,00

Fonte: SIOP

Observa-se, no quadro acima, a evolução positiva na grande maioria dos indicadores estabelecidos para o Programa, quando se compara o ano de 2013 com os índices de referência, com destaque para a redução dos preços médios das passagens, dos atrasos e cancelamentos dos voos, bem como do índice de acidentes com fatalidades, de forma concomitante ao crescimento do movimento de passageiros, cargas e aeronaves nos aeroportos administrados pela Infraero e nos concedidos recentemente.

A queda do número de aeroportos com voos regulares é ponto central na política de aviação civil, de tal forma que está em andamento o Plano de Aviação Regional no sentido do desenvolvimento das infraestruturas aeroportuárias regionais, além de medidas institucionais e normativas capazes de ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas, tais como a efetivação de mecanismos de financiamento de aeronaves, o estímulo à concorrência entre os prestadores de serviços de transporte aéreo regular, a instituição de plano de incentivos para o

desenvolvimento e a expansão do transporte aéreo regular de passageiros em ligações de baixo e médio potencial de tráfego, bem como a revisão e celebração de acordos de serviços aéreos.

Frisa-se que, dos cinco objetivos do Programa apenas três são compostos por ações orçamentárias, demonstrando, assim, a importância de medidas institucionais e normativas para o atingimento das metas estabelecidas pela política pública de aviação civil para o período do Plano.

Espera-se que, ao final do Plano, os indicadores sejam capazes de expressar efetivamente os resultados alcançados pelo Programa.

2.2.2 Objetivos

Quadro A.2.2.2.1 – Objetivo 0083

Identificação do Objetivo					
Descrição	Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.				
Código	0083	Órgão	Secretaria de Aviação Civil		
Programa	Aviação Civil		Código	2017	

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela ANAC	Unidade	305.000.000	264.348.500	264.348.500	87%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1.1	Região Centro-Oeste	Unidade	40.166.680	25.227.500	25.227.500	63%
1.2	Região Nordeste	Unidade	51.575.690	62.819.500	62.819.500	122%
1.3	Região Norte	Unidade	19.221.206	28.539.500	28.539.500	148%
1.4	Região Sudeste	Unidade	158.208.606	111.298.000	111.298.000	70%
1.5	Região Sul	Unidade	35.827.818	36.464.000	36.464.000	102%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2	Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas	Tonelada	2.400.000	1.581.597	1.581.597	66%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2.1	Região Centro-Oeste	Tonelada	39.000	100.171	100.171	257%
2.2	Região Nordeste	Tonelada	164.000	126.163	126.163	77%
2.3	Região Norte	Tonelada	393.000	265.755	265.755	68%
2.4	Região Sudeste	Tonelada	1.621.000	958.249	958.249	59%
2.5	Região Sul	Tonelada	183.000	131.259	131.259	72%

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
3	Instituir o Plano de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária

2.2.2.1 Análise Situacional do Objetivo 0083

Para aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil, de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros até 2015, a Infraero está ampliando seus investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização dos Terminais de Passageiros nos seus aeroportos. Por Região, destacam-se as principais obras de infraestrutura e contratação de serviços em andamento, para garantir a ampliação, modernização e melhoria dos serviços prestados.

- Região Norte: Reforma, ampliação e modernização do Terminal de Passageiros - TPS do Aeroporto de Manaus, ampliando sua capacidade para 13,5 milhões/ano;
- Região Nordeste: Reforma e ampliação do TPS do Aeroporto de Fortaleza, aumentando sua capacidade para 8,6 milhões/ano; Reforma e adequação do TPS de Salvador, ampliando sua capacidade para 10,8 milhões/ano;
- Região Centro-Oeste: Reforma e ampliação do TPS do Aeroporto de Cuiabá, ampliando sua capacidade para 5,7 milhões/ano; Construção do novo TPS do Aeroporto de Goiânia, ampliando sua capacidade para 8,6 milhões/ano;
- Região Sudeste: Reforma, modernização e ampliação do TPS do Aeroporto de Confins, ampliando sua capacidade para 15,5 milhões/ano; Reforma do TPS 1 e 2 do Aeroporto do Galeão, ampliando sua capacidade para 43,2 milhões/ano; Construção do novo TPS do Aeroporto de Vitória, ampliando sua capacidade para 9,7 milhões/ano;
- Região Sul: Ampliação do TPS do Aeroporto de Curitiba, ampliando sua capacidade para 10,4 milhões/ano; Reforma e ampliação do TPS 1 do Aeroporto de Porto Alegre, ampliando sua capacidade para 18,9 milhões/ano; Construção do novo TPS do Aeroporto de Florianópolis, ampliando sua capacidade para 10,8 milhões/ano; Reforma e ampliação do TPS do Aeroporto de Foz do Iguaçu, ampliando sua capacidade para 3,9 milhões/ano.

Somem-se, também, os investimentos que estão sendo realizados nos aeroportos concedidos de Brasília, Campinas, Guarulhos e São Gonçalo do Amarante.

Assim, a capacidade anual de processamento de passageiros de 2013 foi de 264.348.500; dos quais, 36.464.000 referem-se à Região Sul; 111.298.000 à Região Sudeste; 28.539.500 à Região Norte; 62.819.500 à Região Nordeste e 25.227.500 à Região Centro-Oeste.

Em 20 de dezembro de 2012, foram anunciadas as concessões de dois importantes aeroportos do país: Aeroporto Internacional Presidente Tancredo Neves em Confins-MG, e Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro-RJ / Galeão / Tom Jobim. Nos meses seguintes ao anúncio foram realizados os estudos de concessão, que foram concluídos no final de abril. Em junho de 2013, as minutas de Edital e Contrato foram submetidas à Consulta Pública. Em agosto, os estudos foram formalmente entregues ao Tribunal de Contas da União, que os aprovou, definitivamente, em 3 de outubro de 2013. No dia seguinte, foram publicados os Editais e Contratos e, em 22 de novembro de 2013, realizou-se o leilão de concessão dos aeroportos de Confins e do Galeão. Os dois aeroportos foram arrematados por um total de R\$ 20,84 bilhões (R\$ 1,82 bilhão e R\$ 19,02 bilhões, respectivamente), mais de três vezes o valor mínimo exigido de R\$ 5,9 bilhões. Quando assumirem os aeroportos, as Concessionárias darão início a um cronograma de investimentos que, segundo previsão dos Estudos Técnicos que embasaram a concessão, deverá alcançar R\$ 8 bilhões, incluindo a construção de novos terminais, reforma dos terminais existentes, melhorias no pátio de aeronaves, ampliação dos estacionamento de veículos e a construção de novas pistas.

Quanto à capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos para o ano de 2013, a capacidade foi de 1.581.596,81 toneladas; das quais, 131.259,00 referem-se à Região Sul; 958.248,81 à Região Sudeste; 265.755,00 à Região Norte; 126.163,00 à Região Nordeste e 100.171,00 à Região Centro-Oeste.

Ainda que não tenham ocorrido acréscimos na infraestrutura da Rede Infraero, ou seja, aumentos na área reservada à armazenagem e movimentação, houve significativos incrementos nos processos operacionais, que resultaram em aumentos de escala, indicando que, com a mesma área, foi possível processar maior quantidade de carga. Os investimentos previstos para o triênio 2013/2015, voltados para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos logísticos são da ordem de R\$ 287,5 milhões. Tais investimentos, somados às constantes melhorias de processos implementados, têm como prioridade o aumento da capacidade de processamento de cargas pelos Terminais de Logística da Infraero. A seguir apresentam-se os principais investimentos em execução no exercício de 2013: Transelevador para o Terminal de Cargas do Aeroporto de Manaus; Novo Complexo Logístico de Cargas do Aeroporto de Palmas; Reforma do Terminal de Cargas do Aeroporto de Vitória; Aquisição de equipamentos para a Rede Teca: empilhadeiras, transelevadores, paletes, niveladoras (doca e rampa) e envolvedoras para estabilizar e proteger as cargas.

Com a grande importância e expansão do setor aeroportuário do país, o Governo Federal sentiu a necessidade de estabelecer alguns critérios para definir a política de outorgas dos aeroportos, definindo quais aeroportos ficarão sob o controle da União, os que devem ser administrados por estados ou municípios e, por fim, os que poderão ser concedidos à iniciativa privada. No primeiro semestre de 2013 foi elaborado o Plano Geral de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária-PGO, o qual foi aprovado no segundo semestre por meio da Portaria nº 110, de 8 de julho de 2013. O PGO estabelece políticas, critérios e diretrizes gerais para definição do modelo de exploração de infraestrutura aeroportuária mais adequado para os aeródromos civis públicos, dentre as modalidades de exploração admitidas pela legislação vigente, quais sejam: diretamente, pela União; por empresas especializadas da Administração Federal Indireta ou suas subsidiárias; mediante convênio com os Estados ou Municípios; por concessão ou autorização. Conforme critérios definidos no PGO, a SAC-PR agora vem elaborando os Planos de Outorga Específicos-POE para cada aeródromo público, definindo o modelo a ser adotado para a sua exploração.

No decorrer do ano de 2013, a SAC-PR/SAC-PR prosseguiu com as averiguações e atualizações das outorgas de exploração de aeródromos civis públicos junto aos Estados e Municípios, com o objetivo de regularizar a operação de unidades aeroportuárias sem a correspondente outorga da União, além de buscar a renovação dos Convênios já celebrados. No período referido foram celebrados 160 novos convênios de delegação da exploração de aeródromos civis públicos, sendo: 80 outorgas para aeródromos até então sem instrumento de exploração da União; 06 outorgas para novos aeródromos; 64 renovações de outorgas (modernização de convênios já existentes); 03 novas outorgas decorrentes de reclassificação de aeródromos (privado para público) e 07 transferências de delegatários (repasso do Estado para o Município ou vice e versa).

No âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, destinado à construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, em parceria com os estados da Federação, no primeiro semestre de 2013, foram aprovados os projetos dos convênios de Cabo Frio – RJ, Cascavel – PR, Dourados – MS, Fernando de Noronha – PE, Santo Ângelo – RS, sendo que as obras desses dois últimos foram autorizadas.

Em razão de o Programa para a Aviação Regional constituir-se em um novo paradigma de investimentos no âmbito da administração pública federal, e até mesmo inédito no seu escopo de execução em comparação com outros programas de aviação civil regional de outros países no mundo, foi necessária a estruturação da execução e a realização dos atos normativos no 1º semestre de 2013. Em 20 de junho de 2013 a Medida Provisória nº 600/2012 foi convertida na Lei nº 12.833/2013 que, dentre outras providências, alterou a Lei nº 12.462/2011, no que se refere à

gestão e administração dos recursos do FNAC. Neste contexto, a Presidenta da República publicou o Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013, no qual, dentre outras disposições, verifica-se a indicação do Banco do Brasil S.A. para a gestão e administração dos recursos do FNAC. Não obstante, em 19 de junho de 2013 e 20 de junho de 2013, foram assinados respectivamente a Portaria Interministerial SAC-PRSAC-PR-MF nº 360/2013, que define a remuneração do Banco do Brasil S.A., e o Contrato BB-SAC-PRSAC-PR nº 11/2013, que estabelece as obrigações, regras, diretrizes e procedimentos para a gestão e administração de recursos do FNAC pelo Banco do Brasil S.A.

Quadro A.2.2.2.2 – Objetivo 0084

Identificação do Objetivo						
Descrição	Ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas.					
Código	0084	Órgão	Secretaria de Aviação Civil			
Programa	Aviação Civil			Código	2017	

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas	Unidade	1.000	663	663	66%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2	Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas	Unidade	150	120	120	80%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2.1	Região Centro-Oeste	Unidade	19	16	16	84%
2.2	Região Nordeste	Unidade	28	20	20	71%
2.3	Região Norte	Unidade	46	34	34	74%
2.4	Região Sudeste	Unidade	30	30	30	100%
2.5	Região Sul	Unidade	27	20	20	74%

Fonte: SIOP

2.2.2.2 Análise Situacional do Objetivo 0084

O ano de 2013 apresentou, até o fim do primeiro semestre, 125 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas, sendo que em 31/12/2013 esse número foi reduzido para 120. Já o número de rotas era de 789 até o final de 2012 (no fim do primeiro semestre de 2013 registrou-se 792 rotas), e em 31/12/2013 registrou-se 663 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Os motivos para a redução do número de operações são diversos, pois as empresas concessionárias de serviços aéreos possuem liberdade para operar voos para os destinos que as convier, de acordo com o §1º do Art. 48 da Lei nº 11.182/2005. Contudo, as dificuldades decorrentes do aumento dos custos operacionais se destacam. Tais custos foram especialmente afetados pelo aumento do preço do Querosene de Aviação e pelo aumento do valor do dólar norte-americano frente ao real.

Os dados sugerem que as empresas aéreas estão buscando adequar suas estruturas de custos à nova realidade. Parte das ações tomadas refere-se à diminuição da oferta, o que implica na redução do número de rotas. Segundo dados da ANAC, de janeiro a novembro de 2013 a indústria de transporte aéreo reduziu em aproximadamente 3,66% a oferta de assentos nos voos domésticos em comparação com o mesmo período do ano anterior.

É importante registrar que a participação do combustível nos custos operacionais da indústria de transporte aéreo, em decorrência do aumento de preços, é da ordem de 40%. Além do combustível, há uma série de itens influenciados pela variação cambial, como por exemplo, os custos com arrendamento, compra e manutenção de aeronaves. Também é importante citar a maior concentração do mercado, devido a aquisições e fusões de empresas aéreas realizadas no ano de 2012, fato que impactou diretamente a oferta de voos pelas empresas aéreas.

No âmbito das competências da SAC-PR, têm sido objeto de análise medidas que possam contribuir para a redução do custo operacional da indústria de transporte aéreo. Tais medidas deverão impactar de imediato no aumento da oferta de novas rotas de tal forma que contribuam para o atendimento da meta até 2015.

O Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos-PIL, anunciado pela Presidência da República em 20 de dezembro de 2012, prevê o fortalecimento e a ampliação da aviação regional com investimentos da ordem de R\$ 7,3 bilhões em 270 aeródromos/localidades do país, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária. Com fundamento no § 1º do art. 63-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a SAC-PR firmou contrato com o Banco do Brasil S/A, que prestará serviços ao Governo Federal para realização de investimentos em aeroportos regionais. Para tanto, poderá ser utilizado o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC na forma da Lei nº 12.462/2011. Os recursos alocados para os investimentos são oriundos do Fundo Nacional da Aviação Civil – FNAC e serão destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma dos aeródromos regionais integrantes do PIL.

Também com o intuito de fortalecer a aviação regional, de 1/2 a 3/3/2013 foi submetido à consulta pública modelo de subsídio para rotas aéreas de baixa e média densidade de tráfego, intitulado “Programa de Subsídio de Rotas Regionais”. O principal objetivo do programa é ampliar o acesso da população brasileira ao transporte aéreo por meio da redução do custo operacional das empresas que operam em municípios de baixo e médio potencial de tráfego. O modelo e as contribuições recebidas estão em análise pela SAC-PR.

Quanto à iniciativa de efetivação de mecanismos de financiamento de aeronaves, já no ano de 2012 realizou-se articulação junto ao Ministério da Fazenda, que informou estar o Fundo Garantidor regulamentado pelo Decreto nº 7.333, de 19/10/2010. Tais informações foram repassadas às empresas, pois consideravam que o Fundo Garantidor não estava operacional para a aquisição de aeronaves.

Em relação às medidas de estímulo à concorrência entre os prestadores de serviço de transporte aéreo, o Projeto de Lei nº 6.716/09 e apensos, que alteram a Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), com vistas a atualizar o referido código, continuaram sem movimentação na Câmara dos Deputados durante o ano de 2013, a despeito dos requerimentos para inclusão e votação.

Ao longo do ano de 2013, deu-se continuidade às discussões entre a SAC-PR, ANAC, Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE/MF, Ministério do Planejamento - MP e Casa Civil da PR – CC/PR, acerca da nova regulamentação do Sistema de Alocação de Horários de Chegadas e Partidas de Aeronaves (slots). Tais discussões tiveram o intuito de promover uma significativa redução das barreiras à entrada de novas companhias aéreas em aeroportos que apresentem, ou que venham a apresentar, restrição de oferta de infraestrutura aeroportuária, propiciando, assim, um aumento do potencial de competição do setor aéreo e da qualidade dos serviços prestados aos passageiros. Duas audiências públicas realizadas em fevereiro de 2013 resultaram dessas reuniões: i) uma de revisão da Resolução ANAC

nº 02/2006, que regula a alocação de slots em linhas aéreas domésticas de transporte regular de passageiros no país, promovida pela própria agência reguladora; ii) outra, específica para o Aeroporto de Congonhas, promovida pela SAC-PR. As sugestões e críticas colhidas ao longo das audiências foram então internalizadas e analisadas pelos respectivos órgãos. A SAC-PR coordenou estudos com vistas a avaliar a disponibilização de novos slots para aviação regular no Aeroporto de Congonhas, atendendo assim a uma das principais sugestões apresentadas durante a audiência.

Além disso, promoveu-se em 2013 a celebração de novos Acordos de Serviços Aéreos, bem como a atualização de Acordos já vigentes com diferentes países, a saber: 1) Brasil/Aruba (maio, Oranjestad – Aruba); 2) Brasil/Turquia (maio, Izmir – Turquia); 3) Brasil/Filipinas (maio, Rio de Janeiro); 4) Brasil/Iêmen (julho, Rio de Janeiro); 5) Brasil/Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental-CEDEAO (agosto, Rio de Janeiro); 6) Brasil/Cabo Verde (setembro, Rio de Janeiro); 7) Brasil/Tanzânia (dezembro, Durban – África do Sul); 8) Brasil/Zâmbia (dezembro, Durban – África do Sul); 9) Brasil/Sudão (dezembro, Durban – África do Sul); 10) Brasil/Congo (dezembro, Durban – África do Sul); 11) Brasil/Nigéria (dezembro, Durban – África do Sul); 12) Brasil/Mali (dezembro, Durban – África do Sul); 13) Brasil/Saint Martin (dezembro, Durban – África do Sul); 14) Brasil/Costa do Marfim (dezembro, Durban – África do Sul); 15) Brasil/Togo (dezembro, Durban – África do Sul); 16) Brasil/Jamaica (dezembro, Durban – África do Sul); 17) Brasil/Namíbia (dezembro, Durban – África do Sul); 18) Brasil/Seicheles (dezembro, Durban – África do Sul).

Quanto às frequências internacionais, durante o ano de 2013, foram alocadas 35 frequências para os seguintes mercados: Colômbia – 8 frequências para a empresa ABSA; Uruguai – 13 frequências para a empresa VRG/GOL; Nigéria – 3 frequências para a empresa VRG/GOL; Paraguai – 7 frequências para a empresa TAM; Venezuela – 4 frequências para a empresa VRG/GOL.

Quadro A.2.2.2.3 - Objetivo 0085

Identificação do Objetivo			
Descrição	Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.		
Código	0085	Órgão	Secretaria de Aviação Civil
Programa	Aviação Civil	Código	2017

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Realizar 1224 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita no período de abrangência do PPA 2012-2015	Unidade	1.224	1.395	3.886	317%
2	Reduzir, até 2015, o índice anual de acidentes aeronáuticos para nível igual ou melhor que a média mundial, com referência ao ano de 2011 (índice 0,46), considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade de passageiros em operações regulares, por 1 milhão de decolagens	%	0,46	0,21	0,21	219%

Fonte: SIOP

2.2.2.3 Análise Situacional do Objetivo 0085

O Objetivo prima pela segurança do transporte aéreo, a qual pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (safety) e proteção contra atos de interferência ilícita (security). A

segurança de voo (safety) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a safety – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já security é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea – como, por exemplo, os atentados terroristas. As ações relativas a security são principalmente focadas nos aeroportos, por ser o local a partir do qual os atos de interferência ilícita podem atingir as aeronaves, mas também alcançam as empresas aéreas.

No que tange a security, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) fiscalizou 1.395 itens referentes a auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, de forma a totalizar o valor de 3.886 itens fiscalizados nos anos de 2012 (2.491) e 2013. Cabe ressaltar que a metodologia de apuração das inspeções foi alterada em 2013, assim, a meta está em processo de readequação junto ao Ministério do Planejamento para “realizar 4.866 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita no período de abrangência do PPA 2012-2015”.

No que se refere a safety, a ANAC realiza atividades de fiscalização e inspeção de segurança operacional com o objetivo de assegurar o atendimento dos requisitos dos regulamentados. Em termos quantitativos, a Agência fiscalizou, no ano de 2013, 18.103 itens relativos à segurança operacional, infraestrutura aeroportuária, regulação econômica e aeronavegabilidade.

Todo esse conjunto de atividades contribuiu para a realização dos grandes eventos no País no ano de 2013, como a Copa das Confederações 2013 e a Jornada Mundial da Juventude, realizadas respectivamente nos meses de junho e julho de 2013, com segurança. Estes eventos trouxeram ao setor aeroportuário grande movimentação de aeronaves e passageiros, nacionais e internacionais.

Além disso, esse conjunto de atividades também contribuiu para a redução do índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, atingiu 0,21 no ano de 2012 e manteve-se nesse patamar em 2013. Dessa forma, o índice atual está abaixo da média mundial, que, segundo metodologia da ANAC, é de 0,46.

Outra ação realizada no sentido de promover a segurança da aviação civil foi a edição e revisão de normas e requisitos relacionados à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, operações aéreas e aeronavegabilidade. No exercício 2013 foram editadas e revisadas 63 normas. O quantitativo corresponde à publicação de 14 novas normatizações, atualização de 31 normas vigentes e revogação de 18 atos normativos. Além disso, destaca-se que foram realizadas 23 audiências públicas que possibilitaram a participação da sociedade no processo de aperfeiçoamento do arcabouço jurídico da Agência.

Ademais, em relação à atividade de regulação, foi publicada a Agenda Regulatória da ANAC para o ano de 2014, com o objetivo de direcionar o desenvolvimento e a atualização das normas do setor de forma transparente e com participação da sociedade. A agenda contém ao todo 28 temas prioritários para 2014. A definição dos temas estabelece diretrizes para as atividades normativas da Agência, com vistas a garantir a melhoria contínua dos processos organizacionais e do planejamento interno.

Quadro A.2.2.2.4 – Objetivo 0086

Identificação do Objetivo			
Descrição	Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.		
Código	0086	Órgão	Secretaria de Aviação Civil
Programa	Aviação Civil	Código	2017

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo	Unidade	8	5	6	75%
2	Capacitar 1.900 profissionais para atuação no sistema de aviação civil	Unidade	1.900	1.600	1991	105%

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
3	Elaborar o planejamento estratégico de longo prazo para o setor
4	Revisar o marco legal do setor de aviação civil

Fonte: SIOP

2.2.2.4 Análise Situacional do Objetivo 0086

Em 2012 foi realizado Estudo de Regionalização da ANAC, buscando endereçar soluções de planejamento e gestão para a aviação civil nacional. Em 2013 a Agência adotou medidas para a prospecção de temas e de parcerias com instituições de ensino superior, para o desenvolvimento de estudos e pesquisas como forma de aprimorar sua atividade regulatória e também de fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas relativas à aviação civil que sejam de interesse do País. Atualmente, onze planos de trabalho estão em fase de elaboração, e espera-se que a formalização de parcerias ocorra durante o ano de 2014.

Também a partir de 2013, a Secretaria de Aeroportos - SEAP/SAC-PR realizou cinco estudos voltados para o estabelecimento de diagnósticos sobre a aviação civil, a saber: (1) “Indicadores de desempenho de aeroportos brasileiros”, (2) “Estimativa de demanda para os aeroportos brasileiros que operam voo regular”, (3) “Modelos alternativos para estimar demanda para aeroportos regionais”, (4) “Estimativa de movimentação na Hora Pico para os aeroportos regionais” e (5) “Estimativa de mix e movimentação de aeronaves para aeroportos regionais”.

Em decorrência do anúncio do PIL Aeroportos, tornou-se necessária uma forte estrutura de planejamento e análise da aplicação dos recursos públicos nos investimentos necessários à ampliação da capacidade aeroportuária, que permita atender à crescente demanda gerada pelo crescimento da economia nacional. Visando a melhoria da gestão aeroportuária e o aprimoramento da qualidade de atendimento ao passageiro, foi realizada no 1º semestre desse ano pesquisa operacional in loco para a coleta de dados e criação de indicadores de desempenho nos principais aeroportos brasileiros. Essa ação representa um marco na gestão dos aeroportos brasileiros, sendo pela primeira vez apresentados dados gerais sobre a avaliação dos passageiros a respeito de cada um dos aeroportos analisados.

Em 2013 foram capacitados 1.600 profissionais da aviação civil, como pilotos, comissários, mecânicos, despachantes de voo, alunos de escolas de aviação civil, proprietários de aeronaves, representantes de empresas aéreas, oficinas, administração aeroportuária, bombeiros de aeródromos e entidades do setor que, somados aos 391 em 2012, proporcionaram o atingimento da meta

proposta para o período. Os resultados alcançados proporcionarão aos aeroportos regionais atendidos a possibilidade de operação de voos regulares, haja vista os requisitos obrigatórios de números mínimos de bombeiros de aeródromo em exercício nos aeroportos. Além disso, as capacitações em nível gerencial têm o fito de proporcionar a melhoria dos serviços prestados nos aeroportos do interior do país e de qualificar profissionais que possam contribuir para o crescimento sustentável da rede de aeroportos regionais brasileiros.

O planejamento estratégico de longo prazo para o setor encontra-se em fase de concepção pelo Governo Federal, por meio de um Plano de Ação que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos relacionados com o controle e o gerenciamento do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas pela Política Nacional de Aviação Civil/PNAC. Ainda, com o lançamento, pela Presidência da República, do Programa de Investimento em Logística: Aeroportos (PIL Aeroportos) em 20 de dezembro de 2012, observou-se a necessidade de alteração da estrutura organizacional da SAC-PR. A proposta de decreto de nova estrutura já se encontra em análise final, com validação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP.

No âmbito da melhoria dos processos de gestão, foi assinado em dezembro de 2013 o termo de cooperação junto à Universidade Federal de Santa Catarina para fornecimento, dentre outros, de pessoal qualificado em áreas de Tecnologia da Informação para implementação de sistema de gerenciamento e acompanhamento de projetos. Tal metodologia, quando aplicada, será utilizada nas diversas áreas da SAC-PR, especialmente no acompanhamento de obras e dos resultados efetivos da realização dessas intervenções, no acompanhamento de convênios e outros. Espera-se que, com a aquisição de conhecimento decorrente dessa cooperação, seja ampliada a capacidade interna de estabelecer objetivos e metas futuros para todo o setor.

A identificação de novas tecnologias utilizadas na indústria aeronáutica e o desenvolvimento de requisitos para a sua homologação culminaram, em 2013, na expedição de vinte e quatro normas pela ANAC, dentre Instruções Suplementares, mediante Portarias, Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil (RBAC) e Condições Especiais, mediante Resoluções.

Com o objetivo de revisar o marco legal do setor de aviação civil, a SAC-PR publicou, durante o ano de 2013, a Portaria nº 110, de 8 de julho de 2013, que aprovou o Plano Geral de Outorgas (PGO). O PGO caracteriza-se por estabelecer diretrizes e modelos para exploração de aeródromos civis públicos, definindo assim cinco modalidades de exploração: concessão, autorização, pela Infraero ou suas subsidiárias, pelo Comando da Aeronáutica e delegação a governos estaduais ou municipais.

Também foi editada, em 27 de novembro de 2013, a Portaria SAC-PR nº 228, que "estabelece diretrizes para o aperfeiçoamento das regras de alocação de áreas nos aeroportos, bem como para a elaboração da política comercial da Infraero", com objetivo de avaliar a atual situação da concessão de uso de áreas nos aeroportos brasileiros administrados pela Infraero e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do marco regulatório relativo a essas áreas.

Quanto ao Projeto de Lei nº 6.716/09 e apensos, que alteram a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), com vistas a atualizar o referido código, continuaram sem movimentação na Câmara dos Deputados durante o ano de 2013, a despeito dos requerimentos para inclusão e votação.

Quadro A.2.2.2.5 – Objetivo 0087

Identificação do Objetivo			
Descrição	Formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica civil, com vistas ao atendimento da demanda por transporte aéreo, de forma segura e eficiente.		
Código	0087	Órgão	Secretaria de Aviação Civil
Programa	Aviação Civil	Código	2017

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Formular o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira

Fonte: SIOP

2.2.2.5 Análise Situacional do Objetivo 0087

No que se refere à implantação de novas tecnologias de comunicação, navegação e vigilância para o gerenciamento do tráfego aéreo que visam à otimização da infraestrutura aeronáutica civil, a SAC-PR tem coordenado as ações institucionais do Comando da Aeronáutica (COMAER), da ANAC, da Infraero e/ou operador aeroportuário privado e das Prefeituras Municipais envolvidas para a implantação e operação dos equipamentos para aproximação e pouso por instrumentos - ILS CAT III - nos aeroportos de Galeão (RJ), Curitiba (PR) e Guarulhos (SP), ILS CAT II nos aeroportos de Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR) e ILS CAT I nos aeroportos de Joinville (SC), Londrina (PR), Uberlândia (MG) e Vitória (ES).

O Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira continua em fase de formulação. Contudo, a implementação desse plano depende de validação de uma metodologia alinhada com as normas preconizadas pelos organismos internacionais da aviação civil, que se adapte à realidade nacional, para o desenvolvimento de diretrizes que norteiem os procedimentos operacionais de navegação aérea a serem adotados por todas as prestadoras de serviços de controle de tráfego aéreo no país. A partir da consolidação desta metodologia, serão iniciadas as tratativas junto às demais organizações nacionais responsáveis pela infraestrutura aeronáutica civil brasileira para sua implantação. Ressalta-se que este Plano tem por objetivo o desenvolvimento integrado da infraestrutura aeronáutica brasileira, considerando os aspectos relacionados com o controle do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas na Política Nacional de Aviação Civil – PNAC.

Por fim, a Secretaria de Navegação Aérea Civil está integrando o Subcomitê de Operações Especiais do CONAERO (Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias), cujo objetivo é o desenvolvimento de estudos e metodologias para o aumento da capacidade das infraestruturas aeronáutica e aeroportuária civis.

2.2.3 Ações

2.2.3.1 Ações – OFSS

Quadro A.2.2.3.1 – Ação 09HB

Identificação da Ação						
Código	09HB			Tipo: Op. Especial		
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código: 2101	Tipo:	
Unidade Orçamentária	62101 - Secretaria de Aviação Civil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
80.000,00	80.000,00	75.496,38	64.619,88	64.619,88	-	10.876,50
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.2.3.2 – Ação 2004

Identificação da Ação						
Código	2004			Tipo: Atividade		
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código: 2101	Tipo:	
Unidade Orçamentária	62101 - Secretaria de Aviação Civil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
58.603,00	106.803,00	85.136,90	85.064,68	83.377,89	1.686,79	72,22
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			unidade	42,00	42,00	34,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAPE

Quadro A.2.2.3.3 – Ação 2010

Identificação da Ação							
Código	2010					Tipo: Atividade	
Título	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Iniciativa	-						
Objetivo	-					Código: -	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República Gestão e Manutenção					Código: 2101	Tipo:
Unidade Orçamentária	62101 - Secretaria de Aviação Civil						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
4.800,00	7.450,00	7.450,00	7.450,00	7.450,00	-	-	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
Criança atendida		unidade	4,00	4,00	8,00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-		

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAPE

Quadro A.2.2.3.4 – Ação 2011

Identificação da Ação							
Código	2011					Tipo: Atividade	
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						
Iniciativa	-						
Objetivo	-					Código: -	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República Gestão e Manutenção					Código: 2101	Tipo:
Unidade Orçamentária	62101 - Secretaria de Aviação Civil						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
31.716,00	37.493,00	37.493,00	34.306,31	32.819,19	1.487,12	3.186,69	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
Pessoa beneficiada		unidade	15,00	15,00	19,00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-		

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAPE

Quadro A.2.2.3.5 – Ação 2012

Identificação da Ação							
Código	2012					Tipo: Atividade	
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Iniciativa	-						
Objetivo	-					Código: -	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República Gestão e Manutenção					Código: 2101	Tipo:
Unidade Orçamentária	62101 - Secretaria de Aviação Civil						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
264.060,00	264.060,00	264.060,00	259.228,83	259.228,83		4.831,17	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada			unidade	72,00	72,00	60,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-		

Fonte: SIAFI Gerencial e SIAPE

Quadro A.2.2.3.6 – Ação 20TP

Identificação da Ação							
Código	20TP					Tipo: Atividade	
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Iniciativa	-						
Objetivo	-					Código: -	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República Gestão e Manutenção					Código: 2101	Tipo:
Unidade Orçamentária	62101 - Secretaria de Aviação Civil						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
10.951.454,00	10.951.454,00	9.855.406,32	8.590.478,66	8.524.940,23	65.538,43	1.264.927,66	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
-			-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
236.649,05	232.046,18	-	-	-	-		

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.2.3.7 – Ação 210F

Identificação da Ação						
Código	210F		Tipo: Atividade			
Título	Gestão para o Desenvolvimento da Aviação Civil					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código: -			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		Código: 2101		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	62101 - Secretaria de Aviação Civil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.000.000,00	15.018.055,00	13.641.077,75	11.902.927,71	11.899.746,64	3.181,07	1.738.150,04
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.2.3.8 – Ação 210F

Identificação da Ação						
Código	210F		Tipo: Atividade			
Título	Gestão para o Desenvolvimento da Aviação Civil					
Iniciativa	-					
Objetivo	-		Código:-			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		Código: 2101		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
34.901.239,00	34.901.239,00	2.798.740,32	2.388.983,38	2.388.782,29	201,09	409.756,94
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.2.3.9 – Ação 4641

Identificação da Ação							
Código	4641					Tipo: Atividade	
Título	Publicidade de Utilidade Pública						
Iniciativa	-						
Objetivo	-					Código:-	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades Gestão e Manutenção					Código: 2116	Tipo:
Unidade Orçamentária	62101 - Secretaria de Aviação Civil						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	-	-	-	10.000.000,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
-			-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-		

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.2.3.10 – Ação 00MU

Identificação da Ação							
Código	00MU					Tipo: Op. Especial	
Título	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Aporte de Capital nas Sociedades de Propósito Específico (SPE)						
Iniciativa	-						
Objetivo	-					Código:-	
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais					Código: 0909	Tipo: Op. Especiais
Unidade Orçamentária	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não		Caso positivo: (X) PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
300.000.000,00	767.652.512,00	767.652.512,00	300.000.000,00	300.000.000,00	-	467.652.512,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-		

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.2.3.11 - Ação – 0E45

Identificação da Ação						
Código	0E45					Tipo: Op. Especial
Título	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Adequação da Infraestrutura Aeroportuária					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					Código:-
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais			Código: 0909		Tipo: Op. Especiais
Unidade Orçamentária	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não		Caso positivo: (X) PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.358.300.000,00	1.102.257.745,00	1.102.257.744,00	1.102.257.744,00	1.102.257.744,00	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
800.000.000,00*	800.000.000,00	-	-		-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

*Obs.: Restos a Pagar da ação 0E45 estavam na UO 20107 - Secretaria de Aviação Civil no exercício de 2012

Quadro A.2.2.3.12 – Ação 0Z00

Identificação da Ação						
Código	0Z00					Tipo: Op. Especial
Título	Reserva de Contingência - Financeira					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Programa Reserva de Contingência			Código: 0999		Tipo: -
Unidade Orçamentária	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.311.740.653,00	1.311.740.653,00	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Fonte: SIAFI Gerencial e SIOP

Quadro A.2.2.3.13 – Ação 14UB

Identificação da Ação							
Código	14UB					Tipo: Projeto	
Título	Construção, Reforma e Reparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional						
Iniciativa	0078 - Construção e Adequação das Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional						
Objetivo	Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.					Código: 0083	
Programa	Aviação Civil					Código: 2017	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil						
Ação Prioritária	(X) Sim () Não		Caso positivo: (X) PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
496.000.827,00	284.390.570,00	171.146.765,62	2.300.000,00	2.300.000,00	-	168.846.765,62	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
Aeroporto adequado		unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado		
			21,00	42,00	55,00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-		-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial e SIOF

Quadro A.2.2.3.14 – Ação 14UC

Identificação da Ação							
Código	14UC					Tipo: Projeto	
Título	Construção, Reforma e Reparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal						
Iniciativa	0078 - Construção e Adequação das Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional						
Objetivo	Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.					Código: 0083	
Programa	Aviação Civil					Código: 2017	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
151.019.101	151.019.101,00	147.022.863,99	82.464.041,56	68.581.636,65	13.882.404,91	64.558.822,43	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
Aeroporto adequado		unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado		
			38,00	28,00	28,00		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-		-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial e SIOF

Quadro A.2.2.3.15 – Ação 20SW

Identificação da Ação						
Código	20SW				Tipo: Atividade	
Título	Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil					
Iniciativa	007W - Ampliação da capacitação dos profissionais da aviação civil					
Objetivo	Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental. Código: 0086					
Programa	Aviação Civil		Código: 2017		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.120.260,00	9.120.260,00	8.573.576,64	2.889.169,62	2.868.809,14	20.360,48	5.684.407,02
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
Profissional capacitado		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				366,00	607,00	607,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Fonte: SIAFI Gerencial e SIOF

Quadro A.2.2.3.16 – Ação 211I

Identificação da Ação						
Código	211I				Tipo: Atividade	
Título	Elaboração de Diagnósticos sobre Aviação Civil					
Iniciativa	007Z - Elaboração de estudos e projetos para a aviação civil					
Objetivo	Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental. Código: 0086					
Programa	Aviação Civil		Código: 2017		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não		Caso positivo: (X) PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.641.400,00	11.641.400,00	7.587.205,00	-	-	-	7.587.205,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante		
Diagnóstico elaborado		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				1,00	1,00	1,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Fonte: SIAFI Gerencial e SIOF

2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS – Ver justificativa na Introdução.

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro A.2.2.3.3.1 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – Ação 2000

Identificação da Ação					
Código	2000			Tipo: Atividade	
Título	Administração da Unidade				
Iniciativa	-				
Objetivo	-		Código: -	Tipo: -	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código: 2101	Tipo:
Unidade Orçamentária	20107 - Secretaria de Aviação Civil				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
4.884.478,82	4.134.680,28	268.891,70	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.2.3.3.2 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – Ação 20CW

Identificação da Ação					
Código	20CW*			Tipo: Atividade	
Título	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Iniciativa	-				
Objetivo	-		Código:-	Tipo:-	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República			Código: 2101	Tipo:
Unidade Orçamentária	20107 - Secretaria de Aviação Civil				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
15.823,86	1.602,33	-	-	-	-

*Em 2013 essa ação passar a ser um Plano Orçamentário (PO) da Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.2.3.3.3 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – Ação 12CE

Identificação da Ação						
Código	12CE			Tipo: Projeto		
Título	Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual					
Iniciativa	0078 - Construção e Adequação dos Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional					
Objetivo	Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura. Código: 0083					
Programa	Aviação Civil			Código: 2017	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	20930 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
23.000.000,00	-	-	Aeroporto Construído	Unidade	0	

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.2.3.3.4 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – Ação 12CE

Identificação da Ação						
Código	12CE			Tipo: Projeto		
Título	Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual					
Iniciativa	-					
Objetivo	-					
Programa	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária			Código: 0631	Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	20930 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
12.358.430,71	-	-	Aeroporto Construído	Unidade	0	

Fonte: SIAFI. Ação oriunda do PPA 2008-2011.

Quadro A.2.2.3.3.5 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – Ação 5154

Identificação da Ação						
Código	5154			Tipo: Projeto		
Título	Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual					
Iniciativa	0078 - Construção e Adequação das Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional					
Objetivo	Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura. Código: 0083					
Programa	Aviação Civil			Código: 2017	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	20930 - Fundo Nacional de Aviação Civil					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
193.423.552,36	-	-	Obra Realizada	Unidade	0	

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.2.2.3.3.6 - Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar – Ação 5154

Identificação da Ação					
Código	5154	Tipo: Projeto			
Título	Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual				
Iniciativa	-				
Objetivo	-	Código:-	Tipo:-		
Programa	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	Código: 0631	Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária	20930 - Fundo Nacional de Aviação Civil				
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
35.982.628,61	26.838,15	582.027,64	Obra Realizada	Unidade	0

Fonte: SIAFI Gerencial. Ação oriunda do PPA 2008-2011.

As Ações Orçamentárias 12CE e 5154 destinavam-se à execução do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, com a finalidade de construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, em parceria (convênios) com Estados da Federação, consoante preconiza a Lei nº 8.399, de 07 de janeiro de 1992.

No exercício de 2013, as referidas ações foram substituídas pela Ação 14UB e não houve celebração de convênios no âmbito do PROFAA, em virtude do lançamento, pela Presidência da República, do Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos, em 20 de dezembro de 2012.

Dessa forma, foi dado andamento aos convênios celebrados em 2011 e 2012, que apresentam baixa execução física devido, principalmente, às diversas falhas provenientes dos Estados, tais como, deficiências dos projetos básicos apresentados; planilha orçamentária sem compatibilidade com as referências estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO; atraso nas licitações; demora na apresentação dos documentos e na adequação dos projetos básicos, dentre outras.

2.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI – Ver justificativa na Introdução.

2.2.3.5 Análise Situacional das Ações Orçamentárias

2.2.3.5.1 Análise Situacional das Ações Orçamentárias Não-Finalísticas (não contempladas no Programa finalístico 2017 – Aviação Civil)

As ações orçamentárias padronizadas 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União e 0Z00 – Reserva de Contingência não possuem meta física.

Para as ações relativas a benefícios, quais sejam 2004, 2010, 2011 e 2012, a meta realizada é relativa ao executado no mês de dezembro, tendo sido solicitada suplementação orçamentária para atender às despesas com Assistência Médica (ação 2004), Assistência Pré-Escolar (ação 2010) e Auxílio-Transporte (ação 2011), correspondente a 82,2%, 55,2% e 18,2%, respectivamente, da dotação inicial das respectivas ações. Para o benefício Pré-Escolar, tal fato justificou-se pelo quantitativo de beneficiários, que no final do exercício de 2013 foi o dobro da meta inicialmente prevista para a ação.

Importante mencionar que, para 2013, a ação 2000 – Administração da Unidade nas UOs SAC (62101), comumente chamada de Administração Direta, e FNAC (62901), foi substituída pela ação 210F – Gestão para o Desenvolvimento da Aviação Civil, que não possui meta física. No âmbito da Administração Direta a execução correspondeu a dispêndios com capacitação de servidores, auxílio-moradia, ajuda de custo e com manutenção administrativa, como, por exemplo,

locação de imóvel, condomínio, IPTU, material de consumo, serviços de vigilância e recepcionista, manutenção e conservação de imóveis, transporte oficial, além das aquisições de passagens e pagamento de diárias do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva da SAC-PR SAC-PR. Além disso, foi firmado Termo de Cooperação com o Ministério do Esporte (ME), no valor de R\$ 1,2 milhão, objetivando possibilitar a prestação de serviços de consultoria, planejamento estratégico na área de comunicação social, assessoria de imprensa e relações públicas, por intermédio do contrato de prestação de serviços mantido pelo ME. Para o FNAC os recursos da referida ação destinaram-se a despesas com diárias e passagens das secretarias finalísticas deste Órgão e com consultoria para prestação de serviços de coleta de dados presencial, distribuição e geração de resultados de indicadores de desempenho das operações aeroportuárias do lado terra dos aeroportos.

Vale ressaltar que a SAC descentralizou R\$ 10,0 milhões ao Ministério das Cidades para execução de despesas com Publicidade de Utilidade Pública (PUP - ação 4641), visando o desenvolvimento de campanha de utilidade pública em conjunto com aquele Ministério para divulgar à sociedade brasileira os direitos dos usuários em meio à reforma estruturante por que passa o modal aéreo nacional e sua integração com os diferentes modais de mobilidade urbana. Trata-se de demanda de comunicação desta Secretaria para divulgação de informações de interesse público sobre a aviação civil e os direitos e deveres dos passageiros, sobretudo sobre os caminhos e oportunidades que os cidadãos dispõem para reclamar, criticar ou demandar esclarecimentos do poder público. Tal despesa foi empenhada no mês de dezembro de 2013, tendo sido integralmente inscrita em restos a pagar não processados.

A execução relativa à ação de Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) visou à continuidade das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos aeroportos administrados pela estatal (ação 0E45), no valor de R\$ 1.102,3 milhões, e à participação da estatal no capital das Sociedades de Propósito Específico - SPE (ação 00MU) que administram os aeroportos concedidos de Campinas, Guarulhos e Brasília, no valor de R\$ 767,7 milhões. Para o Aporte de Capital às SPE houve suplementação orçamentária de R\$ 467,7 milhões, 155,9% superior ao valor inicialmente alocado de R\$ 300,0 milhões para a respectiva ação, sendo esse aumento 100% inscrito em restos a pagar, uma vez que só foi atendido em dezembro de 2013 e a transferência de recursos à Infraero dependia da liberação financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF e de decreto de autorização dessa transferência da União para o aumento do capital social da empresa Infraero.

A limitação de empenho imposta a esta Secretaria não foi prejudicial ao desempenho de suas atividades, porém destaca-se o esforço para atendimento à Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013, que limitou a execução de despesas com a contratação de bens e serviços e com a concessão de diárias e passagens, gerando a restrição dos gastos com viagens, material de consumo e com capacitação de servidores, dentre outros.

2.2.3.5.2 Análise Situacional das Ações Orçamentárias Finalísticas do Programa Aviação Civil

Esta seção trata da análise das quatro ações orçamentárias finalísticas do Programa 2017 – Aviação Civil, todas no âmbito do FNAC, a saber: 20SW – Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil; 14UB – Construção, Reforma e Reparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional; 211I – Elaboração de Diagnósticos sobre Aviação Civil; e, 14UC – Construção, Reforma e Reparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal.

A meta informada para a ação 20SW refere-se à capacitação de 607 profissionais do setor aéreo civil, os quais podem ser distribuídos nas seguintes áreas profissionais: 386 bombeiros de aeródromo; 155 gestores e/ou administradores de aeroportos regionais; e 66 gerentes de seções contra incêndio de aeroportos regionais.

Os três tipos de capacitação oferecidos pela SAC-PR derivaram de duas ações governamentais destinadas ao atendimento de profissionais de aeroportos regionais. A primeira foi

originada em parceria estabelecida com o Comando da Aeronáutica (COMAER/MD) para a formação de bombeiros de aeródromo, que são profissionais de nível técnico-operacional. A segunda decorreu de contratação da Infraero para a disponibilização de cursos gerenciais para aeroportos regionais. Ambas as ações foram facilitadas pelo empenho dos profissionais das instituições parceiras/contratadas que demonstraram comprometimento no cumprimento das metas propostas pela SAC-PR.

Os resultados obtidos foram apurados por meio de relatórios de fim de curso emitidos pelo COMAER/MD e pela Infraero. Ressalta-se que a superação da meta física inicialmente programada em 66% se deveu a uma reprogramação, a fim de proporcionar melhor utilização do orçamento disponibilizado para o exercício financeiro de 2013. Ainda, a não liquidação integral da despesa empenhada está relacionada tão somente à formação de bombeiros de aeródromo. A consecução da parte da meta relacionada à formação desses profissionais (386 bombeiros de aeródromo) se deu por meio de execução descentralizada da atividade de formação, ou seja, coube ao COMAER/MD a realização dos cursos planejados. Embora a meta programada tenha sido cumprida, ou seja, os cursos foram realizados, a liquidação de parte da despesa ficou prejudicada por problemas relacionados a atrasos na conclusão de processos licitatórios. O COMAER também alegou que a execução integral das turmas dos cursos foi possível pela utilização de meios e recursos próprios.

A ação 14UB é destinada à execução do Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos Regionais (PIL), anunciado em 20 de dezembro de 2012 pela Presidência da República. O referido Programa contempla na 1ª fase 270 aeroportos regionais, com previsão inicial de investimentos de R\$ 7,3 bilhões. O fortalecimento e a ampliação da Aviação Regional têm como objetivo a melhoria da qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária para os usuários, ampliando a oferta de transporte aéreo à população brasileira e reconstruindo a rede de aviação regional. Além disso, a expansão da malha irá gerar integração do território nacional, desenvolvimento dos polos regionais, fortalecimento dos centros de turismo e garantia de acesso às comunidades da Amazônia Legal.

Após o anúncio do Programa, foi estruturado, durante o 1º semestre de 2013, o marco regulatório para viabilizar a execução dos investimentos nos aeroportos regionais, que culminou nos seguintes atos normativos: Medida Provisória nº 600, de 28 de dezembro de 2012, convertida na Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013, que regulamenta o Fundo Nacional de Aviação Civil; Portaria Interministerial MF/SAC nº 360, de 19 de junho de 2013, que estabelece a remuneração do Banco do Brasil S.A.; e o Contrato SAC/BB nº 11, de 20 de junho de 2013.

Após a assinatura do Contrato SAC/BB nº 11, em 20 de junho de 2013, e a estruturação do processo de execução, a SAC-PR/SAC-PR autorizou ao Banco do Brasil, ao longo do 2º semestre de 2013, a contratar os estudos (topografia, perfilamento a laser, meio ambiente), projetos e serviços de engenharia em campo (ensaios e sondagens de solo), com vistas a viabilizar a realização das obras e aquisição dos equipamentos para os 270 aeroportos regionais, totalizando 15 editais (licitações) com 25 Lotes. Ainda no âmbito do PIL foi desenvolvido pela equipe de engenharia e arquitetura da Infraero anteprojetos padrão de Terminais de Passageiros – TPS para os aeroportos regionais, com a possibilidade de ampliação modular do terminal. Estes anteprojetos possuem conceitos internacionais de processamento de passageiros, com a utilização eficiente das áreas do terminal para o conforto dos usuários. Além disso, permite a flexibilização no processamento dos passageiros, conforme o interesse do operador aeroportuário.

Dessa forma, dos R\$ 205,3 milhões (exceto emendas parlamentares) de dotação orçamentária, foram empenhados cerca de R\$ 171,1 milhões, os quais se referem aos estudos e projetos contratados no âmbito do PIL, tendo sido realizados, em 2013, serviços de aerofotogrametria e perfilamento a laser (topografia) em 55 aeródromos regionais. O aumento da meta física executada se deve à alterações na estratégia de contratação adotada, optando-se por licitar lotes maiores de aeroportos. Essa mesma alteração na estratégia ocasionou um

replanejamento do cronograma físico-financeiro, o que, aliado ao fato de as licitações terem atrasado - apenas uma foi concluída em 2013, resultaram numa execução financeira aquém do programado. Importante registrar que a ação 14UB teve cancelamento de dotação de R\$ 211,6 milhões, que atendeu à suplementação da ação 00MU de Aporte às SPE, citado no item **2.2.3.5.1**, sem contudo prejudicar o planejamento da Aviação Regional para o exercício de 2013.

Especificamente em relação à ação 211I – Elaboração de Diagnósticos, os recursos empenhados, da ordem de R\$ 7,6 milhões, referem-se à 1ª parcela do Cronograma de Desembolso do Termo de Cooperação nº 04/2013, celebrado em 27 de novembro de 2013, entre a SAC-PR-SAC-PR e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo objeto é a realização de diagnósticos, estudos e pesquisas visando o apoio no planejamento do sistema aeroportuário do país e na estruturação do planejamento da SAC-PR-SAC-PR, mediante a realização das seguintes atividades: apoio no planejamento do sistema aeroportuário do país; padronização de dados e informação; análise da capacidade (atual e potencial máxima); sistematização de informações de demanda por serviços aeroportuários; avaliação e elaboração de Planos de Zona de Proteção; análise da gestão dos aeródromos; planejamento da infraestrutura; implementação do Sistema de Gerenciamento de Informações de Aeroportos; apoio na estruturação do planejamento da SAC-PR-SAC-PR; análises especializadas; suporte na definição de planos de investimentos; suporte na elaboração e avaliação de projetos de engenharia e termos de referência de equipamentos.

Devido ao PIL, torna-se necessária uma forte estrutura de planejamento e análise, com vistas a promover a ordenação e a racionalização dos investimentos públicos federais necessários à ampliação da capacidade aeroportuária e o atendimento aos requisitos de segurança expedidos pelos órgãos e entidades do sistema de aviação civil, que permita atender à crescente demanda gerada pelo crescimento da economia nacional, garantindo a observância dos princípios da eficiência e da economicidade que regem a administração pública.

Portanto, considerando que o desenvolvimento de um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo demanda, além das ações de implantação do próprio plano, o gerenciamento e controle da sua execução, por meio de medidas de acompanhamento e aperfeiçoamento, inclusive com previsão de atualizações periódicas; e, ainda, a prioridade de investimentos no setor aeroportuário brasileiro, pretende-se que o planejamento do sistema aeroportuário nacional passe por um processo sistemático de implementação, acompanhamento e manutenção que viabilize a sua perenização e institucionalização. O apoio ao planejamento aeroportuário agregará à SAC-PR-SAC-PR maior capacidade crítica e instrumentos necessários ao planejamento para formação das políticas públicas para o setor aeroportuário e que possibilitarão uma maior integração com outras instituições do setor, tais como: a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, o Comando da Aeronáutica – COMAER/MD, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP e a Casa Civil da Presidência da República.

Destaca-se que a meta física foi atingida na medida em que se celebrou o Termo de Cooperação nº 04/2013. No entanto, esse Termo tem previsão de duração plurianual, e, portanto, seus resultados somente serão integralmente concluídos no futuro. Em função de o Termo de Cooperação ter sido assinado somente em 27 de novembro de 2013, não restou tempo para que os produtos começassem a ser entregues ainda em 2013, justificando a inscrição em restos a pagar não processados de 100% do valor empenhado.

Em relação à Reforma das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal, no âmbito da ação 14UC, os recursos executados possibilitaram o início, bem como a continuidade, de 24 obras. Dessas, 10 receberam recursos necessários para finalização, e as demais continuarão em andamento nos próximos anos. Cabe ressaltar que alguns aeródromos foram contemplados com mais de uma obra. Também foram adquiridos equipamentos para a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica - COMARA, com o consequente atendimento dos aeródromos nos quais esta Comissão executa obras de infraestrutura aeroportuária. Tais recursos também

permitiram o processo licitatório para a aquisição de 8 viaturas de combate a incêndio que atenderão 8 aeródromos distintos. Por fim, foi dada continuidade à construção de 1 aeródromo, o de Santa Rosa do Purus, no Acre, obra de execução plurianual com previsão de término no ano de 2018. Em virtude de remanejamento de recursos, houve reprogramação da execução das obras e demais investimentos, o que ocasionou reduções na realização tanto física quanto financeira anteriormente planejadas.

Importa registrar que as ações 14UB – Aviação Regional e 211I – Elaboração de Diagnósticos fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e não sofreram contingenciamento. A limitação de empenho, no âmbito do Programa 2017 – Aviação Civil, recaiu apenas sobre parte das despesas de custeio da ação 14UC – Aviação de Interesse Federal, devido à restrição imposta pela Portaria nº 268, de 30 de julho de 2013 que limitou, dentre outros, os gastos com a concessão de diárias e passagens e com material de consumo.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Além dos resultados apresentados, cabe ressaltar outros alcançados durante o ano de 2013. Uma das iniciativas com impacto direto sobre os usuários dos aeroportos, em especial durante os grandes eventos foram os manuais de planejamento para o setor de aviação civil para os grandes eventos. Em 2013 foram produzidos, com a coordenação da CONAERO, Manual de Planejamento do setor de aviação civil para a Copa das Confederações da FIFA 2013, que auxiliou na coordenação e harmonização dos agentes atuantes nos aeroportos, de maneira a aperfeiçoar o funcionamento do setor durante o evento, além de servir como referência para a atuação durante a Jornada Mundial da juventude no Rio de Janeiro. O documento é constituído por informações sobre demandas relativas ao evento, capacidade dos aeroportos, legislação pertinente, gerenciamento da operação e da infraestrutura, segurança e defesa, recursos humanos entre outras. O Manual serviu como base para o que está sendo produzido e será publicado em 2014 voltado especificamente à Copa do Mundo FIFA 2014. Como resultado, observa-se que, em pesquisa feita junto aos turistas durante a Jornada Mundial da Juventude, os aeroportos foram o segundo item mais bem avaliado.

Outra iniciativa de destaque foi a instituição do Prêmio Boa Viagem, uma iniciativa conjunta entre a Secretaria da Aviação Civil, a Embratur e a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias, com objetivo de divulgar as instalações e as equipes que mais se destacarem no atendimento ao público, o que propicia um ambiente de competição saudável entre os operadores aeroportuários. O prêmio foi dividido em oito categorias, para o aeroporto com melhor serviço de check-in, melhor serviço de inspeção de segurança, melhor serviço de controle migratório, melhor serviço de controle aduaneiro, melhor restituição de bagagem, melhor ambiente aeroportuário, melhor apoio ao turista e melhor aeroporto. O prêmio foi entregue em 6 de agosto de 2013, em evento com participação de autoridades do setor.

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

3.1 Estrutura Orgânica de Controle da UJ

As atividades de controle interno da SAC-PRSAC-PR são exercidas pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República. A SAC-PRSAC-PR exerce, sistematicamente, o acompanhamento das atividades de gestão administrativa, patrimonial, financeira, orçamentária e de recursos humanos, por intermédio do seu Departamento de Administração Interna (DEADI). Com vistas à identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade, os processos estratégicos, em regra de responsabilidade das Unidades finalísticas deste Órgão, sob a supervisão da Secretaria Executiva, são formulados e monitorados com base em diagnóstico e definição dos níveis de riscos operacionais, submetendo as propostas, sempre que possível, à Consulta Pública, dando amplo conhecimento aos setores envolvidos e à sociedade visando ao seu aprimoramento.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos				X	

e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica: Ressalta-se que, com cerca de três anos desde sua criação, a Secretaria de Aviação Civil ainda está em processo de estruturação, e o foco de ação está concentrado na organização dos processos de trabalhos básicos de cada unidade. Por outro lado, estão sendo envidados esforços para aprimorar os mecanismos de controle interno administrativo, trabalhando basicamente nas seguintes vertentes: implementação de novas rotinas e processos de trabalho com vistas a otimizar o controle das atividades de cunho administrativo da Secretaria; construção de indicadores que possam avaliar e monitorar, qualitativa e quantitativamente, os aspectos relacionados ao desempenho de atividades de competência da Pasta, visando a melhoria da gestão; reforço das equipes de trabalho que se encontram deficitárias para o desempenho adequado das atribuições institucionais, especificamente aquelas relacionadas à gestão de pessoas, compras e contratações, infraestrutura e gestão patrimonial. Cabe mencionar, por oportuno, que a Secretaria não dispõe de quadro próprio de pessoal, ficando dependente da requisição de servidores e empregados de outros órgãos da Administração Pública para compor o efetivo funcional adequado às inúmeras competências regimentais e, assim, viabilizar a implementação de medidas de gestão mais efetivas.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

3.3 Remuneração paga a administradores – Ver justificativa na introdução

3.4 Estrutura e atividades do Sistema de Correição da UJ - Ver justificativa na introdução

3.5 Cumprimento pela instância de correição da portaria nº 1.043/2007 da CGU – ver justificativa na introdução

3.6 Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.

A Secretaria Executiva, por intermédio do Departamento de Administração Interna, elaborou um conjunto de indicadores com o objetivo de monitorar e avaliar o desempenho institucional e aprimorar os controles internos. Os indicadores foram distribuídos em seis grandes grupos de processos: I - Gestão de Compras e Contratos; II - Gestão de Pessoas; III- Gestão da Tecnologia da Informação; IV – Gestão de Orçamento e Finanças; V- Gestão de Recursos Logísticos, e VI – Gestão de Diárias e Passagens. Atualmente, os indicadores encontram-se em fase de validação nas áreas correlatas às atividades que serão avaliadas.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

4.1 Execução das Despesas

4.1.1 Programação

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: SAC-PRSAC-PR			Código UO: 62101		UGO: 110590	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			11.031.454,00		22.759.179,00	
CRÉDITOS	Suplementares				2.056.627,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			11.031.454,00		24.815.806,00	
Dotação final 2012 (B)			9.538.899,00		9.534.639,00	
Variação (A/B-1)*100			15,65		160,27	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			2.600.000,00			
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos	866.667,00			
		Reabertos	(2.848.612,00)			
Créditos Cancelados						
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			618.055,00			
Dotação final 2012 (B)			6.841.667,00	800.000.000,00		
Variação (A/B-1)*100			(90,97)	(100,00)		

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.4.1.2 – Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: FNAC			Código UO: 62901		UGO: 110591
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL					54.945.899,00
CRÉDITOS	Suplementares				21.480.000,00
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			4.600.000,00
		Reabertos			(4.600.000,00)
Créditos Cancelados					
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)					76.425.899,00
Dotação final 2012 (B)					27.402.500,00
Variação (A/B-1)*100					178,90
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital		9 - Reserva de

		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	Contingência	
DOTAÇÃO INICIAL		647.736.928,00	1.658.300.000,00		1.311.740.653,00	
CRÉDITOS	Suplementares		467.652.512,00			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos	241.328.542,00	552.766.666,00		
Créditos Cancelados		(474.418.799,00)	(808.808.921,00)			
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)		414.646.671,00	1.869.910.257,00		1.311.740.653,00	
Dotação final 2012 (B)		743.961.537,00	552.766.666,00		331.827.800,00	
Variação (A/B-1)*100		(44,27)	238,28		295,31	

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.1.1 Análise Crítica

Para a UO 62101 – Secretaria de Aviação Civil a dotação orçamentária destinou-se a despesas com pessoal, benefícios a servidores, capacitação de servidores, auxílio-moradia, ajuda de custo e com manutenção administrativa, como, por exemplo, locação de imóvel, condomínio, IPTU, material de consumo, serviços de vigilância e recepcionista, manutenção e conservação de imóveis, transporte oficial, além das aquisições de passagens e pagamento de diárias para o Gabinete do Ministro e Secretaria Executiva. Além disso, foram destinados R\$ 10,0 milhões para gastos com Publicidade de Utilidade Pública (PUP), visando atender demanda de comunicação da SAC-PRSAC-PR para divulgação de informações de interesse público sobre a aviação civil, justificativa para a grande variação registrada na dotação alocada em despesas correntes (GND 3) em relação ao ano de 2012, em que não houve orçamento para essa finalidade.

As alterações orçamentárias ocorreram para suplementação das dotações dos benefícios relativos às Assistências Médica e Pré-Escolar e Auxílio Transporte, totalizando R\$ 56,6 mil, e para troca de grupo de natureza de despesa de investimento (GND 4) para custeio (GND 3), no valor de R\$ 2,0 milhões, visando atender aos gastos administrativos da SAC inerentes à sua mudança para a nova sede, que gerou despesas antes inexistentes ou custeadas pela Presidência da República ou ofertadas pelo Banco do Brasil (que também cedia gratuitamente o espaço físico ocupado junto ao Centro Cultural Banco do Brasil), como aluguel, condomínio, energia elétrica, serviços de limpeza e conservação, entre outros. Registra-se que a SAC-PRSAC-PR começou a ocupar fisicamente a nova sede no Edifício Parque Cidade Corporate a partir de maio de 2013.

A redução do orçamento para 2013 no grupo de despesa GND 4 é justificada pelo fato de os investimentos relativos às novas instalações da SAC, para adequação do novo espaço físico, terem sido atendidos com o orçamento de 2012.

A ação orçamentária destinada ao Aporte de Capital à Infraero (ação 0E45) migrou em 2013 da Administração Direta para o Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), o que explica a variação negativa de dotação em relação à 2012 no GND 5 – Inversões Financeiras.

Os créditos reabertos nas duas unidades orçamentárias são relativos à Medida Provisória nº 598, de 27/12/12, que abriu crédito extraordinário em favor de diversos órgãos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União para atender à programação de execução do exercício financeiro de 2012, e também abriu crédito relativo a 1/3 dos investimentos alocados no PLOA 2013, que não foi votado pelo Congresso Nacional em 2012, visando à execução de despesas de 2013. Tal fato correspondeu a uma antecipação da LOA 2013, uma vez que na ausência da Lei

Orçamentária do exercício só há autorização para execução em despesas de custeio limitada mensalmente a duodécimos do valor previsto em cada ação do PLOA, conforme preconiza o art. 50 da Lei nº 12.708, de 20 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013. Porém a Medida Provisória mencionada não foi votada pelo Congresso Nacional, não sendo assim convertida em Lei, e conseqüentemente os créditos reabertos foram cancelados.

Para o FNAC (UO 62901) o orçamento alocado destina-se à ampliação da malha aeroviária, à adequação e ampliação da infraestrutura aeroportuária, à segurança operacional e contra atos de interferência ilícita, à capacitação de profissionais e a redução de impactos ambientais, dentre outros objetivos.

Conforme já citado anteriormente, em 20 de dezembro de 2012 foi anunciado pela Presidência da República o Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos-PIL, que prevê o fortalecimento e a ampliação da aviação regional com investimentos da ordem de R\$ 7,3 bilhões em 270 aeródromos/localidades do país, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária. Com fundamento no § 1º do art. 63-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a SAC-PR firmou contrato com o Banco do Brasil S/A, que prestará serviços ao Governo Federal para realização de investimentos em logística em aeroportos regionais, tendo sido publicada a Portaria Interministerial SAC-PRSAC-PR-MF nº 360/2013, que define a remuneração do Banco por essa prestação de serviços.

A suplementação orçamentária em despesas correntes corresponde à troca de grupo de despesa de GND 4 para GND 3 para atender à referida remuneração do Banco do Brasil pela gestão dos recursos destinados à Aviação Regional, no valor de R\$ 20,0 milhões, bem como à capacitação de profissionais da aviação civil, no valor de R\$ 1,48 milhão. Essa alocação de despesas, juntamente com os projetos para realização de diagnósticos, estudos e pesquisas visando o apoio no planejamento do sistema aeroportuário do país, respondem pela grande variação do orçamento de 2013 comparado ao de 2012.

Ademais, a Aviação Regional também teve seu orçamento cancelado no grupo de despesa destinado a investimentos, no valor de R\$ 211,6 milhões, o que não comprometeu a programação para o setor no exercício de 2013. Tal cancelamento serviu como fonte de financiamento para a ação de Aporte de Capital às Sociedades de Propósito Específico – SPE (ação 00MU), que também foi suplementada em R\$ 256,0 milhões provenientes do cancelamento da dotação destinada ao Aporte de Capital à Infraero para adequação da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos administrados pela estatal (ação 0E45). Assim, a suplementação no grupo de despesa GND 5 – Inversões Financeiras totalizou R\$ 467,7 milhões.

Importante registrar que o pedido de crédito adicional para as SPE foi encaminhado desde a 1ª etapa de solicitação de alterações orçamentárias estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP, em maio de 2013, tendo sido atendido em dezembro de 2013, após sucessivas reuniões entre esta SAC-PRSAC-PR, a SOF/MP, a Secretaria do PAC (SEPAC/MP), a Infraero e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF).

Ainda no FNAC, o incremento do orçamento para 2013 no grupo de despesa GND 5 é função das ações de Aporte de Capital à Infraero que não existiam em 2012.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	110590	113214	62101.26.122.2101.210F			1.214.513,15
	110591	110590	62901.26.122.2101.210F			2.707.417,92
	110591	110590	62901.26.128.2017.20SW			721.857,60
	110591	110590	62901.26.781.2017.14UB			11.304.000,83
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	110591	110590	62901.26.781.2017.14UB	159.842.764,79		
Recebidos						

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.4.1.2.2.1 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa – UJ SAC

Valores em R\$ 1,00

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	110590	110001	62101.26.122.2101.09HB	48.125,88		
	110590	110001	62101.26.122.2101.20TP	6.212.281,43		
	110590	110001	62101.26.122.2101.210F			250.927,97
	110590	110001	62101.26.301.2101.2004			62.375,43
	110590	110001	62101.26.306.2101.2012			190.240,82
	110590	110001	62101.26.331.2101.2011			27.434,13
	110590	110001	62101.26.365.2101.2010			5.039,75
	110590	180002	62101.26.122.2101.210F			1.200.000,00
	110590	560010	62101.26.131.2116.4641			10.000.000,00
	110590	200021	62101.26.122.2101.210F			945,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	110590	110001	62101.26.122.2101.210F	371.140,00		
Recebidos						

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.4.1.2.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa – UJ FNAC

Valores em R\$ 1,00

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	110591	153163	62901.26.781.2017.211I			7.587.205,00
	110591	110407	62901.26.122.2101.210F			115.568,47
	110591	120002	62901.26.128.2017.20SW			5.603.950,71
	110591	110407	62901.26.781.2017.14UC			2.787.017,54
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	110591	110407	62901.26.122.2101.210F	100.940,33		
	110591	120002	62901.26.128.2017.20SW	2.478.561,36		
	110591	110407	62901.26.781.2017.14UC	144.235.846,45		
Recebidos						

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro A.4.1.3.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: SAC-PR	Código UO: 62101		UGO: 110590	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.443.111,34	1.574.845,83	5.439.930,27	1.570.829,86
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	911.126,74		911.126,74	
d) Pregão	4.531.984,60	1.574.845,83	4.528.803,53	1.570.829,86
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	5.850.538,65	791.631,60	5.850.538,65	791.631,60
h) Dispensa	5.187.330,48	586.540,81	5.187.330,48	586.540,81
i) Inexigibilidade	663.208,17	205.090,79	663.208,17	205.090,79
3. Regime de Execução Especial	5.009,18	1.594,39	5.009,18	1.594,39
j) Suprimento de Fundos	5.009,18	1.594,39	5.009,18	1.594,39
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	9.168.597,07	8.093.584,78	9.099.884,73	8.093.584,78
k) Pagamento em Folha	8.976.528,48	7.877.608,10	8.907.816,14	7.877.608,10
l) Diárias	192.068,59	215.976,68	192.068,59	215.976,68
5. Outros	476.819,83	247.179,37	476.819,83	247.179,37
6. Total (1+2+3+4+5)	20.944.076,07	10.708.835,97	20.872.182,66	10.704.820,00

Fonte: SIAFI Gerencial (pagamento de pessoal inclui benefícios)

Quadro A.4.1.3.1.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: FNAC	Código UO: 62901		UGO: 110591	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	76.032.221,89	38.112.778,35	62.146.308,24	37.824.809,01
a) Convite				
b) Tomada de Preços	266.137,88	269.605,72	266.137,88	179.605,72
c) Concorrência	61.051.609,81	27.765.036,65	49.512.265,38	27.765.036,65
d) Pregão	14.714.474,20	10.078.135,98	12.367.904,98	9.880.166,64
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	2.893.294,20	2.398.836,02	2.876.275,97	2.375.110,49
h) Dispensa	2.372.017,71	2.326.587,27	2.354.999,48	2.302.861,74
i) Inexigibilidade	521.276,49	72.248,75	521.276,49	72.248,75
3. Regime de Execução Especial	585.286,05	285.000,00	585.286,05	285.000,00
j) Suprimento de Fundos	585.286,05	285.000,00	585.286,05	285.000,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	653.082,14	499.043,15	653.047,54	499.043,15
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	653.082,14	499.043,15	653.047,54	499.043,15
5. Outros	1.412.136.054,28	7.890.291,52	1.412.136.054,28	7.890.291,52
6. Total (1+2+3+4+5)	1.492.299.938,56	49.185.949,04	1.478.396.972,08	48.874.254,17

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ – Ver justificativa na Introdução.

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro A.4.1.3.3.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

RS 1,00

Unidade Orçamentária: SAC-PR			Código UO: 62101		UGO: 110590			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
11-Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	7.156.766,51	5.957.298,76	6.586.786,87	5.957.298,76	569.979,64	-	6.560.548,77	5.957.298,76
96-Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	1.699.745,45	980.385,03	1.199.744,44	797.058,74	500.001,01	183.326,29	1.199.744,44	797.058,74
13-Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	820.147,06	697.735,31	647.101,44	644.412,55	173.045,62	53.322,76	607.801,11	644.412,55
Demais elementos do grupo	254.243,68	191.965,74	221.465,79	191.965,74	32.777,89	-	221.465,79	191.965,74
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
39-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	16.029.711,38	1.140.546,44	5.797.210,26	964.565,22	10.232.501,12	175.981,22	5.797.210,26	964.565,22
37-Locação de Mão-de-obra	3.735.049,60	558.076,49	3.282.290,20	542.636,87	452.759,40	15.439,62	3.282.290,20	542.636,87
33-Passagens d Despesas com Locomoção	1.276.285,97	1.107.827,25	1.096.502,05	817.666,17	179.783,92	290.161,08	1.093.320,98	813.650,20
Demais elementos do grupo	2.401.559,15	857.575,74	2.016.833,30	787.622,94	384.725,85	69.952,80	2.013.659,39	787.622,94
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
52-Equipamentos e Material Permanente	592.611,55	4.354.376,94	96.141,72	5.608,98	496.469,83	4.348.767,96	96.141,72	5.608,98
5. Inversões Financeiras								
65-Constituição ou Aumento de Capital de Empresas		800.000.000,00				800.000.000,00		
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.4.1.3.3.2 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: FNAC			Código UO: 62901		UGO: 110591			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
39-Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Jurídica	24.127.363,54	5.798.152,27	3.752.327,33	3.063.883,81	20.375.036,21	2.734.268,46	3.752.327,33	3.063.883,81
30-Material de Consumo	4.682.335,45	1.300.499,47	2.297.486,82	244.121,58	2.384.848,63	1.056.377,89	2.277.610,97	243.121,68
33-Passagens e Despesas com Locomoção	700.913,76	226.757,35	547.001,44	64.408,39	153.912,32	162.348,96	525.501,35	51.304,27
Demais elementos do grupo	960.425,89	499.043,15	658.644,34	499.043,15	301.781,55	-	658.609,74	499.043,15
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
51-Obras e Instalações	266.577.068,80	58.234.208,18	65.945.560,30	29.562.764,13	200.631.508,50	28.671.444,05	54.406.215,87	29.318.364,13
52-Equipamentos e Material Permanente	14.396.244,30	20.563.859,80	645.133,17	441.357,49	13.751.111,13	20.122.502,31	610.609,21	421.017,49
04-Contratação por Tempo Determinado - Pes. Civil	12.383.176,95	15.684.348,20	7.578.310,28	7.890.291,52	4.804.866,67	7.794.056,68	7.578.310,28	7.890.291,52
Demais elementos do grupo	13.301.622,88	241.733.347,59	8.617.730,88	7.420.078,97	4.683.892,00	234.313.268,62	6.330.043,33	7.387.228,12
5. Inversões Financeiras								
65-Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	1.869.910.256,00		1.402.257.744,00		467.652.512,00		1.402.257.744,00	
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ – Ver justificativa na Introdução.

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação da UJ agregadora SAC

R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	737.618,84	273.838,09	737.618,84	273.838,09
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)				
g) Dispensa		171.200,00		171.200,00
h) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5. Outros	2,75		2,75	
6. Total (1+2+3+4+5)	737.621,59	445.038,09	737.621,59	445.038,09

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.3.6 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação da UJ agregadora SAC

R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
33-Passagens e Despesas com Locomoção	800.000,00	-	503.464,01	-	296.535,99	-	503.464,01	-
37-Locação de Mão-de-obra	234.154,83	322.668,90	234.154,83	273.838,09	-	48.830,81	234.154,83	273.838,09
08-Outros Benef. Assist. do Servidor e do Militar	2,75	-	2,75	-	-	-	2,75	-
Demais elementos do grupo	-	299.600,00	-	171.200,00	-	128.400,00	-	171.200,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.3.7 Análise crítica da Realização da Despesa

Em relação ao **Quadro A.4.1.3.1.1**, as alterações significativas na realização das despesas pagas da UG 110590 destacam-se pelas situações abaixo:

Modalidade Concorrência – o valor de R\$ 911.126,74 corresponde ao pagamento das despesas referente ao Termo de Cooperação firmado entre a Secretaria de Aviação Civil e o Ministério do Esporte, no valor total de R\$ 1,2 milhão, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria, planejamento estratégico, assessoria de imprensa e relações públicas, por meio de descentralização de crédito orçamentário e repasse financeiro.

Modalidade Pregão – O quadro abaixo discrimina as principais despesas pagas, por meio de contratos originados da modalidade licitatória de Pregão:

Tipo de Serviços	Contrato	Valor em R\$
Vigilância	03/2011 e 12/2013	743.922,84
Recepção	04/2011	272.216,89
Transportes	02/2012 e 14/2013	527.597,20
Apoio Administrativo	08/2013	1.469.926,94
Passagens Aéreas	04/2013	1.065.187,15
Outros		449.952,51
Total		4.528.803,53

Modalidade Dispensa – Do valor total das despesas pagas na modalidade de dispensa (R\$ 5.187.330,48) destaca-se o montante de R\$ 5.037.270,00 correspondente ao pagamento das despesas de locação do imóvel sede da Secretaria de Aviação Civil, referente ao exercício de 2013, Contrato nº 06/SAC-PR/2012. Verifica-se um grande crescimento nessa despesa quando se comparam os exercícios de 2012 e 2013. Esta elevação deve-se ao período distinto do pagamento do aluguel. Em 2012 houve o pagamento de aluguel dos meses de novembro e dezembro. Em 2013 os pagamentos referem-se à totalidade do exercício. Os gastos expressivos com o pagamento do aluguel são justificados pelos elevados preços de mercado de locação de imóveis no Distrito Federal.

Modalidade Inexigibilidade – Do valor total das despesas pagas na modalidade de inexigibilidade (R\$ 663.208,17) destaca-se o montante de R\$ 499.219,56 correspondente ao pagamento das despesas ordinárias condominiais da sede da Secretaria de Aviação Civil, referentes ao exercício de 2013, Contrato nº 07/SAC-PR/2012.

Relativamente ao **Quadro A.4.1.3.3.1**, as alterações significativas na realização das despesas da UG 110590 destacam-se pelas situações abaixo:

Despesas de Pessoal – O crescimento de cerca de 10% nas despesas de pessoal, de R\$ 5.957.298,76 em 2012 para R\$ 6.560.548,77 em 2013, foi decorrente do aumento do quadro de pessoal. Registra-se também o reajuste das gratificações de cargo em comissão e uma significativa elevação das despesas com ressarcimento de pessoal requisitado.

Outras Despesas Correntes – Aumento dessas despesas é explicado pelo montante de R\$ 5.037.270,00, correspondente ao pagamento da locação do imóvel sede da Secretaria de Aviação Civil, assim como pelos valores expressivos dos demais serviços de terceiros de pessoa jurídica (serviços de apoio administrativo, vigilância e transporte).

No âmbito dos **Quadros A.4.1.3.5 e A.4.1.3.6**, para a UG 110590, destaca-se na **Modalidade Pregão** e item 3 – Outras Despesas Correntes, o valor de R\$ 503.464,01, correspondente aos pagamentos de passagens e despesas com locomoção, conforme Contrato nº 04/SAC-PR/2013, cujo objeto é a prestação dos serviços de agenciamento de viagem.

Referente à execução orçamentária da UG FNAC (110591), as descentralizações externas destinaram-se à execução de Termo de Cooperação celebrado com a Universidade Federal de Santa

Catarina (realização de estudos e pesquisas visando o apoio no planejamento do sistema aeroportuário do país e na estruturação do planejamento da SAC-PRSAC-PR) e com o Comando da Aeronáutica (execução do Plano de Investimentos do Comando da Aeronáutica – COMAER em infraestrutura aeroportuária de interesse federal), com ações que objetivam construções, reformas, ampliações e aparelhamento dos aeródromos, bem como formação de profissionais do setor aéreo civil.

Quanto às modalidades de contratação e as despesas por grupo/elemento, vale ressaltar que do total liquidado e pago em 2013, a maior parte destinou-se à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero para integralização de capital nas Sociedades de Propósito Específico – SPE dos aeroportos concedidos, conforme análise do item 4.1.1.1 - Programação das Despesas.

Os demais gastos, na sua grande maioria, foram decorrentes das contratações efetuadas pelo COMAER, em função das descentralizações externas efetuadas pela SAC-PR, e para execução do “Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos” que contempla o fortalecimento e a ampliação da aviação regional/estadual com investimentos em 270 aeródromos/localidades. Para o próximo exercício, espera-se um significativo incremento da execução orçamentária dos investimentos nos aeroportos regionais, tendo em vista que no exercício de 2013 foi estruturado o marco regulatório e foram contratados diversos estudos, projetos e serviços para viabilizar a execução desses investimentos a partir de 2014.

4.2 Reconhecimento de Passivos - ver justificativa na introdução

4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.4.3.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores da UJ agregadora SAC

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	4.015,97	4.015,97		
2011				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	805.136.951,73	804.368.328,79	268.891,70	499.731,24
2011				
...				

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.4.3.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores da UJ agregada FNAC

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	311.694,87	311.694,87		
2011	1.788,17	1.628,17		160,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	295.072.435,60	74.769.314,43	632.623,31	219.670.497,86
2011	48.341.059,32	26.838,15	582.027,64	47.732.193,53
...				

Fonte: SIAFI Gerencial

4.3.1 Análise Crítica

Do montante inscrito em restos a pagar na UG 110590, no valor total de R\$ 805,1 milhões, 99,9 % foram pagos no exercício de 2013, destacando-se o pagamento referente ao aporte de capital à Infraero para obras de infraestrutura aeroportuária, no valor de R\$ 800,0 milhões. Do saldo a pagar de R\$ 499,7 mil, importa apontar o montante de R\$ 319,7 mil, relativo à instalação de divisórias da nova sede da Secretaria de Aviação Civil. Ressalta-se que o pagamento dos restos a pagar não impactou a gestão financeira da UJ SAC no exercício de referência.

Na UG FNAC (UG 110591), o montante inscrito em Restos a Pagar Processados, que correspondeu às descentralizações externas para o MD/COMAER para despesas com a análise de projetos/acompanhamento e fiscalização de convênios celebrados no âmbito do PROFAA, foi pago na sua quase totalidade.

Já o montante inscrito em Restos a Pagar não-Processados para a UG 110591 correspondeu na maior parte às descentralizações externas para o MD/COMAER relativas às despesas do Plano de Investimentos do COMAER em infraestrutura aeroportuária de interesse federal e aos convênios celebrados com os governos estaduais em 2011 e 2012 no âmbito do PROFAA. O saldo a pagar justifica-se pelo atraso nas obras realizadas pelo COMAER e pela celebração dos convênios com a presença de cláusulas condicionantes referentes à apresentação dos respectivos projetos básicos ou de sua aprovação e diversas falhas provenientes dos Estados, tais como, deficiências dos projetos básicos apresentados; planilha orçamentária sem compatibilidade com as referências estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO; atraso nas licitações; demora na apresentação dos documentos e na adequação dos projetos básicos, dentre outras.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.4.4.1.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência - SAC

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Aviação Civil – SAC-PR SAC-PR									
CNPJ: 13.564.476/0001-05					UG/GESTÃO: 110590/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	674893	113214	1.242.791,04	-	1.061.544,61	1.061.544,61	17/04/2013	16/04/2014	1
3	675939	108002	1.200.000,00	-	911.126,74	911.126,74	09/05/2013	31/12/2013	1
3	677368	560010	10.000.000,00	-	-	-	13/12/2013	12/12/2014	1
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso <p>Situação da Transferência:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado 									
Fonte: SIAFI									

Quadro A.4.4.1.2 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência - FNAC

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC									
CNPJ: 13.618.708/0001-52					UG/GESTÃO: 110591 / 00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1/4	776611	13.937.032/0001-60	3.600.000,00	180.000,00	-	-	26/12/12	26/06/14	1
1/4	776792	01.409.580/0001-38	1.450.000,00	72.500,00	-	-	26/12/12	26/06/14	1
1/4	777028	03.507.415/0001-44	5.400.000,00	270.000,00	-	-	28/12/12	28/06/14	1
1/4	776793	15.412.257/0001-28	3.250.000,00	162.500,00	-	-	26/12/12	26/06/14	1
1/4	777025	18.715.615/0001-60	12.300.000,00	1.230.000,00	-	-	28/12/12	28/06/14	1
1/4	776815	76.416.940/0001-28	5.400.000,00	540.000,00	-	-	27/12/12	27/06/14	1
1/4	776608	10.571.982/0001-25	1.800.000,00	90.000,00	-	-	26/12/12	26/06/14	1
1/4	777068	42.498.600/0001-71	1.450.000,00	145.000,00	-	-	28/12/12	28/06/14	1
1/4	776807	87.934.675/0001-96	6.500.000,00	650.000,00	-	-	26/12/12	26/06/14	1
1/4	776850	00.394.585/0001-71	5.050.000,00	252.500,00	-	-	31/12/12	01/07/14	1

1/4	776837	82.951.229/0001-76	4.700.000,00	470.000,00	-	-	26/12/12	26/06/14	1
1/4	777036	46.379.400/0001-50	10.450.000,00	1.045.000,00	-	-	28/12/12	28/06/14	1
1/4	777020	01.786.029/0001-03	3.250.000,00	162.500,00	-	-	26/12/12	26/06/14	1
1/4	777980	13.937.032/0001-60	49.277.956,34	14.783.386,90	-	-	28/12/12	30/09/14	1
1/4	775634	10.571.982/0001-25	14.829.718,49	1.489.332,58	-	-	28/12/12	19/06/14	1
1/4	7775637	00.394.585/0001-71	10.325.560,21	1.032.556,02	-	-	31/12/12	03/01/14	6
1	777179	08.761.124/0001-00	1.169.994,05	116.999,41	-	-	28/12/12	28/12/14	1
1/4	769301	13.937.032/0001-60	60.341.621,37	6.034.162,14	-	-	26/12/12	29/12/14	1
1/4	780458	46.379.400/0001-50	41.706.679,31	16.682.671,72	-	-	28/12/12	28/10/14	1
1/4	780459	46.379.400/0001-50	34.518.823,49	13.807.529,40	-	-	28/12/12	28/10/14	1
1/4	780460	46.379.400/0001-50	11.643.454,58	4.657.381,83	-	-	28/12/12	28/10/14	1
1/4	780461	46.379.400/0001-50	18.727.984,11	7.491.193,64	-	-	28/12/12	28/10/14	1
1	763876	12.200.176/0001-76	4.613.985,22	692.097,78	-	-	18/01/12	17/01/15	1
1/4	761884	01.171.481/0001-60	5.923.462,02	888.519,31	-	-	18/01/12	19/01/15	1
1/4	761587	07.954.480/0001-79	577.120,34	143.790,34	-	-	18/01/12	17/02/14	6

1/4	761964	27.142.033/0001-22	27.052.372,62	10.820.949,05	-	-	18/01/12	17/12/14	1
1/4	763219	18.715.581/0001-03	1.470.389,80	441.116,94	-	-	18/01/12	13/04/14	1
1/4	761815	18.715.581/0001-03	3.000.000,00	900.000,00	-	-	18/01/12	17/07/14	1
1/4	763258	42.498.667/0001-06	10.562.219,83	3.168.665,95	-	-	18/01/12	24/04/14	1
1/4	761783	42.498.667/0001-06	8.017.500,37	2.405.250,11	-	-	18/01/12	14/03/14	1
1/4	763250	42.498.667/0001-06	2.532.554,77	759.766,43	-	-	18/01/12	21/03/15	1
1/4	761588	15.412.257/0001-28	4.172.465,22	625.869,78	-	-	18/01/12	13/07/14	1
1/4	762960	76.416.940/0001-28	6.613.082,64	1.983.924,79	-	-	18/01/12	25/08/14	1
1/4	762961	76.416.940/0001-28	14.136.676,89	4.241.003,07	-	-	18/01/12	18/12/14	1
1/4	759533	08.838.143/0001-89	2.300.525,12	690.157,54	-	-	18/01/12	23/10/14	1
1/4	761585	08.838.143/0001-89	781.537,09	234.461,13	-	-	18/01/12	22/11/14	1
1/4	761586	08.838.143/0001-89	5.135.838,26	1.540.751,48	-	-	18/01/12	09/08/14	1
1	762963	82.951.344/0001-40	1.000.000,00	300.000,00	-	-	18/01/12	19/01/14	6
1/4	763213	82.951.344/0001-40	1.875.142,46	562.542,74	-	-	18/01/12	29/01/15	1
1	762966	82.951.344/0001-40	702.813,13	210.843,94	-	-	18/01/12	19/01/13	6

3	674045	110407		-	130.715.348,12	257.009.464,68	03/09/2012	31/12/2015	1
3	675190	120002	16.096.215,78	-	4.500.080,40	4.500.080,40	12/07/2013	12/07/2014	1
3	675966	110407		-	461.302,90	11.255.779,14	30/11/2011	31/12/2014	1
3	677253	153163	35.792.800,00	-	-	-	27/11/2013	27/11/2017	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Siafi

Obs: Os convênios que apresentam modalidade (1/4) foram incluídos no Decreto nº 8.022, de 31 de maio de 2013, que discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.4.4.2.1 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ SAC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Aviação Civil – SAC-PRSAC-PR					
CNPJ:	13.564.476/0001-05					
UG/GESTÃO:	110590/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	3	0	1	1.972.671,35	161.079,24	
Termo de Compromisso						
Totais	3	0	1	1.972.671,35	161.079,24	-

Fonte: SIAFI

Quadro A.4.4.2.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ FNAC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC					
CNPJ:	13.618.708/0001-52					
UG/GESTÃO:	110591/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio		22	18			
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	2	1	1	135.676.731,42	127.318.750,12	9.769.842,68
Termo de Compromisso						
Totais	2	23	19	135.676.731,42	127.318.750,12	9.769.842,68

Fonte: SIAFI

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.3.1 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ SAC na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Aviação Civil – SAC-PRSAC-PR					
CNPJ: 13.564.476/0001-05		UG/GESTÃO: 110590/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			1
		Montante Repassado			911.126,74
2012	Contas Prestadas	Quantidade			1
		Montante Repassado			161.079,24
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI

Quadro A.4.4.3.2 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ FNAC na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC					
CNPJ: 13.618.708/0001-52		UG/GESTÃO: 110591/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	22	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	18	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIAFI. Obs: Todos os Termos de Cooperação e convênios celebrados pelo FNAC estão vigentes, de forma que a prestação de contas não é exigível neste momento para a UG 110591.

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse – Ver justificativa na Introdução.

4.4.5 Análise Crítica

Na UG 110590 (Secretaria de Aviação Civil – SAC-PRSAC-PR) à exceção do Termo de Cooperação 675939 firmado com o Ministério do Esporte, todos os demais instrumentos estão vigentes e em andamento.

O Termo de Cooperação 675939 estabeleceu parceria com o Ministério do Esporte para a execução de ações de comunicação social, cuja vigência expirou em 31/12/2013. A prestação de contas do referido termo limitar-se-á à verificação do cumprimento dos objetivos pactuados (execução física do objeto), segundo orientação emanada da Comissão Gestora do SICONV. Junto ao SIAFI o referido Termo encontra-se na condição de “A Comprovar”, uma vez que, embora fora de vigência, há despesas contratadas dentro de sua vigência e pendentes de pagamento, conforme se pode verificar dos registros na conta contábil 212160101 – Recursos a Liberar por Transferência, espelhando a diferença entre as descentralizações orçamentárias e as transferências de limites financeiros.

O Termo de Cooperação 677368, firmado com o Ministério das Cidades no final do exercício de 2013, compreende ações de Publicidade de Utilidade Pública com enfoque na questão do modal aéreo e sua integração com os diferentes modais de mobilidade urbana, tendo sido descentralizados R\$ 10,0 milhões de créditos, registrados integralmente em restos a pagar, uma vez que ainda não foram efetuados repasses financeiros àquele Ministério, que ocorrerão no decorrer do exercício de 2014.

O Termo de Cooperação 674893 celebrado com a Agência Nacional de Aviação Civil corresponde a serviços disponibilizados pela ANAC para apoio à estruturação administrativa da SAC-PRSAC-PR.

Na UG 110591 (Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC), no exercício de 2013, não houve celebração de convênios no âmbito do PROFAA, em virtude do lançamento, pela Presidência da República, do Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos (Regionais), em 20 de dezembro de 2012.

Dessa forma, foi dado andamento aos convênios celebrados em 2011 e 2012, que apresentaram baixa execução física e financeira, devido principalmente às diversas falhas provenientes dos Estados, tais como, deficiências dos projetos básicos apresentados; planilha orçamentária sem compatibilidade com as referências estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO; atraso nas licitações; demora na apresentação dos documentos e na adequação dos projetos básicos, dentre outras.

Já os Termos de Cooperação 674045, 675190, 675966 são parcerias estabelecidas com o Comando da Aeronáutica (COMAER/MD). No Termo 674045 são realizados repasses para execução do Plano de Investimentos do COMAER em infraestrutura aeroportuária de interesse federal, com ações que objetivam construções, reformas, ampliações e aparelhamentos dos aeródromos com interesse federal. O Termo 675190 é parceria com o COMAER para a capacitação e treinamento de bombeiros de aeródromos regionais brasileiros. Já o Termo 675966 objetiva a realização, pelo COMAER, de fiscalizações e acompanhamento dos convênios celebrados pela SAC-PRSAC-PR, via Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, bem como a análise e aprovação dos projetos básicos e executivos referentes às obras desses convênios. Essa parceria decorre da necessidade de fiscalização da execução física dos convênios firmados, uma vez que a SAC não possui mão-de-obra em número suficiente para essa missão.

O FNAC mantém ainda o Termo de Cooperação 677253 com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), objetivando a realização de estudos e pesquisas para apoio ao planejamento do setor aeroportuário nacional, bem como à estruturação do planejamento da SAC-PR.

Importa registrar que os instrumentos celebrados na UG 110591 (FNAC) são custeados com recursos diretamente arrecadados pelo Fundo, provenientes do Adicional de Tarifa Aeroportuária – ATAERO e de parcela da Tarifa de Embarque Internacional (TEI).

Pontualmente, a SAC-PR tem enfrentado algumas dificuldades quanto à gestão junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF para a liberação dos recursos financeiros, que se encontram aplicados no FNAC, mas que, para a sua utilização, prescindem de alteração de vinculação de pagamento pela STN. Os eventuais atrasos de transferência financeira prejudicam especialmente o andamento das obras em curso no Termo de Cooperação 674045 (Plano de Investimento do COMAER).

Quanto aos controles internos, a celebração dos convênios é pautada pela elaboração prévia de Parecer Técnico padronizado, que aborda os elementos abaixo relacionados, de forma a diminuir a probabilidade ou efeito dos riscos:

- Introdução;
- Proposta de celebração de instrumento de convênio;
- Visita Técnica ao local da obra;
- Projeto Básico de Engenharia;
- Plano de Trabalho;
- Licenciamento Ambiental;
- Propriedade do Imóvel;
- Cláusula Condicionante, quando for o caso;
- Forma de acompanhamento e fiscalização;
- Capacidade Administrativa e Técnica do Conveniente;
- Enquadramento do Programa e da Ação Orçamentária;
- Enquadramento Orçamentário;
- Plurianualidade, quando for o caso;
- Regularidade Fiscal;
- Check List de exigências para celebração de convênios.

Além do mencionado Parecer Técnico, há a manifestação da área orçamentária e financeira quanto aos aspectos de natureza orçamentária, além da emissão de parecer jurídico quanto às exigências formais e legais, em cumprimento à legislação.

O acompanhamento/fiscalização da execução dos convênios ocorre de forma presencial, isto é, por meio de visitas in loco, tal como determina o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 6.170/2007 e as Cláusulas dos Termos de Convênio.

Em relação aos convênios de obras, a SAC-PR possui apoio técnico do Comando da Aeronáutica – COMAER, por meio dos seus Comandos Aéreos Regionais – COMARs, para as atividades de análise/aprovação de projetos, bem como acompanhamento/fiscalização da execução física dos objetos conveniados, de acordo com o Termo de Cooperação nº 001/2011, de 30 de novembro de 2011.

Além do acompanhamento/fiscalização por parte do COMAER, a metodologia de acompanhamento e supervisão contempla no mínimo a realização de visita técnica por representante(s) da SAC-PR, previamente à liberação das parcelas previstas no cronograma de desembolso, com o objetivo de avaliar a execução físico-financeira do objeto conveniado.

Por ocasião dessa visita técnica, elabora-se relatório de acompanhamento de obra (padronizado), que serve de parâmetro para o desenvolvimento dos trabalhos de acompanhamento da execução das obras pela SAC-PR.

Quanto aos convênios de aquisição de Carro Contraincêndio de Aeródromo – CCI, a Portaria nº 122, de 27 de setembro de 2012, alterada posteriormente pela Portaria nº 149, de 27 de agosto de 2013, institui Equipe de Apoio Técnico com a incumbência de participar em todas as atividades presentes nas fases de elaboração do projeto de contratação, de licitação e de recebimento dos veículos.

A liberação de recursos pela SAC-PR somente é efetuada após a visita técnica realizada por representante(s) da SAC-PR e, nos casos de convênios de obras, após o encaminhamento do relatório de fiscalização dos COMARs aprovando a execução dos serviços medidos.

Por fim, salienta-se que todos os Termos de Cooperação e convênios celebrados no âmbito do FNAC estão vigentes, de forma que a prestação de contas não é exigível neste momento. A grande maioria possui cláusula suspensiva, aguardando a aprovação do Projeto Básico e, portanto, sequer houve repasse de recursos.

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo B e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			3	1.185,00	22	3.824,18	5.009,18
2012			0	0	9	1.594,39	1.594,39
2011					4	1.281,84	1.281,84

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” – ver justificativa na introdução

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$
1,00

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Código da UG 1	110590	Limite de Utilização da UG	120.000,00		
Murilo Diniz Rocha	496.539.621-91	8.000,00	1.185,00	3.824,18	5.009,18
Total Utilizado pela UG			1.185,00	3.824,18	5.009,18
Código da UG 2		Limite de Utilização da UG			
Total Utilizado pela UG			-	-	-
Total Utilizado pela UJ			1.185,00	3.824,18	5.009,18

Fonte: Processo nº 00055.000091/2013-71

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							1	5.009,18	1	1.594,39	1	1.281,84

Fonte: Processo nº 00055.000091/2013-71

4.5.5 Análise Crítica

Para a UG SAC (110590), as despesas realizadas por meio de Suprimentos de Fundos durante o exercício de 2013, foram realizadas exclusivamente através do CPGF, não havendo utilização de Conta Tipo “B”. Todas as operações bem como as respectivas prestações de contas, estão registradas no âmbito do Processo nº 00055.000091/2013-71 da Secretaria de Aviação Civil-SAC-PRSAC-PR.

As despesas foram formalmente autorizadas pelo Senhor Coordenador de Infraestrutura-COINF, sendo todas as aquisições precedidas de pesquisa de preço de mercado visando obter o menor preço nos produtos e serviços adquiridos pela SAC-PRSAC-PR.

Durante o exercício as despesas seguiram as características determinadas na legislação, quais sejam: a) os materiais são de natureza de consumo não estocável no almoxarifado central; b) não estão registrados em nenhum contrato licitatório vigente ou em andamento; c) baixo custo de aquisição, atendido o caráter de urgência.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ – ver justificativa na introdução

4.7 Gestão de Precatórios – ver justificativa na introdução

5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

Quadro A.5.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação Apurada em 31/12

TIPOLOGIAS DOS CARGOS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. SERVIDORES EM CARGOS EFETIVOS	n/a	99	33	23
1.1. MEMBROS DE PODER E AGENTES POLÍTICOS	n/a	1	1	1
1.2. SERVIDORES DE CARREIRA	n/a	98	32	22
1.2.1. SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	n/a	3	0	0
1.2.2. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	n/a	34	12	7
1.2.3. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO PROVISÓRIO	n/a	0	0	0
1.2.4. SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	n/a	61	20	15
2. SERVIDORES COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS	n/a	0	0	0
3. SERVIDORES SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	n/a	56	26	16
4. TOTAL DE SERVIDORES	n/a	155	59	39

Fonte: SIAPE

n/a – Não se aplica, sem quadro próprio.

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada – ver justificativa na Introdução

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e Funções

Quadro 5.1.2.1 Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (situação em 31/12)

TIPOLOGIAS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS	LOTAÇÃO		INGRESSOS NO EXERCÍCIO	EGRESSOS NO EXERCÍCIO
	AUTORIZADA	EFETIVA		
1. CARGOS EM COMISSÃO	155	133	47	34
1.1. CARGOS NATUREZA ESPECIAL	1	1	0	0
1.2. GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	154	132	47	34
1.2.1. SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	n/a	3	0	0
1.2.2. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	n/a	21	7	4
1.2.3. SERVIDORES DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	n/a	52	14	14
1.2.4. SEM VÍNCULO	n/a	56	26	16

	1.2.5. APOSENTADOS	n/a	0	0	0
2. FUNÇÕES GRATIFICADAS		4	2	0	0
	2.2.1. SERVIDORES DE CARREIRA VINCULADA AO ÓRGÃO	n/a	0	0	0
	2.2.2. SERVIDORES DE CARREIRA EM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	n/a	0	0	0
	2.2.3. SERVIDORES DE OUTROS ÓRGÃOS E ESFERAS	n/a	2	0	0
3. TOTAL DE SERVIDORES EM CARGO E EM FUNÇÃO		159	135	47	34

Fonte: SIAPE

n/a – Não se aplica, sem quadro próprio.

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Idade

Quadro 5.1.2.2 - Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária Apurada em 31/12

TIPOLOGIAS DOS CARGOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA				
	ATÉ 30 ANOS	DE 31 A 40 ANOS	DE 41 A 50 ANOS	DE 51 A 60 ANOS	ACIMA DE 60 ANOS
1. PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO	5	8	3	2	2
1.1. MEMBROS DE PODER E AGENTES POLÍTICOS	0	0	0	0	1
1.2. SERVIDORES DE CARREIRA	5	8	3	2	1
1.3. SERVIDORES COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS	0	0	0	0	0
2. PROVIMENTO DE CARGO EM COMISSÃO	31	58	31	14	1
2.1. CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	0	1	0	0	0
2.2. GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	31	56	30	14	1
2.3. FUNÇÕES GRATIFICADAS	0	1	1	0	0
3. TOTAIS	36	66	34	16	3

Fonte: SIAPE

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade em 31/12

TIPOLOGIAS DOS CARGOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO	0	0	0	0	0	18	0	2	0
1.1. MEMBROS DE PODER E AGENTES POLÍTICOS	0	0	0	0	0	1	0	0	0
1.2. SERVIDORES DE CARREIRA	0	0	0	0	0	17	0	2	0
1.3. SERVIDORES COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. PROVIMENTO DE CARGO EM COMISSÃO	0	0	0	1	20	108	0	5	1
2.1. CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.2. GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	0	0	0	1	18	107	0	5	1
2.3. FUNÇÕES GRATIFICADAS	0	0	0	0	2	0	0	0	0
3. TOTAIS	0	0	0	1	20	126	0	7	1

Fonte: SIAPE

5.1.3 Custos de Pessoal da UJ

Quadro A.5.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anos anteriores

TIPOLOGIAS / EXERCÍCIOS	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	DECISÕES JUDICIAIS	TOTAL	
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS				
MEMBROS DE PODER E AGENTES POLÍTICOS											
EXERCÍCIOS	2013	R\$ 306.425,22	R\$ -	R\$ 33.403,91	R\$ 8.165,40	R\$ 102.472,14	R\$ -	R\$ 36.966,99	R\$ -	R\$ -	R\$ 487.433,66
	2012	R\$ 320.677,56	R\$ -	R\$ 26.723,13	R\$ 8.907,71	R\$ 8.775,03	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 365.083,43
	2011	R\$ 213.785,04	R\$ -	R\$ 30.063,52	R\$ -	R\$ 2.957,09	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 246.805,65
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO											
EXERCÍCIOS	2013	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.239,57	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.239,57
	2012	R\$ -	R\$ 13.140,03	R\$ 3.832,51	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 16.972,54
	2011	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SERVIDORES COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS											
EXERCÍCIOS	2013	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2012	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2011	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA											
EXERCÍCIOS	2013	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2012	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2011	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL											
EXERCÍCIOS	2013	R\$ -	R\$ 90.580,35	R\$ 7.974,88	R\$ 2.462,92	R\$ 17.356,29	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 118.374,44
	2012	R\$ -	R\$ 81.852,17	R\$ 10.860,28	R\$ -	R\$ 7.853,03	R\$ -	R\$ 1.905,31	R\$ -	R\$ -	R\$ 102.470,79
	2011	R\$ -	R\$ 44.509,39	R\$ 3.429,56	R\$ 2.286,37	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.336,71	R\$ -	R\$ -	R\$ 53.562,03

SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR											
EXERCÍCIOS	2013	R\$ 113.427,78	R\$ 5.550.719,58	R\$ 492.082,28	R\$ 155.056,63	R\$ 1.280.605,49	R\$ 81.206,20	R\$ 246.215,30	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.919.313,26
	2012	R\$ 118.195,58	R\$ 4.764.333,01	R\$ 453.102,07	R\$ 122.371,63	R\$ 432.567,51	R\$ 54.067,00	R\$ 220.069,81	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.164.706,61
	2011	R\$ 96.875,71	R\$ 2.144.698,18	R\$ 417.161,92	R\$ 64.961,27	R\$ 123.334,52	R\$ 36.121,24	R\$ 386,10	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.883.538,94
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS											
EXERCÍCIOS	2013	R\$ 19.296,00	R\$ 25.921,80	R\$ 8.114,20	R\$ 614,20	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 53.946,20
	2012	R\$ 34.836,00	R\$ 24.291,21	R\$ 5.279,96	R\$ 1.571,38	R\$ 3.648,00	R\$ -	R\$ 1.267,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 70.893,55
	2011	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

FONTE: SIAPE / SIAFI

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas – Ver justificativa na Introdução.

5.1.5 Cadastramento no Sisac - Ver justificativa na Introdução.

5.1.6 Verificação de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

São solicitadas as declarações padronizadas de cumprimento dos requisitos legais atinentes à acumulação de cargos, conforme descrito, especialmente, na Portaria Normativa nº 2 da Secretaria de Recursos Humanos – SRH do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, datada de 8 de novembro de 2011. Além disso, recentemente, foram prestadas informações à Controladoria-Geral da União – CGU, mediante Despacho nº 419/DIGEP/CGPEL/DEADI/SE, de 14/11/2013, sobre a equipe responsável na SAC-PRSAC-PR pelas informações relativas ao Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses da CGU, sistema esse que possibilita aprimorar o controle remuneratório extra-SIAPE, aumentando assim o controle das remunerações percebidas pelos servidores.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos públicos - Ver justificativa na Introdução.

5.1.8 Indicadores Gerenciais

A UJ permanece ainda em fase de estruturação de sua equipe de gestão de pessoas. No entanto, sendo a Divisão de Gestão de Pessoas - DIGEP da SAC-PRSAC-PR parte integrante do Departamento de Administração Interna - DEADI e tendo seus assuntos constado como objeto de interesse no estudo preliminar de "Proposta de Indicadores de Desempenho do DEADI", esta área de gestão de pessoas envidou esforços para realizar o acompanhamento de informações gerenciais básicas relativas ao controle funcional dos servidores ao longo do ano de 2013. Neste sentido, o estudo realizado identificou a necessidade de avaliação do desempenho institucional em seis processos de responsabilidade do DEADI, sendo um deles voltado para as questões afetas à área de pessoal. Os indicadores apontados no estudo preliminar encontram-se em fase de elaboração e validação e serão consolidados ao longo do ano de 2014.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão – Ver justificativa na Introdução.

5.2.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para substituição de terceirizados – Ver justificativa na Introdução.

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela UJ

Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Secretaria de Aviação Civil													
UG/Gestão: 110590						CNPJ: 13.564.476/0001-05							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	3/2011	09.267.406/0001-00	16/12/2011	11/12/2013	X	X					E
2013	V	O	12/2013	09.267.406/0001-00	31/07/2013	30/07/2014	X	X					A
Observações:													
<p>LEGENDA</p> <p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>													

Fonte: Processo 00055.000114/2011-85 (2º Termo Aditivo ao Contrato nº 3/2011 - Prorrogação da Vigência de 16/12/2012 a 15/12/2013) (3º Termo Aditivo ao Contrato nº 3/2011 - Sub-rogação do Contrato nº 03/2011 para a Secretaria de Políticas para as Mulheres/PR a partir de 11/12/2013. Processo 00055.000417/2013-60 (Celebração do Contrato nº 12/2013)

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas Pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Secretaria de Aviação Civil													
UG/Gestão: 110590					CNPJ: 13.564.476/0001-05								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	4/2011	07.360.788/0001-96	26/12/2011	20/12/2013	X	X					E
2012	2	O	2/2012	03.602.000/0001-50	17/04/2012	31/10/2013	X	X					E
2013	11	O	8/2013	05.208.408/0001-77	22/04/2013	21/04/2014	X	X	X	X			A
2013	2	O	14/2013	08.865.102/0001-81	01/11/2013	31/10/2014	X	X					A
2013	4	O	15/2013	02.843.359.0001-56	09/12/2013	08/12/2014	X	X					A

LEGENDA

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Área:

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

1. Segurança;

2. Transportes;

3. Informática;

4. Copeiragem;

5. Recepção;

6. Reprografia;

7. Telecomunicações;

8. Manutenção de bens móveis

9. Manutenção de bens imóveis

10. Brigadistas

11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes

12. Outras

Fonte: Processo 00055.000114/2011-85 (2º Termo Aditivo ao Contrato nº 4/2011 - Prorrogação da Vigência de 26/12/2012 a 25/12/2013) (3º Termo Aditivo ao Contrato nº 4/2011 - Subrogação do Contrato nº 04/2011 para a Secretaria de Políticas para as Mulheres/PR a partir de 20/12/2013. Processo 00055.000383/2011-47 (1º e 2º Termos Aditivos ao Contrato nº 2/2012 - Prorrogação da Vigência). Processo 00055.001118/2012-61 (Celebração do Contrato nº 8/2013). Processo 00055.002521/2013-99 (Celebração do Contrato nº 14/2013)

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Os contratos com locação de mão-de-obra vêm apresentando resultado satisfatório, em especial o contrato nº 08/2013, no que se refere à prestação de serviços de apoio administrativo e de atividades auxiliares executados nas dependências da Secretaria de Aviação Civil. Quanto ao pagamento das verbas trabalhistas, informa-se que os Contratos nºs 08, 12, 14 e 15/2013 contemplam a retenção das obrigações trabalhistas por meio de recolhimento em conta vinculada.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários – Ver justificativa na Introdução

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

O transporte de servidores a serviço desta Secretaria de Aviação Civil é efetuado por meio da contratação de empresa especializada, sendo os serviços aferidos por quilômetros rodados, contemplando a disponibilização de veículos em caráter contínuo e eventual, combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, motoristas e responsável pela administração da frota.

Tal modalidade de contratação foi escolhida pelo fato de a Secretaria não dispor de frota própria de veículos oficiais, nem tampouco de efetivo funcional adequado para a gestão de serviços de transporte. Assim, o modelo adotado pela SAC-PRSAC-PR mostra-se adequado e conveniente em razão de transferir para a empresa contratada a operacionalização de ações e os custos relacionados a: a) renovação periódica da frota e despesas vinculadas, como emplacamento e licenciamento; b) seguro dos veículos e dos passageiros enquanto transportados; c) manutenção da frota; d) fornecimento de combustíveis e lubrificantes, e e) disponibilização da mão-de-obra especializada.

Durante o exercício de 2013 a SAC-PRSAC-PR manteve dois contratos da espécie. O Contrato nº 02/SAC/2012, decorrente do Pregão Eletrônico nº 1/2012, foi firmado com a empresa SERMATEC ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA. - ME, inscrita no CNPJ nº 03.602.000/0001-50, celebrado em 17 de abril de 2012, com vigência de 12 meses, tendo sido prorrogado, mediante Termos Aditivos, até 31 de outubro de 2013. O objeto contratual previa a disponibilização, com os respectivos condutores, de 5 veículos de transporte institucional e 3 veículos de serviço comum. A avença foi pactuada com valor mensal estimado de R\$ 82.568,00 (oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e oito reais), perfazendo o valor global anual estimado de R\$ 990.816,00 (novecentos e noventa mil oitocentos e dezesseis reais). Após a repactuação de preços o valor mensal estimado do contrato passou a ser de R\$ 87.753,18 (oitenta e sete mil setecentos e cinquenta e três reais e dezoito centavos), perfazendo um total anual estimado de R\$ 1.053.038,16 (um milhão cinquenta e três mil e trinta e oito reais e dezesseis centavos). Sob a vigência do mencionado Contrato foram efetuadas despesas no valor total de R\$ 457.501,03 no período de janeiro a setembro de 2013.

O Contrato nº 14/SAC/2013, decorrente do Pregão Eletrônico nº 7/2013, foi firmado com a empresa AMJ AUTO LOCADORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 08.865.102/0001-81, celebrado em 1º de novembro de 2013, com vigência prevista para 12 meses, com valor mensal estimado em R\$ 72.500,00 (setenta e dois mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global anual de R\$ 870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais). O objeto contratual prevê a disponibilização, com os respectivos condutores, de cinco veículos de transporte institucional, três veículos de serviço comum e um veículo tipo motocicleta. Sob a vigência do mencionado Contrato foram efetuadas despesas no valor total de R\$ 70.096,17 no mês de novembro de 2013.

Planilha discriminativa de gastos com serviços de transportes durante o exercício de 2013:

Contrato nº 02/SAC/2012	R\$ 457.501,03
Contrato nº 14/SAC/2013	R\$ 70.096,17
TOTAL	R\$ 527.597,20

Fonte: CGPEL/DEADI/SE/SAC-PR.

A média anual foi de 8.239,33 quilômetros rodados, pelo total de veículos locados. Os veículos de transporte institucional consumiram uma média anual de 4.547,08 km e os veículos de serviço comum 3.096,25 km. O veículo tipo motocicleta rodou uma quilometragem média de 596 km, num período de 2 meses.

Os veículos de transporte institucional e os de serviço comum, utilizados ao longo de 2013, continham idade média de 2 anos. O veículo tipo motocicleta possuía idade média de 1 ano de uso.

Para monitorar a prestação de serviços de transporte de forma eficiente e em conformidade com a legislação vigente, a SAC-PRSAC-PR utiliza os seguintes mecanismos de controle:

- Planilha de Controle de Requisições - Veículos Terceirizados;
- Planilha de Controle Diário de Requisições de Veículos;
- Formulário de Requisição de Veículos Institucional; e
- Formulário de Requisição de Veículos de Serviço.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário - Ver justificativa na Introdução.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	DF	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: <https://lspiunet.spu.planejamento.gov.br/>

A SAC-PRSAC-PR celebrou, em 21/09/2012, o contrato nº 05/2012/SAC-PR, cujo objeto é a locação do 5º e 6º pavimentos da Torre C do Edifício Parque Cidade Corporate, localizado em Brasília-DF, para fins de instalação definitiva da Secretaria. Não há bens imóveis de uso especial locados de terceiros no exterior.

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.

	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

7.1.1 Análise Crítica

A estrutura organizacional da Secretaria de Aviação Civil – SAC-PRSAC-PR foi instituída em maio de 2011, pelo Decreto nº 7.476, tendo sido conferida à Secretaria-Geral da Presidência da República competência para prestar apoio administrativo à Pasta até a sua completa instalação, de acordo com o art. 10 do mencionado diploma legal.

O apoio concedido pela PR abrange, em especial, as ações de tecnologia da informação, por intermédio da Diretoria de Tecnologia da Presidência da República – DITEC/SA/PR, que é responsável pela gestão de TI e o consequente atendimento às necessidades de infraestrutura tecnológica da SAC-PRSAC-PR, uma vez que a Pasta não dispõe de unidade administrativa com competências institucionais pertinentes, nem tampouco de efetivo funcional técnico especializado na área.

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
	Critério estabelecidos no Decreto nº 7.146 de 5/6/2012 e na IN 01/2012 SLTI/MP				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
	Selo PROCEL e Certificado INMETRO				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
	As instalações ocupadas pela SAC-PRSAC-PR sempre possuíram lâmpadas econômicas e torneiras automáticas, não sendo possível a avaliação do impacto referente ao consumo, no entanto foram adquiridos diversos bens com selo PROCEL "A".				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
	Papel A4 Reciclado				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
	Sim ()			Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
	A Presidência da República promove eventos destinados aos servidores das suas unidades vinculadas, divulgados por mensagens eletrônicas.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
	A Presidência da República promove eventos destinados aos servidores das suas unidades vinculadas, divulgados por mensagens eletrônicas				

Considerações Gerais:

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
-			-	-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	766 resmas	765 resmas	340 resmas	5.729,13	6.006,01	2.572,59
Água	231 m ³	-	-	2.911,14	-	-
Energia Elétrica	127.577 kw/h	-	-	49.744,02	-	-
			Total	58.384,29	6.006,01	2.572,59

Fonte: Processos de pagamento CEB distribuidora S.A. nº 00055.002214/2013-16 e Processo de pagamento CAESB nº 00055.001378/2013-18.

Importante mencionar que, apesar de a SAC-PRSAC-PR não possuir programa próprio de sustentabilidade, participa das reuniões do Projeto Esplanada Sustentável (PES), com vistas à adesão ao Programa.

Em relação à Água, os valores referentes ao período de 2/5 a 2/12 de 2013, foram pagos no do exercício de 2013. O consumo de 33 m³ (período de 2/12/2013 a 2/1/2014) no valor de R\$ 435,42 foi pago no exercício de 2014.

No que concerne à Energia Elétrica, os valores são referentes ao período de 4/9 a 5/12 de 2013, pagos no exercício de 2013. O consumo de 32.401 kw/h (período de 5/12/2013 a 10/1/2014) no valor de R\$ 13.228,00 foi pago no exercício de 2014.

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

9.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU

Quadro A.9.1.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República					115257
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 032.786/2011-5	157/2012	9.5	DE	Ofício nº 183/2012-TCU/SEFID-1
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República					115257
Descrição da Deliberação					
<p>Autorizar a 1ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação (Sefid-1) que inicie, nos termos do art. 241 do Regimento Interno do TCU, com a urgência que o caso requer, acompanhamento do processo de elaboração do plano de outorga de infraestrutura aeroportuária atualmente em andamento na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, incluindo outros órgãos envolvidos com a matéria, como ANAC e Comando da Aeronáutica, sem prejuízo de avaliar outras questões pertinentes ao planejamento da referida infraestrutura (item 9.5)</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil/Departamento de Outorgas					115525
Síntese da Providência Adotada					
<p>Durante o ano de 2012 foram tomadas as seguintes providências para elaboração do Plano Geral de Outorgas:</p> <p>Definição da minuta de decreto que regulamenta o instrumento de Autorização da exploração de infraestrutura aeroportuária, por meio de Grupo de Trabalho formado pela SAC-PR, MPOG, MF, Casa Civil, ANAC, DECEA;</p> <p>Elaboração, por parte da SAC-PR, da proposta de Decreto de Autorização, além de Nota Técnica e Minuta de Exposição de Motivos, com subsequentes aprovações internas (SPR, ASJUR, SE, Gabinete do Ministro);</p> <p>Encaminhamento da minuta de Decreto de Autorização à Presidência da República para análise, aprovação e publicação;</p> <p>Definição do Governo Federal sobre os critérios necessários para assinatura dos convênios de delegação com Estados e Município, por meio de Grupo de Trabalho formado pela SAC-PR/SAC-PR, MPOG, MF, Casa Civil, ANAC, DECEA;</p> <p>Definição do Governo Federal sobre as condições de concessão/autorização dos aeródromos delegados à Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio de Grupo de Trabalho formado pela SAC-PR/SAC-PR, MPOG, MF, Casa Civil, ANAC, DECEA;</p> <p>Discussões internas no âmbito da SAC-PR/SAC-PR e elaboração da minuta de Portaria e Nota Técnica do Plano Geral de Outorgas (PGO).</p> <p>O Plano Geral de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária-PGO foi aprovado no segundo semestre de 2013, por meio da Portaria nº 110, de 08 de julho de 2013, assinada pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 9 de julho de 2013, páginas 9 a 11.</p> <p>O PGO estabeleceu políticas, critérios e diretrizes gerais para definição do modelo de exploração de infraestrutura aeroportuária mais adequado para os aeródromos civis públicos, dentre as modalidades de exploração admitidas pela legislação vigente, quais sejam: diretamente, pela União; por empresas especializadas da Administração Federal Indireta ou suas subsidiárias; mediante convênio com os Estados ou Municípios; por concessão ou autorização. Conforme critérios definidos no PGO, a SAC-PR agora vem elaborando os Planos de Outorga Específicos-POE para cada aeródromo público, definindo o modelo a ser adotado para a sua exploração.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>O Departamento de Outorgas da Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil trabalhou durante os anos de 2012 e 2013 na elaboração do Plano Geral de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária, a ser aprovado por meio de</p>					

Portaria assinada pelo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC-PR.

O referido documento terá por objetivo o estabelecimento de critérios gerais e diretrizes de política pública voltados para melhor utilização dos modelos de exploração de aeródromos civis públicos, previstos no art. 36 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que instituiu o Código Brasileiro de Aeronáutica – CBA. Sobre esse aspecto, cumpre destacar que o processo de seleção e adoção do modelo de exploração mais adequado a cada aeródromo civil público existente no país deve ser pautado por critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública, considerando, para tanto, as características técnicas e operacionais da infraestrutura aeroportuária, bem como os diversos aspectos econômicos, sociais e geográficos da região atendida.

Além disso, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos relativos à elaboração do Plano Geral de Outorgas, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República propôs a regulamentação do disposto no inciso IV, art. 36, do CBA, o qual dispõe sobre o modelo de delegação para a exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização.

Essa ação teve por consequência a edição e publicação do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, cujo teor, dentre outras questões, definiu o escopo do modelo, consolidado na possibilidade de delegação de aeródromos civis públicos voltados exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo, conforme definições constantes do CBA. Esses serviços caracterizam a aviação geral brasileira, setor com importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social do país, que tem crescido anualmente a uma taxa média de 6%, buscando garantir transporte flexível para todo o território brasileiro, aumentar a mobilidade da população e promover a integração nacional.

Em 8 de julho de 2013, o Plano Geral de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária-PGO foi aprovado, por meio da Portaria nº 110, assinada pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 9 de julho de 2013, páginas 9 a 11.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A elaboração do Plano Geral de Outorgas foi concluída.

Quadro A.9.1.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República					115257
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	010.692/2009-2	1.103/2010-Plenário	9.1.1.1	RE	Aviso nº 540-GP-TCU-09/06/10
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República					115257
Descrição da Deliberação					
Coordenar e supervisionar a atuação das entidades e órgãos vinculados com vistas à adoção de medidas mitigadoras para o problema de colisões de aeronaves com pássaros					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Navegação Aérea Civil (SENAV-SAC-PR)					115575
Justificativa para o seu não Cumprimento:					

Com a publicação da Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, que dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos, iniciaram-se as articulações juntos aos órgãos e entidades responsáveis pela elaboração do decreto regulamentador da Lei em comento, considerando que a matéria, pela sua singularidade, envolve, dentre outras, análises referentes ao meio ambiente, à segurança operacional da aviação, o uso e a ocupação do solo e a gestão aeroportuária.

No exercício de 2013, começaram os trabalhos preliminares com vistas a estabelecer uma proposta de regulamentação da referida Lei. Para tal, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT), sob a coordenação desta Secretaria, composto por representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica, da Agência Nacional de Aviação Civil, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária.

Considerando a complexidade técnica e a natureza da tarefa, os trabalhos alongaram-se até meados de novembro de 2013 e, a partir daquele momento passou-se a providenciar ações internas, fato que impossibilitou o aprestamento do documento no período suscitado.

Há um roteiro a ser seguido no próximo exercício de forma que se possa dar o encaminhamento da proposta em tela, à Casa Civil da Presidência da República para análise e publicação do Decreto.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor.

Os fatores considerados negativos na tramitação desse processo vinculam-se, principalmente, a complexidade do tema que envolveu além de pesquisas, a participação de técnicos das áreas envolvidas para que se harmonizassem as proposições apresentadas no âmbito do Grupo de Trabalho.

Quadro A.9.1.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC-PR)					115257
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	026.789/2006-9	2.420/2006 - PLENÁRIO	9.1		Aviso nº 1523-GP-TCU-21/12/2006
	016.684/2007-1	1324/2009 - PLENÁRIO	9.1.1		Aviso nº 804-GP-TCU-08/07/2009
			9.2		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Defesa					041066
Descrição da Deliberação					
<p>9.1 determina ao Ministério da Defesa que:</p> <p>9.1.1 substitua o Ofício nº 01/EMAER/R-081, de 26/01/1999, por instrumento jurídico adequado à regulação dos assuntos inerentes ao SISCEAB, ressaltando que tal substituição poderá ocorrer quando da conclusão dos trabalhos de revisão dos percentuais devidos à Infraero e ao Comando da Aeronáutica, relativamente às tarifas TAN e TAT;</p> <p>(...)</p> <p>9.2 determinar ao Ministério da Defesa que, em conjunto com o COMAER e com a INFRAERO, reavalie os percentuais devidos a esses dois órgãos, em vista da arrecadação decorrente das tarifas TAN, TAT e do ATAERO a elas relacionados, a fim de que estes retratem as responsabilidades de cada um dos entes com as despesas de custeio e investimento efetuadas no âmbito do SISCEAB;</p>					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Navegação Aérea Civil (SENAV/SAC-PR)	115575
Síntese da Providência Adotada	
<p>A SAC-PR editou ato normativo adequado para a matéria, substituindo o Ofício nº 1/EMAER/R-81, de 26/01/99 por meio da Portaria Normativa Interministerial Nº 24 /MD/SAC, de 4 de Janeiro de 2012;</p> <p>Decorrente do disposto no art. 7º da referida Portaria, que orienta a implementação da redistribuição da prestação dos serviços de navegação aérea entre o Comando da Aeronáutica (COMAER) e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), a SENAV/SAC-PR coordenou os trabalhos entre os referidos órgãos, para a edição de ato normativo interministerial que aprova o Plano de Redistribuição dos Serviços de Navegação Aérea (PRESNA);</p> <p>O referido Plano, cuja elaboração teve início em 2012, foi aprovado e publicado por meio da Portaria Interministerial Nº 48, de 26 de março de 2013.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
<p>Adoção de medidas que possibilitam a implantação de melhorias na infraestrutura e provisão de serviços de navegação aérea existentes nos aeroportos e nas Áreas de Controle de Terminal (TMA);</p> <p>Aperfeiçoamento do processo administrativo e da tomada de decisão, facilitando a coordenação das ações e, principalmente, incrementar a disponibilidade dos meios do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
<p>Como fator positivo, pode ser enunciado que a adoção de providências, visando corrigir distorções verificadas na organização do sistema de prestação dos serviços de navegação aérea entre o COMAER e a Infraero, foi facilitada pela cooperação das instituições partícipes no processo, o que permitiu à SENAV/SAC-PR desenvolver um trabalho de coordenação e regulamentação com a aquiescência de todos os envolvidos.</p>	

9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (SE) – Seguem os quadros de recomendações apontadas pela Ciset-PR atendidas ou pendentes de atendimento ao final do exercício, conforme Plano de Ação Referente ao Relatório de Gestão nº 1/2013 (OS Nº 47/2013)

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.9.2.1.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PRSAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	OS nº 47/2013	II – ITEM III.4	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PRSAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
Observar no SIOP os resultados de indicadores de programas temáticos que possuam objetivos sob a responsabilidade da SAC-PRSAC-PR, possibilitando a identificação e correção de ineficiências, ineficácias e falta de efetividade;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Secretaria de Aeroportos; Secretaria de Política Regulatória; Agência Nacional de Aviação Civil; Secretaria de Navegação Aérea Civil.	115549; 115525; 86144; 115575.
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhamento das medidas corretivas para ajustes/melhorias no campo de mensuração da efetividade (resultados dos indicadores) à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MP).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Grande parte das solicitações já atendidas. Poucas ainda estão sob análise e aguardam manifestação da SPI/MP.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
As correções são decorrência do processo de monitoramento contínuo do Programa ao longo de 2013, porém independem da SAC. Esta Secretaria realiza acompanhamento permanente quanto à implementação das solicitações, no SIOF, sob responsabilidade da SPI/MP.	

Quadro A.9.2.1.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PRSAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	OS 2013/0231	- O -	Nota Técnica (ACAS) 114/2013 - COFIP/CISET/SG/PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PRSAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
<p>Termo de Cooperação nº 001/2013 celebrado entre a SAC-PR e o Ministério do Esporte</p> <p>Recomendações da CISET/PR:</p> <p>1) Inadequação da utilização do instrumento Termo de Cooperação para suprir as necessidades de serviços de consultoria da SAC-PRSAC-PR considerando a falta de amparo normativo para o "aproveitamento" de contrato em vigor em outro Ministério desvirtuando a finalidade daquela modalidade de descentralização orçamentária;</p> <p>2) Reavaliação do uso de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) sem que esteja claro o atingimento da finalidade a que se propõe a destinação dos recursos previstos para aquele fundo, vinculado ao fomento e infraestrutura da Aviação Civil, no caso em referência nos parece que os serviços contratados estão vinculados aos serviços rotineiros da SAC-PRSAC-PR, podendo ser financiados com os recursos ordinários da Unidade Orçamentária 62.101 – Secretaria de Aviação Civil;</p> <p>3) Recomendação para que em futuras descentralizações externas de crédito sejam devidamente observados os princípios da mútua cooperação; da reciprocidade de objetivos; da especialização; assim como da avaliação dos custos; da elaboração de termo de referência; e do planejamento licitatório, com vistas ao atendimento do regramento em vigor.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Ministro e Departamento de Administração Interna.			94337 e 115504
Síntese da Providência Adotada			
<p>Em relação à recomendação do item 1 acima, a SAC-PRSAC-PR esclareceu à CISET, por meio do Ofício nº 317 SE/SAC-PR, de 31.10.2013, do Senhor Secretário Executivo desta Secretaria, que a celebração do Termo foi motivada pelo expressivo aumento da demanda na área de comunicação devido aos grandes eventos e ao processo de concessão dos aeroportos de Galeão e Confins, bem como pela indisponibilidade na SAC de pessoal especializado nessa área.</p> <p>Para atender à recomendação da Ciset/PR, a administração da SAC limitou a execução do termo de cooperação até 31.12.2013 (final da vigência) e iniciou imediatamente procedimento licitatório na modalidade concorrência, tipo técnica e preço, para contratação dos serviços de assessoria de comunicação social que em março/2014 se encontra em fase de abertura das propostas de preços.</p> <p>Quanto à recomendação do item 2 acima, imediatamente a SAC-PRSAC-PR providenciou, junto ao Ministério do Esporte, a devolução à Unidade Gestora do FNAC (UG 110591) dos créditos orçamentários descentralizados, promoveu o cadastramento do Termo de Cooperação na Unidade Orçamentária da Secretaria de Aviação Civil, administração direta, (UG 110590), bem como providenciou a descentralização de créditos ao Ministério do Esporte para empenho das despesas com recursos ordinários do tesouro, fonte 100.</p> <p>Relativamente à recomendação do item 3, a SAC-PRSAC-PR tem atuado no sentido de observar os princípios ali</p>			

mencionados. Vale registrar que, com o advento da publicação do Decreto nº 8.180, de 30.12.2013, que alterou o Decreto nº 6.170/2007, ficou pacificado o entendimento acerca das situações e finalidades em que os Órgãos Federais poderão utilizar o Termo de Cooperação, hoje denominado “Termo de Execução Descentralizada”. Assim, o regramento vigente permite que a administração celebre Termo de Execução Descentralizada para realização de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora dos recursos, configurando nessa hipótese delegação de competência para a unidade descentralizada promover a execução de programas, atividades ou ações previstas no orçamento da unidade descentralizadora.

Síntese dos Resultados Obtidos

Medidas saneadoras implementadas com base nas recomendações da Ciset/PR, o que possibilitou a adequada execução da despesa relativa ao referido Termo de Cooperação e adoção de medidas para viabilizar a licitação e contratação dos serviços de assessoria de comunicação necessários à SAC-PRSAC-PR.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

No momento da celebração do referido Termo de Cooperação, a legislação não estabelecia as hipóteses (finalidades) em que os Órgãos poderiam utilizar tal instrumento, gerando insegurança ao gestor, o que foi equacionado com a edição do Decreto nº 8.180, de 30.12.2013, publicado no DOU da mesma data.

Quadro A.9.2.1.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PRSAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	OS nº 47/2013	IV - ITEM III.8	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PRSAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
Estruturar a área de contratações da SAC-PRSAC-PR.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva			115504
Síntese da Providência Adotada			
Trata-se aqui de tema recorrente nas recomendações do Controle Interno, qual seja: a adequada estruturação de áreas administrativas da SAC-PRSAC-PR. Ocorre que, como é sabido, a Secretaria de Aviação Civil não dispõe de quadro próprio de pessoal. As equipes de trabalho estão sendo montadas com os cargos comissionados disponibilizados para a unidade e com a expectativa de aporte de colaboradores mediante a requisição de servidores ou empregados públicos. Com o intuito de encaminhar uma solução à questão de falta de pessoal, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República encaminhou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão uma solicitação para que fossem disponibilizadas GSISTE, com o objetivo de facilitar a requisição de novos servidores junto aos Sistemas Estruturantes do Governo Federal. Infelizmente a solicitação não logrou êxito. Outra providência foi encaminhada à Secretaria Executiva, mediante o Memorando nº 55/2013-DEADI/SE/SAC-PR, que deverá solicitar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a reestruturação organizacional do DEADI, de forma a possibilitar a estruturação da área de contratações.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Enquanto a reestruturação não se concretiza estão sendo envidados esforços para requisição de servidores para compor a área de contratações da SAC-PRSAC-PR.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A solução definitiva para a área de contratações da SAC-PRSAC-PR é a sua reestruturação, cuja solução não depende de fatores sob o controle da Secretaria. Entretanto, ressalte-se que estão sendo envidados esforços no sentido de estruturar a área de contratos com pessoal cedido pela Infraero, que ao que tudo indica, enfrentará um processo de reestruturação ao longo do ano de 2014, havendo, então a possibilidade de cessão de servidores à SAC-PRSAC-PR.			

Quadro A.9.2.1.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PRSAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	OS nº 47/2013	V - ITEM III.8	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PRSAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
Evitar a situação de servidores desempenhando a função de fiscal em diversos contratos simultaneamente e de servidores atuando em atividades de atesto e pagamento ao mesmo tempo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva			115504
Síntese da Providência Adotada			
<p>A solução definitiva deste problema passa, novamente, pela disponibilidade de pessoal. A unidade vem tentando ampliar o corpo funcional nos diferentes setores instituídos, objetivando uma divisão equânime de responsabilidades entre os servidores.</p> <p>Com o intuito de encaminhar uma solução à questão de falta de pessoal, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República encaminhou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão uma solicitação para que fossem disponibilizadas GSISTE, com o objetivo de facilitar a requisição de novos servidores junto aos Sistemas Estruturantes do Governo Federal. Infelizmente a solicitação não logrou êxito.</p> <p>Outra providência foi encaminhada à Secretaria Executiva, mediante o Memorando nº 55/2013-DEADI/SE/SAC-PR, que deverá solicitar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a reestruturação organizacional do DEADI, de forma a possibilitar a estruturação da área de contratações.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Não obstante a falta de pessoal, a divisão de funções/atribuições foi estruturada de modo que as segregações básicas sejam atendidas. Não há casos de servidores atuando em atividades de contratação, atesto e pagamento ao mesmo tempo. Tendo em vista o reduzido corpo funcional em exercício na unidade não é possível que o servidor tenha sobre sua fiscalização um único contrato. Entretanto, a designação de fiscais por parte do Departamento de Administração Interna procura atribuir tal encargo entre servidores efetivos da unidade e, sempre que possível, equalizando o número de contratos entre os servidores, de modo a não sobrecarregá-los com a atribuição de fiscalização dos contratos.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O cumprimento da recomendação de que o servidor não possa atuar como fiscal em diversos contratos simultaneamente depende da reestruturação do DEADI, com a alocação de mais servidores para a referida área. Enquanto a reestruturação não se viabiliza estão sendo envidados esforços no sentido de mobiliar o DEADI com pessoal cedido pela Infraero.</p>			

Quadro A.9.2.1.5 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PRSAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	OS nº 47/2013	XII - ITEM III.12	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PRSAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
Monitorar continuamente o alcance, ou não, do quantitativo de 300 colaboradores em três anos, uma vez que a metragem em 31/12/2012 para 166 pessoas atinge 13,85m2, acima dos 9m2 para o trabalho individual exclusivo por colaborador definido no Decreto nº 7.689/2012.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva	115504
Síntese da Providência Adotada	
O Departamento de Administração Interna vem monitorando o quantitativo de servidores de modo a cumprir a previsão legal contida no Decreto nº 7.689/2012.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O atual quadro efetivo de colaboradores desta Secretaria de Aviação Civil é de 155 servidores (entre comissionados e não comissionados) e de 107 prestadores de serviço terceirizados. Então, a população de colaboradores atingiu 262 pessoas. Este quantitativo ponderado pela área útil locada atinge a metragem de 8,78 metros quadrados por servidor. Então, a área destinada ao trabalho individual de cada colaborador está abaixo da previsão contida no Decreto nº 7.689/2012.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A SAC-PRSAC-PR, com o efetivo de 262 colaboradores, está dentro dos limites de metragem para o trabalho individual definido no Decreto nº 7.689/2012. Ademais, é pertinente ressaltar que o quadro de cargos comissionados ainda não está completo e também o fato de estar sendo efetuada gestão para requisição de servidores/empregados públicos para reforçar o efetivo funcional da SAC-PRSAC-PR.	

Quadro A.9.2.1.6 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PRSAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	OS nº 47/2013	XIII - ITEM III.12	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PRSAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
Realizar a mudança da SAC-PRSAC-PR para o imóvel localizado no Edifício Parque Cidade Corporate, o mais brevemente possível, uma vez que o pagamento do aluguel está sendo realizado desde 7/12/2012;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva			115504
Síntese da Providência Adotada			
Cabe lembrar que o imóvel locado não estava pronto para ocupação imediata. Foi necessária a instauração de diversos processos licitatórios com o objetivo de aquisição dos bens e serviços necessários a ocupação do imóvel (instalação de divisórias, cabeamento estruturado, aquisição de mobiliário). Não obstante todas as dificuldades inerentes aos processos licitatórios e a conhecida carência de pessoal, o processo de mudança se iniciou concomitantemente ao início do pagamento do aluguel. Em dezembro de 2012 equipes do DEADI já se encontravam no prédio planejando as obras necessárias para a mudança. Em janeiro de 2013 o imóvel alugado começou a ser utilizado para o recebimento dos bens patrimoniais adquiridos para a organização da Secretaria nas novas instalações, com a permanência diária de representantes do órgão no local para gestão desses materiais. A mudança completa do Departamento de Administração Interna para a nova sede ocorreu em 24 de maio de 2013. As demais unidades da Pasta foram transferidas gradativamente para as novas instalações, sendo a mudança concluída no dia 26 de julho de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A Mudança da sede da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República foi concluída em 26 de julho de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As dificuldades para a realização da mudança da sede da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República do CCBB para o Edifício Parque Cidade foram aquelas inerentes aos processos administrativos da gestão da Administração Pública Federal, principalmente a realização correta e adequada dos procedimentos licitatórios. Outro fator complicador foi a realização de diversas pequenas obras, como: construção de banheiros, de copas, instalação de cabeamento estruturado, instalação de divisórias, readequação da iluminação e das saídas de ar condicionado, entre outras. Também é bom lembrar que, além dos atrasos e imprevistos inerentes a realização de obras e serviços de terceiros, estes foram realizados por diversas empresas, fato que dificulta, ainda mais, a precisão e adequação dos cronogramas de entrega. Todos estes fatores considerados, acreditamos que o prazo decorrido entre a locação do prédio e sua efetiva ocupação foi adequado.			

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.9.2.2.1 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PRSAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	OS nº 47/2013	I - ITEM III.3	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
Instituir indicadores para avaliar o desempenho de sua gestão institucional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva			115504
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foi realizado um estudo preliminar: "Proposta de Indicadores de Desempenho do DEADI". O estudo identificou a necessidade de avaliação do desempenho institucional em seis processos de responsabilidade do DEADI. Os processos nos quais serão criados indicadores estão relacionados à gestão de: Compras e Contratos; Pessoas; Tecnologia da Informação; Orçamento e Finanças; Recursos Logísticos, e Diárias e Passagens. Os indicadores apontados no estudo preliminar encontram-se em fase de validação nas áreas responsáveis pela sua implantação. Após a conclusão da validação das áreas será implementada a fase de coleta de dados dos indicadores.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A priorização da execução de tarefas rotineiras e a carência de pessoal nas diversas áreas administrativas do DEADI tem dificultado o processo de implantação/validação dos indicadores. Neste sentido, a previsão é de que até o final do segundo trimestre de 2014 seja iniciada a aplicação dos indicadores sugeridos. A implementação completa está prevista para o quarto trimestre deste ano.			

Quadro A.9.2.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	OS nº 47/2013	VI - ITEM III.11	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
Criar um Comitê de Tecnologia da Informação no âmbito da SAC-PR para elaborar um Plano Diretor de Tecnologia da Informação de longo prazo, uma vez que o da Presidência da República não abrange a Secretaria de Aviação Civil, conforme informado em sua página 4, além de um Plano Anual de Desenvolvimento de TI, com vistas à tomada de decisões com respaldo técnico e de forma eficiente, dentro de uma metodologia definida e aprovada, já aproveitando o apoio administrativo atualmente prestado pela SG/PR e prevendo seu fim.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva	115504
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Em setembro de 2013 a SAC-PR iniciou gestão junto à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, sob a coordenação da Diretoria de Tecnologia da Presidência da República - DITEC/PR, visando orientação para a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI. Foram realizados diversos encontros para dispor do tema, tendo sido acatadas as orientações da SLTI/MPOG para a criação de um modelo de gestão de TI que atenda a esta Secretaria, uma vez que a Pasta não possui unidade de TI formalmente constituída. Encontra-se em tramitação processo visando a criação dos comitês Gestor e Executivo de TI (Processo Administrativo nº 00055.000492/2014-10), atualmente sob análise da área jurídica deste Órgão.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Uma vez que a SAC-PR não possui uma unidade de TI formalmente designada, a adoção das providências necessárias à elaboração de um PDTI depende da participação da Diretoria de Tecnologia da Presidência da República - DITEC/PR, em conjunto com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG.	

Quadro A.9.2.2.3 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	OS nº 47/2013	VII- ITEM III.11	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
Criar na SAC-PR unidade administrativa com força de trabalho adequada para exercer atividades na área de TI			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva			115504
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O Departamento de Administração Interna - DEADI da SAC-PR, no intuito de atender às recomendações contidas no relatório de gestão da Ciset/SG/PR referente ao exercício de 2012 efetuou estudos com vistas a buscar alternativas de estrutura mais adequada ao Departamento. Na oportunidade, foi expedido o Memorando nº 55/2013, com vistas à Secretaria Executiva desta Pasta, para que fossem feitas as análises pertinentes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A criação formal de uma unidade administrativa para exercer atividades na área de Tecnologia da Informação, de forma a possibilitar sua inclusão como órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, demanda alteração da estrutura organizacional da SAC-PR, ora instituída pelo Decreto nº 7.476, de 2011.			

Quadro A.9.2.2.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	OS nº 47/2013	VIII- ITEM III.11	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
Capacitar os servidores do Órgão em procedimentos de segurança que envolvam o uso da Tecnologia da Informação, de forma a minimizar a ocorrência de problemas de segurança, sem prejuízo das normas e planos específicos e internos sobre capacitação de pessoal.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva			115504
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Uma vez que a SAC-PR utiliza a infraestrutura e o ambiente computacional da Presidência da República, a Pasta está sujeita às normativas aplicadas pela Secretaria de Administração da PR. Desta forma, as ações necessárias para minimizar os problemas de segurança quanto ao uso de Tecnologia da Informação são implementadas por aquele órgão central.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Considerando que a Secretaria de Administração da PR tem total domínio sobre o ambiente de Tecnologia da Informação, as providências necessárias para mitigar ocorrências de problemas de segurança são gerenciadas de forma contínua.			

Quadro A.9.2.2.5 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	OS nº 47/2013	IX - ITEM III.11	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
Inventariar os ativos de informação da SAC-PR anualmente, evitando deficiências quanto à manutenção e operação dos sistemas informatizados em utilização, controlando devidamente o patrimônio de TI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva			115504
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A SAC-PR utiliza tão-somente a infraestrutura e o ambiente computacional da Presidência da República, estando, portanto, a manutenção dos sistemas informatizados em uso sob a responsabilidade da Diretoria de Tecnologia - DITEC/PR.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Gestor
Considerando que a Diretoria de Tecnologia - DITEC/PR tem total domínio sobre o ambiente computacional utilizado pela SAC-PR, as providências necessárias para manutenção dos sistemas informatizados são gerenciadas por aquela unidade.

Quadro A.9.2.2.6 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	OS nº 47/2013	X - ITEM III.11	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
Formalizar políticas corporativas de segurança da informação, nomeando responsáveis por implantá-las e acompanhá-las;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva			115504
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Uma vez que a SAC-PR utiliza a infraestrutura e o ambiente computacional da Presidência da República, a Pasta está sujeita às normativas de segurança da informação aplicadas pela Secretaria de Administração da PR. Ademais, a SAC-PR não dispõe de unidade de TI formalmente designada, não sendo possível, assim, a formalização de políticas corporativas de segurança da informação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Embora a SAC-PR não disponha de unidade formal de TI, possui assento no Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da Presidência da República.			

Quadro A.9.2.2.7 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	OS nº 47/2013	XI - ITEM III.11	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
Criar uma metodologia de projetos com processos e métodos que sejam adequados para os procedimentos existentes na estrutura da UNIDADE, considerando-se sua maturidade e as dimensões de seus projetos, facilitando o alcance de objetivos e o estabelecimento de metas para eventuais contratos que venham a ser firmados na área de desenvolvimento de sistemas;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Interna da Secretaria Executiva			115504
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os sistemas utilizados pela SAC-PR são disponibilizados pela Secretaria de Administração da PR, sob a gestão da Diretoria de Tecnologia - DITEC/PR.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Gestor
A SAC-PR não faz gestão de projetos de Tecnologia da Informação, uma vez que não possui área formal de TI para atender a este requisito.

Quadro A.9.2.2.8 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	OS nº 47/2013	XI - ITEM III.11	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Descrição da Recomendação:			
Disponibilizar e atualizar os dados de transferências tempestivamente no SICONV, conforme determina o artigo 19 da Lei nº 12.465/2011.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação:			Código SIORG
Departamento de Gestão do PROFAA			115560
Síntese da Providência Adotada:			
A atualização dos dados de transferências no SICONV foi atendida de forma tempestiva a referida recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro A.9.2.2.9 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9			
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Gestão do PROFAA			115560
Descrição da Recomendação			
Publicar Termo Aditivo ao Convênio nº 761964/2012 para readequação de seu valor e cronograma, de acordo com o orçamento revisado, medida que deve ser adotada com a máxima brevidade possível;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação:			Código SIORG
Departamento de Gestão do PROFAA			115560
Síntese da Providência Adotada:			
Foi assinado em 18/09/2013 o 2º Termo Aditivo ao Convênio nº 761964/2012 - Aeroporto de Linhares/ES entre a SAC-PR e a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas do Estado do Espírito Santo (DOU de 07/10/13), com vistas à prorrogação de prazo de vigência e readequação do cronograma, bem como a supressão do valor, conforme licitação homologada em 6 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Poderes do Estado do Espírito Santo.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Quadro A.9.2.2.10 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	OS nº 47/2013	XI - ITEM III.11	Solicitação de Auditoria nº 15/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR			115257
Descrição da Recomendação			
Adotar medidas urgentes, inclusive propondo soluções, com relação ao contido na Nota Técnica nº 119/2012 COAUD/CISSET/SG-PR, de 5/10/2012, tendo em vista o possível risco ao Setor Aeroportuário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Aeroportos			115549
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O prazo de atendimento da recomendação é o Exercício de 2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em 05 de outubro de 2012, foi encaminhado a Secretaria de Aviação Civil, o Ofício nº 998/COAUD/CISSET/SG-PR, no qual encaminha a Nota técnica nº 119/2012/COAUD/CISSET/SG-PR, para providências. Em resposta à CISSET, foi enviado em 05 de abril de 2013 o Ofício nº 94/SEAP/SAC-PR, informando que a Secretaria de Aeroportos estaria à disposição para participar de discussões e grupos de trabalho afetos ao tema, sob coordenação da Casa Civil, conforme conclusão do da Nota Técnica nº 119/2012/COAUD/CISSET/SG-PR.			

9.3 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna – ver justificativa na introdução

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

DETENTORES DE CARGOS E FUNÇÕES OBRIGADOS A ENTREGAR A DBR	SITUAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS DA LEI Nº 8.730/93	MOMENTO DE OCORRÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR		
		POSSE OU INÍCIO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO OU CARGO	FINAL DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO OU CARGO	FINAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO
AUTORIDADES	OBRIGADOS A ENTREGAR A DBR	1	-	-
	ENTREGARAM A DBR	1	-	-
	NÃO CUMPRIRAM A OBRIGAÇÃO	0	-	-
CARGOS ELETIVOS	OBRIGADOS A ENTREGAR A DBR	n/a	-	-
	ENTREGARAM	n/a	-	-

	A DBR			
	NÃO CUMPRIRAM A OBRIGAÇÃO	n/a	-	-
FUNÇÕES COMISSIONADAS	OBRIGADOS A ENTREGAR A DBR	135	-	-
	ENTREGARAM A DBR	135	-	-
	NÃO CUMPRIRAM A OBRIGAÇÃO	0	-	-

Fonte: Registros constantes do Sistema PES/PR assentamentos funcionais.

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Todos os servidores em exercício na UJ desta Secretaria autorizaram formalmente o acesso de seus respectivos dados constantes da base da Receita Federal do Brasil ou entregaram as declarações de referência no momento do início de suas atividades na SAC-PR. As autorizações de acesso às informações da base de dados da Receita Federal encontram-se arquivadas junto aos registros funcionais constantes dos respectivos assentamentos. O preenchimento do formulário referente à Declaração de Bens e Rendimentos é exigido para a posse e/ou início do exercício de função ou cargo no âmbito das unidades vinculadas à Presidência da República.

9.5 Medidas Adotadas em caso de Dano ao Erário – Ver justificativa na Introdução.

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

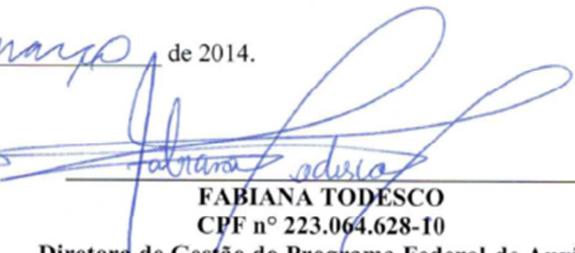
Quadro A.9.6 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **SÉRGIO CRUZ**, CPF nº **455.442.781-68**, **Diretor do Departamento de Administração Interna**, exercido na **Secretaria Executiva da Secretaria de Aviação Civil** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Eu, **FABIANA TODESCO**, CPF nº **223.064.628-10**, **Diretora do Departamento de Gestão do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos**, exercido na **Secretaria de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de maio de 2014.

 _____ SÉRGIO CRUZ CPF nº 455.442.781-68 Diretor de Administração Interna Secretaria Executiva Secretaria de Aviação Civil	 _____ FABIANA TODESCO CPF nº 223.064.628-10 Diretora de Gestão do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos Secretaria de Aeroportos Secretaria de Aviação Civil
--	---

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

10.1 Relacionamento com a Sociedade

Em atenção à lei de acesso à informação, lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, a SAC-PR utiliza-se do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), disponível no sítio <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema>, para receber e responder aos cidadãos. Durante o ano de 2013 a SAC recebeu 71 pedidos de acesso a informação, uma média de 5,92 pedidos por mês. Desses pedidos, 61 tiveram acesso concedido, 4 foram pedidos repetidos, 3 eram referentes a informações inexistentes, 1 teve acesso concedido parcialmente, 1 teve o acesso negado, e 1 não era de competência desta Secretaria.

O principal sítio de acesso via internet das informações da SAC-PR é o <http://www.aviacaocivil.gov.br/> no qual se podem encontrar diversas informações institucionais, informações sobre licitações e contratos, legislação, estatísticas, além das agendas dos diretores, secretários e do Ministro.

Além da utilização do SIC e do sítio oficial da SAC-PR, iniciou-se a utilização de redes sociais para ampliar a interlocução com a sociedade. Em março de 2013, a SAC-PR criou ainda uma conta no Facebook, disponível no endereço, <https://www.facebook.com/AviacaoGovBr>, em que são publicadas notícias, dicas e informações aos usuários, a página é acompanhada diariamente, e eventuais perguntas simples são respondidas. A página fechou o ano de 2013 com 1711 fãs. Em 20 de março de 2014 a página contava com 17.052 fãs.

A página no Twitter da SAC-PR, <https://twitter.com/AviacaoGovBr>, foi criada em maio de 2013, e ao final de 2013 contava com 1215 seguidores. Nela são disponibilizadas informações e notícias sobre o setor em geral. Em 20 de março de 2014 essa página contava com 1494 seguidores.

Em 2013 pôs-se em prática uma parceria junto ao Ministério das Cidades para publicação do portal Aerofácil, disponível em <http://www.aerofacil.gov.br/>, que consolida aplicativos e ferramentas de utilidade aos usuários do setor aéreo, guia do passageiro, informações básicas sobre os aeroportos brasileiros, notícias e outras informações sobre os principais atores do governo no setor de aviação civil. O site se abriu ao público no início de 2014, e em 20 de março deste ano contava com 183.543 visitas e 265.409 visualizações de página.

Também em 2013, foi lançado o Portal Boa Viagem, <http://www.portalboaviagem.com.br/>, com intuito de apresentar os resultados do Prêmio Boa Viagem, promovido para o reconhecimento dos melhores aeroportos avaliados por passageiros durante a Copa das Confederações Fifa 2013, em oito categorias. Ele contou 1.900 visitas e 2.690 visualizações de página.

- 11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013. (CISSET/PR)**
- 11.1 Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público**
- Sistematização de procedimentos internos para atender às novas demandas oriundas das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, como Provisões de Férias e 13º Salário.
- 11.2 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis**
- 11.3 Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na lei nº 4.320/1964 e pela NBCT 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008 - ver justificativa na introdução**
- 11.4 Demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela lei nº 6.404/1976 – ver justificativa na introdução**
- 11.5 Composição acionária das empresas estatais - ver justificativa na introdução**
- 11.6 Parecer da auditoria independente - ver justificativa na introdução**
- 12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**
- 12.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ**

SEÇÃO IV – RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente relatório apresenta a organização formal da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, os respectivos macroprocessos referentes ao desenvolvimento das atividades finalísticas e de apoio e enumera os principais parceiros.

São abordados pontos relativos à execução do Plano Plurianual 2012-2015, em especial sobre o programa temático Aviação Civil, o qual é abordado de maneira exaustiva quanto aos seus objetivos, metas e iniciativas, com ampla descrição da atuação desta Secretaria para a sua consecução, abrangendo aspectos financeiros, qualitativos e quantitativos dos diversos parâmetros presentes no programa.

As informações sobre execução orçamentária e financeira demonstram, de forma abrangente e detalhada, as ações realizadas de maneira a promover os devidos avanços e o desenvolvimento da Aviação Civil no decorrer do exercício de 2013. São abordadas, ainda, questões como a gestão de pessoas, gestão do patrimônio, gestão de TI e gestão dos recursos naturais renováveis e sustentabilidade.

Posteriormente, as deliberações do TCU e de disposições legais são elencadas e devidamente justificadas tanto em relação aos devidos tratamentos, como a eventuais pendências. São exibidas posteriormente as devidas declarações de conformidade das demonstrações contábeis assinadas por contador e que atestam a regularidade contábil da SAC.

Conclui-se que a Secretaria de Aviação Civil, dentro de suas competências, capacidades e possibilidades desenvolveu durante o exercício de 2013, com todo o seu corpo técnico, trabalhos fundamentais ao desenvolvimento da Aviação Civil, em suas esferas de atuação: aeroportos, navegação aérea, recursos humanos, segurança, acompanhamento e regulação do mercado, assim como na coordenação dos principais atores envolvidos no setor.

Brasília, 31 de março de 2014



GUILHERME WALDER MORA RAMALHO

Secretário-Executivo da
Secretaria de Aviação Civil da
Presidência da República

ANEXO I - DECLARAÇÕES REFERENTES AO ITEM 11.2

Constam do Anexo I as Declarações do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2013 no âmbito da Secretaria de Aviação Civil, Código da UG 110590; e do Fundo Nacional de Aviação Civil, Código da UG 110591. As declarações foram encaminhadas à Secretaria de Aviação Civil por meio do Ofício-Circular nº 04/2014 DICON/CISET/SG-PR, de 20 de fevereiro de 2014.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA DE AVIACAO CIVIL/PR		110590	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>1) 674 - - SLDS ALONG./INDEVI CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL 2) 680 - - DIVERG. VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANC.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.,	Data	20.07.2014
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF

João Bosco Garcia
João Bosco Garcia
Diretor de Divisão
DICON-COAVA-CISET-SG-PR



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL

UG: 110590 - SECRETARIA DE AVIACAO CIVIL/PR
Gestão: 00001
Mês/Ano: Dezembro/2013

R E S T R I Ç Ã O C O N T Á B I L

1) 674 - RESSALVA - SLDS ALONG./INDEVI CONTAS TRANSIT.PAS.
CIRCUL

Descrição: PENDÊNCIA: A EXISTÊNCIA DE SALDOS ALONGADOS E/OU INDEVIDOS EM CONTAS DE CARATER TRANSITORIO NO PASSIVO CIRCULANTE, INDI-CA A FALTA DE ANALISE PERIODICA DE TAIS SALDOS, PODENDO IMPACTAR NO ADEQUADO CONTROLE, ALEM DE INTERFERIR NOS INDICES ECONOMICO-FINANCEIROS EXTRAIDOS A PARTIR DESSOS SALDOS, OU AINDA PELA PRESENÇA DE SALDOS INDEVIDOS. INDICA AINDA, QUE OS SALDOS NAO FORAM REGULARIZADOS ATÉ A DATA DE FECHAMENTO CONTABIL DO MÊS.

Fato Gerador:

SALDO PENDENTE DE REGULARIZAÇÃO NA 21261.00.00 - GRU - VALORES EM TRANSITO PARA ESTORNO DE DEPESA NO VALOR DE 678,63 - PENDENTE DE REGULARIZAÇÃO.

2) 680 - RESSALVA - DIVERG. VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANC.

Descrição: CONCILIAÇÃO: DIVERGENCIA REGISTRADA ENTRE OS VALORES REFERENTES A EMPENHOS, EXCETO EMPENHOS A LIQUIDAR DO EXERCÍCIO E, PASSIVOS FINANCEIROS RELACIONADOS A ESTES SALDOS, CUJO FECHAMENTO DEVE OCORRER EM NIVEL DE UG.

Fato Gerador: DIVERGENCIA DE VALORES REGISTRADOS NAS CONTAS QUE COMPOEM A EQUAÇÃO 147- VALORES LIQUIDADOS x PASSIVO FINANCEIRO.

Em


JOÃO BOSCO GARCIA
CONTADOR RESPONSÁVEL

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL		110591	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.,	Data	20.02.2014
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF


 João Bosco Garcia
 Chefe de Divisão
 DICON-COAVA-CISET-SG-PR